



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ANDRÉ LUÍS SANTOS DE SOUSA

**OS IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL EM PRAÇAS PÚBLICAS: UM
OLHAR A PARTIR DA PRAÇA DO CARANGUEJO EM LAURO DE FREITAS/BA**

Salvador
2021

ANDRÉ LUÍS SANTOS DE SOUSA

**OS IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL EM PRAÇAS PÚBLICAS: UM
OLHAR A PARTIR DA PRAÇA DO CARANGUEJO EM LAURO DE FREITAS/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Maria Couto Mello.

Salvador
2021

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Sousa, André Luís Santos de

Os impactos da ocupação do comércio informal em praças públicas: um olhar a partir da Praça do Caranguejo em Lauro de Freitas/Ba./ André Luís Santos de Sousa. Salvador: UNIFACS, 2021.

182 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria Couto Mello.

1. Comércio informal. 2. Praças públicas. I. Mello, Márcia Maria Couto, orient. II. Título.

CDD: 330

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ LUÍS SANTOS DE SOUSA

OS IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL EM PRAÇAS PÚBLICAS: UM
OLHARA PARTIR DA PRAÇA DO CARANGUEJO EM LAURO DE FREITAS/BA

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à seguinte banca examinadora:

Márcia Maria Couto Mello – Orientadora _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities

Ana Licks de Almeida Silva _____
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities

Ariadne Moraes Silva _____
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, de maio de 2021.

Soli Deo Gloria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor e consumidor da minha fé, que não me deixou envaidecer pela pretensão de um título acadêmico.

A minha mãe, D. Lindinalva, por uma vida de cuidado, amor e incentivo a realização dos meus sonhos.

A minha esposa Hana, pelo companheirismo, conselhos, apoio e compreensão durante o processo construtivo dessa dissertação.

A minha tia, Lindaura (Dau), por todo suporte que me deu, sem o qual, este trabalho não seria levado a termo.

A Orientadora Professora Doutora Márcia Mello, pelo acolhimento, estímulo e por me apontar caminhos objetivos para que não perdesse a direção no trilhar da pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, a professora, Professora Doutora Ana Licks de Almeida Silva, e a Professora Doutora Ariadne Moraes Silva, que tanto colaboraram com as necessárias ponderações e sugestões, sobretudo, no despertar de novas possibilidades teóricas e incentivo para o desdobramento deste trabalho.

Aos professores e colegas da 20ª turma do PPDRU – UNIFACS, por propiciarem novos conhecimentos, que levarei para além do mestrado.

A secretária do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Gilsa Batista, pela presteza e apoio nos momentos decisivos.

A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, por conceder as informações necessárias para o desenvolvimento deste estudo.

A família do senhor Antônio Santos, o famoso Seu Caranguejo, na pessoa do seu neto, Ricardo Santos (Cadinho), pela disponibilização de tão preciosas informações e oportunidade de conhecer um pouco mais a história do bairro de Itinga.

“E vou viver as coisas novas
Que também são boas
O amor, humor das **PRAÇAS**
Cheias de pessoas
Agora eu quero tudo
Tudo outra vez”.

Belchior

RESUMO

As praças públicas ao longo da sua longa trajetória traduziram em seus diferentes usos, finalidades e apropriações, as mudanças que ocorreram na sociedade. Com o crescimento das cidades, e os problemas relacionados a escalada da pobreza urbana, desemprego e o crescimento da informalidade, as praças passaram por um processo de ocupação pelas atividades comerciais, sobretudo do comércio informal de rua. Este estudo teve como objetivo analisar a influência do comércio informal sobre as transformações espaciais e de usos da Praça do Caranguejo no município de Lauro de Freitas/BA. A pesquisa de abordagem qualitativa e explicativa, analisou a partir das opiniões dos residentes dos setores censitários nas adjacências da praça, as transformações ocorridas na área. A localização da praça na região central do bairro propiciou que os impactos do crescimento demográfico e a consolidação comercial da área, impactassem diretamente em sua dinâmica de usos e espaço. A falta de segurança, conservação e equipamentos de lazer, constituíram-se os principais fatores que acarretaram a diminuição da presença dos moradores na praça. Compreender a percepção dos residentes frequentadores e não frequentadores sobre a praça, permitiu apontar caminhos para o seu resgate como símbolo cultural, histórico, de lazer e entretenimento em um bairro periférico.

Palavras-chave: Praças públicas. Informalidade. Comércio informal.

ABSTRACT

Public squares throughout their long history have translated into their different uses, purposes and appropriations, the changes that have taken place in society. With the growth of cities, and the problems related to the escalation of urban poverty, unemployment and the growth of informality, the squares went through a process of occupation by commercial activities, especially informal street commerce. This study aimed to analyze the influence of informal commerce on the spatial and usage transformations of Praça do Caranguejo in the municipality of Lauro de Freitas / BA. The research with a qualitative and explanatory approach, analyzed from the opinions of residents of the census sectors in the vicinity of the square, the transformations that occurred in the area. The location of the square in the central region of the neighborhood allowed the impacts of demographic growth and the commercial consolidation of the area, to directly impact its dynamics of uses and space. The lack of security, conservation and leisure equipment were the main factors that led to a decrease in the presence of residents in the square. Understanding the perception of residents who frequent and non-frequent on the square, allowed to point out ways to its rescue as a cultural, leisure and entertainment symbol in a peripheral neighborhood.

Keywords: Public squares. Informality. Informal trade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Delimitação da área de estudo, Bairro de Itinga, identificação dos setores censitários e Praça do Caranguejo	22
Figura 2 - Reconstrução da ágora helenística de Assos	32
Figura 3 - <i>Piazza del Campo</i> , em Siena	35
Figura 4 - <i>Piazza San Pietro</i> , Roma	36
Figura 5 - <i>Place De l'Etoile</i> , Paris	39
Figura 6 - Terreiro de Jesus em Salvador - Bahia	42
Figura 7 - Praça Dois de Julho (Largo do Campo Grande) Salvador - Bahia	45
Figura 8 - Praça Santos Dumont, Goiânia	47
Figura 9 - Praça Pio XII, Florianópolis	49
Figura 10 - Atividade de comércio de rua em 1821, de Jean-Baptiste Debret	79
Figura 11 - Localização da Praça do Caranguejo, Itinga, Lauro de Freitas	110
Figura 12 - Praça do Caranguejo no início da década de 1980	112
Figura 13 - Festa do Largo do Caranguejo, primeiros anos	113
Figura 14 - Praça do Caranguejo, em 1986, entre a Avenida Fortaleza e a Rua São Cristóvão	115
Figura 15 - Reconfiguração da Praça do Caranguejo, anos 2000	116
Figura 16 - Praça do Caranguejo após reforma, em 2011	117
Figura 17 - Entrega da praça requalificada com os novos equipamentos, em 2011	117
Figura 18 - Camelódromo de Itinga, localizado na rua São Cristóvão, em frente à Praça do Caranguejo, 2020	119
Figura 19 - Visão frontal da praça, entre a Avenida fortaleza e a rua São Cristóvão	120
Figura 20 - Mapa de diagnóstico do uso predominante do solo urbano, no raio de abrangência (500 m) da Praça do Caranguejo	121
Figura 21 - Localização dos pontos de comércio informal na Praça do Caranguejo	124
Figura 22 - Barracas instaladas no passeio lateral da praça, a partir Av. Fortaleza, 2020	125
Figura 23 - Ocupação do passeio lateral (Av. Fortaleza) pelos trabalhadores informais, entre as escadarias lateral esquerda e a central de acesso à praça	125
Figura 24 - Ocupação do acesso à escadaria central da praça	126
Figura 25 - Visão do lado direito da praça a partir da rua São Cristóvão, 2020	127
Figura 26 - Visão do lado direito da praça a partir da rua São Cristóvão, 2020	127
Figura 27 - Barracas no espaço central da praça, 2020	128
Figura 28 - Setores em que foram aplicados os questionários	131

Figura 29 - Nuvem de palavras sobre representatividade da praça para os entrevistados.....	163
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pessoas na força de trabalho no Estado da Bahia e RMS – 4º trimestre - 2012.....	92
Gráfico 2 - Pessoas na força de trabalho no Estado da Bahia e RMS – 4º trimestre - 2019.....	92
Gráfico 3 - Evolução da Taxa de informalidade, Brasil, Nordeste e Bahia – 2012 - 2019	93
Gráfico 4 - Evolução do rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês (Reais), semana de referência, RMS	96
Gráfico 5 - Escolaridade.....	132
Gráfico 6 - Trabalho	133
Gráfico 7 - Renda.....	133
Gráfico 8 - Tempo de Residência.....	134
Gráfico 9 - Frequenta a Praça do Caranguejo?	135
Gráfico 10 - Frequência	136
Gráfico 11 - Período que frequenta	136
Gráfico 12 - Tempo de permanência.....	137
Gráfico 13 - Finalidade de usos	138
Gráfico 14 - Motivos que não frequenta	139
Gráfico 15 - Segurança Motivo que não frequenta a Praça	140
Gráfico 16 - Usos predominantes da praça de acordo com o residente não frequentador.....	141
Gráfico 17 - Usos que a praça deveria ter	142
Gráfico 18 - Opinião sobre o comércio informal no espaço da praça - Frequentador.....	152
Gráfico 19 - Opinião sobre o comércio informal no espaço da praça – Não frequentador.....	153
Gráfico 20 - Expectativa sobre a reforma da praça	155
Gráfico 21 - Influência do Camelódromo na Praça do Caranguejo.....	156
Gráfico 22 - Categorização das mudanças ocorridas na Praça do Caranguejo, de acordo com os entrevistados	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tamanho da amostra para a frequência em uma população.....	23
Tabela 2 - Distribuição dos respondentes	24
Tabela 3 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), Brasil, Região Nordeste e Região Metropolitana de Salvador	90
Tabela 4 - Taxa combinada de desocupação e de subutilização por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), Brasil, Região Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador	91
Tabela 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (mil pessoas) - RMS	94
Tabela 6 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), ocupadas na semana de referência, por contribuição de previdência em qualquer trabalho – Brasil, Região Nordeste e Região Metropolitana de Salvador – RMS.....	95
Tabela 7 - População residente por condição do domicílio	102
Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	105
Tabela 9 - Fatores que atrapalham a utilização da Praça do Caranguejo	143
Tabela 10 - Interferência do comércio informal nos usos da praça – frequentadores e não frequentadores	144
Tabela 11 - Avaliação dos aspectos físicos e espaciais da praça	145
Tabela 12 - O que acrescentaria na praça	150
Tabela 13 - O que retiraria da praça	151
Tabela 14 - O que diminuiria na praça	151
Tabela 15 - O que organizaria na praça	151
Tabela 16 - Tempo de residência e conhecimento da origem do nome da praça...	158
Tabela 17 - Tempo de residência e mudanças na praça	159

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
a.C	Antes de Cristo
ACREBIA	Associação Cultural Recreativa e Beneficente de Itinga e Adjacências
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
AR	Administração Regional
Av.	Avenida
BA	Bahia
BASV	Base Aérea de Salvador
BCS	Base Comunitária de Segurança
CAB	Centro Administrativo da Bahia
Cd	Compact Disc
CDC	<i>Centers for Disease Control and Prevention</i>
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina
CEMPRE	Cidades e do Cadastro Central de Empresas
CIA	Complexo Industrial de Aratu
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CPE	Centro de Pesquisas e Estudos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Dvd	Digital Versatile Disc
ECINF	Economia Informal Urbana
EM	Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km	quilômetro
m	metro
NBR	Norma Brasileira
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PcD	Pessoa com Deficiência
PEA	População Economicamente Ativa
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PFT	Planejamento da Força de Trabalho
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Pessoas em Idade de Trabalhar
PME	Programa Mundial do Emprego
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
p.p.	pontos percentuais
PPDRU	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
PREALC	Programa Regional de Emprego da América Latina e Caribe
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RLAM	Refinaria Landulpho Alves
RM	Regiões Metropolitanas
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento do Usos do Solo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SEINFRA	Secretária Infraestrutura
SESP	Secretaria de Serviços Públicos
SM	Salário-Mínimo
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade da Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 AS PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES	27
2.1 OS CONCEITOS DE PRAÇAS PÚBLICAS.....	28
2.2 PRAÇAS: USOS, FUNÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	31
2.2.1 As praças no contexto brasileiro	41
3 DEMARCAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA INFORMALIDADE	51
3.1 OS “CONCEITOS” DE INFORMALIDADE E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....	54
3.2 A RELAÇÃO DO COMERCIO INFORMAL COM OS ESPAÇOS VAZIOS URBANOS NO BRASIL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA	78
3.3 ALGUNS NÚMEROS DA INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) ENTRE 2012 E 2019	87
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E LÓCUS DA PESQUISA	98
4.1 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS.....	98
4.2 O BAIRRO DE ITINGA: BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS.....	106
4.3 A PRAÇA DO CARANGUEJO	110
4.3.1 Da origem aos múltiplos usos	110
4.3.2 Análise da inserção urbana da Praça do Caranguejo	120
4.3.3 Mapeamento dos pontos e caracterização do comércio informal do espaço	123
5 ANÁLISE DOS USOS E DO ESPAÇO DA PRAÇA DO CARANGUEJO	131
5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	131
5.2 FREQUÊNCIAS E USOS DA PRAÇA DO CARANGUEJO	134
5.2.1 Residentes frequentadores da praça	135
5.2.2 Residentes que não frequentam a praça	139
5.2.3 Fatores que atrapalham a utilização da Praça do Caranguejo	142
5.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS ASPECTOS FÍSICOS E ESPACIAIS.....	144
5.4 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO.....	146
5.4.1 O que mais gosta e menos gosta na praça	147

5.4.2 O que mudaria na praça	149
5.4.3 Opinião sobre a ocupação do comércio informal.....	151
5.4.4 Conhecimento e expectativas sobre a reforma da praça	154
5.4.5 O Camelódromo de Itinga e as possíveis interferências no espaço da praça.....	155
5.4.6 Mudanças na Praça do Caranguejo	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO	181

1 INTRODUÇÃO

As Praças Públicas constituem-se em espaços promovedores de interações sociais, culturais e de lazer, para os gregos ágora, para os romanos fórum, as praças estão alocadas nas cidades ocidentais desde a Antiguidade Clássica, valendo-se da incumbência da sociabilidade, manifestações sociais, políticas e culturais (LAMAS, 2004).

Ao longo da sua longa trajetória histórica as praças readaptaram-se aos diferentes usos e finalidades, bem como recebeu influências projetuais das mais diversas matizes. No Brasil, desde o período colonial, as praças simbolizaram o ponto de partida das vilas e freguesias, a partir dos adros das igrejas e dos largos.

Com a consolidação dos núcleos urbanos, sobretudo as metrópoles, o esvaziamento das praças se deram, sobretudo, pela concorrência de um sem-número de opções de lazer, além da escalada da violência urbana e da integração com a malha viária dificultando a utilização por parte da comunidade (ROBBA; MACEDO, 2010; SERPA, 2007).

Ademais, os contextos econômicos e sociais, de certa forma reverberam nos espaços públicos dos países em desenvolvimento, através do crescimento da pobreza urbana, desemprego e informalidade (SANTOS, 2008).

Isto pode ser constatado através do crescimento da informalidade de rua nos últimos anos, devido ao aumento do excedente de mão de obra oriundo das crises econômicas de 2015 e 2016, da incapacidade do mercado de trabalho formal em absorver o excedente da força de trabalho e as tentativas ineficientes de formalização e aumento de postos de trabalho, preconizado pela reforma trabalhista. Soma-se a essa realidade o agravamento advindo pela pandemia da COVID-19.

A massa trabalhadora desempregada, para sua subsistência recorrem ao que a literatura em períodos recentes denominou de Economia Informal, ou em se tratando do estágio mais precário do trabalho desprotegido, a informalidade de rua (KREIN; PRONI, 2010; DURÃES, 2013).

O município de Lauro de Freitas, pertencente a Região Metropolitana de Salvador (RMS), lócus desta pesquisa, tem presenciado um significativo aumento do comércio informal de rua em seus principais bairros, a exemplo do mais populoso: Itinga.

Entre os principais espaços ocupados pelo comércio informal, a Praça do Caranguejo, uma das mais importantes do município, apresentam-se como um caso característico, o que motivou a administração local a envidar esforços para o remanejamento dos trabalhadores para um espaço denominado camelódromo.

Diante dessa realidade, a realização da pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar no cenário de crescimento do desemprego e informalidade, no contexto RMS, os impactos sobre os espaços públicos comunitários, como as praças, e propor um estudo inédito sobre a percepção da comunidade lindeira a uma praça em Lauro de Freitas utilizando dados censitários.

Após a delimitação do problema da investigação e da justificativa para a realização do estudo surgiu o seguinte questionamento: Quais os impactos das atividades do comércio informal na configuração espacial e de usos da Praça do Caranguejo em Lauro de Freitas/BA, de acordo com a comunidade lindeira?

Para dar conta dessa tarefa foram definidos os objetivos da pesquisa, a começar pelo geral que propôs analisar a influência do comércio informal sobre as transformações espaciais e de usos da Praça do Caranguejo em Lauro de Freitas/BA e os específicos, a saber:

- a) Apresentar o contexto histórico e socioeconômico do município de Lauro de Freitas, do bairro de Itinga, a formação e caracterização da Praça do Caranguejo.
- b) Identificar os múltiplos usos da Praça do Caranguejo e adjacências.
- c) Descrever a percepção dos residentes nas adjacências da Praça do Caranguejo sobre as transformações ocorridas na área.

Para o construto da dissertação e consecução dos objetivos, foi necessário embasamento teórico a partir dos conceitos norteadores sobre praças públicas e informalidade. Para tal empreendimento consultou-se na literatura os autores seminais de cada área, conforme consta no Quadro 1, das principais referências por tema utilizadas no curso deste trabalho.

Quadro 1 - Referencial para embasamento teórico

AS PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES	
Conceitos de Praça Pública	Caldeira (1998, 2007); Kohlsdorf (1979); Holanda (2014); De Angelis et al.(2005); Coradine (1995); Robba e Macedo (2010); Serpa (2007); Alex (2011); Bueno (2016); Sitte (1992); Spirn (1995); Lamas (2004); Dizeró (2006); Lima (2013).
Usos, funções e transformações	Sennet (1988); Lamas (2004); Arendt (2007); Caldeira (1998, 2007); Benevolo (2019); De Angelis et al. (2005); Saldanha (1993); Mumford (1982); Bakhtin (1987); Segawa (1996); Robba e Macedo (2010); Sitte (1992); Alex (2011); Arendt (2007); Bauman (2009); Jacobs (2011); Lerner (2011).
As praças no contexto brasileiro	Kohlsdorf (1979); Derenji (2002); Weimer (2005); Holanda (2014); Marx (1980); Robba e Macedo (2010); De Angelis et al (2005); Segawa (1996); Souza (2009); Corrêa (1989); Serpa (2007); Alex (2011).
DEMARCAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA INFORMALIDADE	
Os “conceitos” de informalidade e os dois circuitos da economia urbana	Hart (1973); Cacciamali (1983,1991, 2000, 2002); Pochmamm (1999, 2008); De Soto (1987); Ramos (2007); Tavares (2002), Dedecca (2005); Filgueiras, Druck e Amaral (2004); Costa (2010); Dedecca e Baltar (1997); Hugon (1997); Peres (2015); Braga (2003); Durães (2006, 2013); Alves (2001); Krein e Proni (2010); Tomazini (1995 apud KREIN; PRONI, 2010); Antunes (2015); Harvey (1992); Noronha (2003); OIT (2002); IBGE (2005); Santos (2008).
Comércio informal e os espaços vazios urbanos no Brasil	Dedecca (2005); Theodoro (2002, 2005); Durães (2006); Reis (apud DURÃES, 2006); Bandeira e Lago (2008); Gorender (1978); Furtado (2007); Spinola (2009); Pamplona (2004, 2013); Bouças (2017); Kowarick (1994); Maricato (2003); Vasconcelos (2006); Itikawa (2006).
Números da Informalidade - RMS	Medeiros Júnior (2017, 2018); Filgueiras (2019); Alves (2001); IBGE (2010, 2018, 2019, 2020).

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2020).

Após a delimitação do marco teórico, conforme Quadro 1, acima, o caminho metodológico trilhado foi condição fundamental para a resposta do problema de pesquisa e aos objetivos.

Esta pesquisa de abordagem qualitativa, e do tipo explicativa quanto aos objetivos, foi operacionalizada em três etapas: pesquisa bibliográfica/documental; de campo e tratamento e análise dos dados.

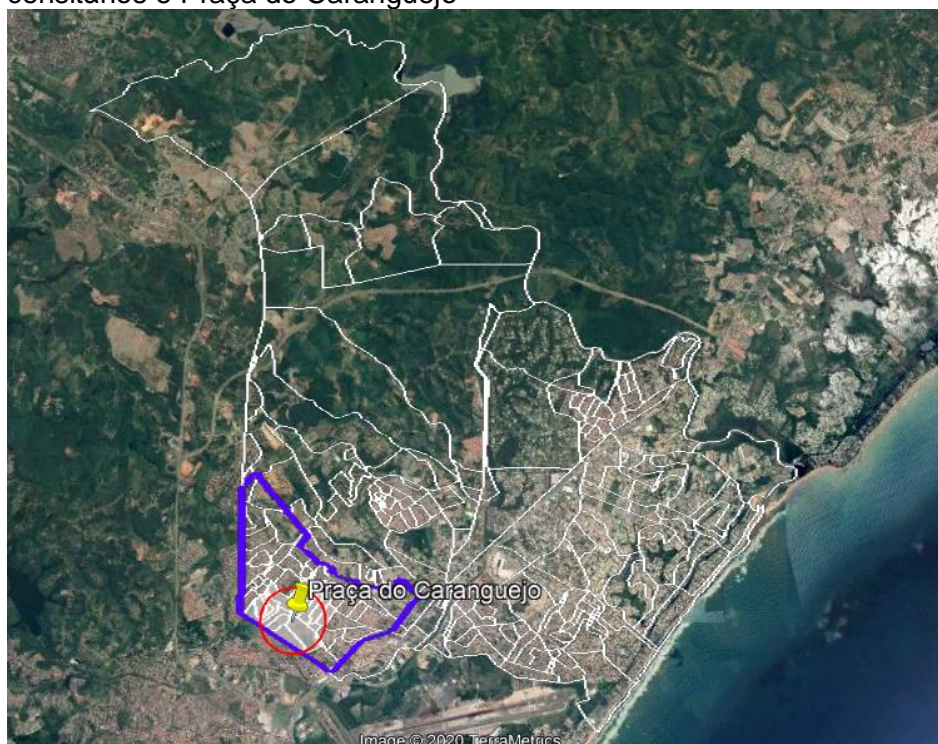
Na primeira etapa, a pesquisa bibliográfica subsidiou à discussão teórica apresentadas nos Capítulos 2 e 3, com base nos conceitos operacionais apresentados. Neste quesito, foram consultados dados secundários oriundos de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Ainda nessa etapa, obteve-se

informações sobre o mercado de trabalho e informalidade no contexto da RMS, dados demográficos e socioeconômicos do município de Lauro de Freitas, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). Além do levantamento de literatura existente sobre a formação e caracterização do bairro de Itinga e da Praça do Caranguejo, constantes no Capítulo 4.

A pesquisa documental foi realizada junto aos órgãos municipais e nos acervos pessoais de moradores antigos do bairro. Em 16 de junho, de 2020, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento do Usos do Solo (SEDUR) de Lauro de Freitas, foram levantadas informações sobre a regulamentação da atividade de comércio informal no município. Em novembro, na Secretária de Infraestrutura (SEINFRA), para obtenção do cadastro socioeconômico dos trabalhadores que atuam no espaço da praça e do projeto de requalificação.

O local do estudo foi a Praça do Caranguejo, localizada no Loteamento Jardim Metrôpole, nº 10, bairro de Itinga, cruzamento da Avenida Fortaleza com a Rua São Cristóvão, Coordenadas 12° 53'44.3 sul, 38° 20' 50.9 oeste.

Figura 1 - Delimitação da área de estudo, Bairro de Itinga, identificação dos setores censitários e Praça do Caranguejo



Fonte: Google Earth (2020).

Nota: Adaptação do autor desta dissertação.

Para delimitação da área, identificou-se na literatura diferentes métodos de dimensionamento de equipamentos públicos e comunitários. Dentre os quais, se pode citar: Castello (2013) e Guimarães (2004), ao considerarem uma distância máxima de 800m entre o usuário e uma praça; e Ghel (2013), ao entender que até 1km representa uma distância confortável. Contudo, em concordância com Era (2012 apud GOTTEMS; BUENO, 2018), ficou estabelecido o raio de abrangência de 500m para esta análise.

A definição do público-alvo ocorreu em duas etapas. Preliminarmente, foi identificado o universo de residentes no raio de abrangência da praça, dentro dos limites municipais, conforme Figura 1.

Para tal empreendimento, foram necessárias as informações dos setores censitários do IBGE (2010), segundo o último Censo Demográfico, de 2010. Foram selecionados os setores cuja maior área encontrava-se na delimitação.

Na segunda etapa detectou-se que nos 15 setores censitários havia uma população de 15.451, sendo que desse total 8.000 eram do sexo feminino e 7.451, masculino. Para definição de uma amostra representativa da população, foi utilizado o software livre Open Epi¹, considerando-se um intervalo de confiança de 90%, o que resultou no quantitativo 266.

Tabela 1 - Tamanho da amostra para a frequência em uma população

Tamanho da população (para o fator de correção da população finita ou fcp)(N):	15451
Frequência % hipotética do fator do resultado na população (p):	50%+/-5
Limites de confiança como % de 100(absoluto +/-%)(d):	5%
Efeito de desenho (para inquéritos em grupo-EDFF):	1
Tamanho da Amostra(n) para vários Níveis de Confiança	

Intervalo Confiança (%)	Tamanho da amostra
90%	266

Equação

Tamanho da amostra $n = [EDFF * Np(1-p)] / [(d^2 / Z^2_{1-\alpha/2} * (N-1) + p * (1-p)]$

Resultados do OpenEpi, Versão 3, calculadora de código aberto –SSPropor
Fonte: OpenEpi (2020).

Adotou-se o critério da proporcionalidade considerando a população de cada setor. Entretanto, a coleta de dados se deu por acessibilidade. Ou seja, dentro do limite de cada setor, foram entrevistados os residentes que se dispuseram a responder a pesquisa.

¹ <http://openepi.com/SampleSize/SSPropor.htm> - Calculadora amostral online e gratuita.

Tabela 2 - Distribuição dos respondentes

Setores	Distribuição dos respondentes por setores censitários														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
População	1151	289	1414	642	1042	753	682	741	1208	1509	1031	1068	1356	1178	1387
Nº Entrevistas	20	5	24	11	18	13	12	13	21	26	18	18	23	20	24

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2020).

Como mecanismo da coleta direta de dados a entrevista foi realizada por meio de questionário. Cabe salientar que a definição por esse instrumento, foi em diversos momentos repensado, devido às restrições de circulação estabelecidas devido ao cenário pandêmico, atrasando o cronograma de aplicação dos questionários, retomado com a flexibilização das medidas restritivas.

É válido ressaltar que o instrumento foi construído no software livre EPI info, disponibilizado gratuitamente pelo *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*, onde posteriormente foram processados e analisados os dados. A elaboração do questionário foi dividida em quatro eixos:

- a) Eixo 1 - Perfil do residente – que buscou identificar entre os residentes respondentes da pesquisa as variáveis: sexo; profissão; escolaridade; renda e tempo de residência.
- b) Eixo 2 – Frequência e usos – espelhando os objetivos 1 e 2, neste bloco foram levantadas informações sobre a frequência e usos dos residentes em relação a praça e a identificação dos motivos e opiniões dos residentes que não frequentadores.
- c) Eixo 3 - Levantamento qualitativo dos aspectos físicos e espaciais da praça – graduar a avaliação dos respondentes sobre aspectos como: piso; banco; mobiliário; vegetação; paisagismo; iluminação; conservação; áreas de circulação; área de lazer e micro acessibilidade.
- d) Eixo 4 – Percepção do espaço – buscou responder ao objetivo específico 3, através da percepção dos residentes do entorno sobre o espaço da praça e sua adjacência.

Para o alcance da versão final do questionário, foram realizados dois testes pilotos ou pré-teste, com 10 residentes do bairro, não participantes do grupo pesquisado. Após esta etapa, optou-se pela inclusão do bloco de perguntas que contemplasse os respondentes não frequentadores, e uma pergunta aberta sobre a atividade do comércio informal no espaço da praça.

Antes da incursão ao campo, foram realizadas três reuniões em que o pesquisador apresentou os objetivos da pesquisa, a estrutura do questionário e a forma de aproximação ao respondente aos seus auxiliares. Foi ratificado o critério de preenchimento dos campos do questionário sem o oferecimento de opções de respostas além das estabelecidas.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os dias 8 e 18 de fevereiro de 2021, pelo pesquisador e três auxiliares, em horários alternados nos turnos da manhã e tarde. À medida que a aplicação de cada setor era concluída, verificou-se a validade de cada questionário e, após a conferência, os dados foram registrados no EPI info.

Para analisar os dados foram utilizados os softwares EPI info, Microsoft Excel e Microsoft Word. Em primeiro plano foram tabulados os dados das questões objetivas e quantitativas sobre o perfil do residente que respondeu a pesquisa, a frequência dos usos e finalidades, bem como, a percepção dos residentes entrevistados que não utilizam o espaço. De igual modo se procedeu com as questões do eixo 3.

Na tabulação e análise dos dados do Eixo 4, cuja abordagem de interpretação foi qualitativa, pelo fato das questões serem abertas e primarem pela percepção do sujeito sobre o espaço, o EPI info auxiliou na construção do quadro de relatos. A partir desse quadro, transportado ao Microsoft Excel, se pôde categorizar as respostas e analisá-las à luz dos objetivos da pesquisa, no Capítulo 5 e nas considerações finais.

Este trabalho está estruturado além desta Introdução e das Considerações Finais, em mais quatro capítulos.

O segundo capítulo tratou sobre as origens e a trajetória histórica das praças públicas nas cidades ocidentais, considerando o seu início na antiguidade greco-romana até às transformações ocorridas com a emergência das metrópoles. Neste capítulo foi apresentado o surgimento das praças no Brasil e como estas foram adaptando-se aos novos contextos sociais e econômicos sob influências projetuais de outros países, influenciando nos usos e finalidades ao longo do tempo.

No terceiro capítulo abordou-se o tema da informalidade e dos diferentes empreendimentos para a definição de um conceito. Levou-se em consideração às discussões iniciadas na Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a existência do setor informal na realidade nos países em desenvolvimento, tal como os latino-americanos. Decupou-se temporalmente as diferentes perspectivas sobre a

informalidade até os dias atuais compreendendo-se que a informalidade de rua é a forma de trabalho mais desprotegida dentro da Economia Informal. Outrossim, foram apresentadas as raízes históricas da informalidade no Brasil e as diferentes formas ao longo do tempo de apropriação do espaço público. Por fim, foram apresentados os dados do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), dos indicadores relacionados ao trabalho e informalidade no Brasil, Bahia e RMS.

No Capítulo 4, enveredou-se para a caracterização da área em que a pesquisa foi realizada, o município de Lauro de Freitas. Apresentou-se uma breve contextualização da emancipação, crescimento demográfico e formação do bairro de Itinga. Após apresentar como se deu o processo de consolidação do bairro, narrou-se a trajetória da Praça do Caranguejo desde a sua construção, perpassando pelas significativas transformações e os diferentes usos e funções.

O Capítulo 5, que apresentou a pesquisa de campo, identificou os múltiplos usos da praça pelos moradores das adjacências e a percepção dos mesmos sobre as mudanças na área. Nesta etapa foram constatados os perfis de usos e finalidades da praça e as motivações que distinguem os frequentadores dos não frequentadores. Sobre o espaço da praça, além da abordagem sobre as atividades do comércio informal realizadas no local e suas possíveis implicações, levantou-se as diferentes opiniões sobre as transformações da praça e do seu entorno e as proposições da comunidade sobre a inserção de novos elementos no espaço.

2 AS PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS, USOS E FUNÇÕES

As praças públicas representam espaços de sociabilidade que propiciam o encontro e o convívio de pessoas nas cidades. Antes da consolidação do núcleo urbano, registra-se que nos primeiros assentamentos humanos, espaços centrais existiam com este propósito, como verifica-se em algumas aldeias indígenas brasileiras que preservam suas raízes ancestrais de organização comunitária, em que a disposição das ocas em círculo ou elipse fazem com que o espaço livre no centro seja o palco para realização de cerimônias religiosas, danças e jogos (CALDEIRA, 2007; KOHLSDORF, 1979; HOLANDA, 2014)

A maioria das cidades possuem uma praça², que se destaca como um ponto de referência, local de acontecimentos históricos, espaço de entretenimento e lazer, área de confluência e centralidade. As praças como um “espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano” tiveram suas funções e morfologias atreladas aos processos de formação política, social e econômica das cidades (SEGAWA, 1996, p. 31). Assim, ao passo das transformações na sociedade, os espaços públicos urbanos foram ressignificados, recebendo novas formas, usos e funções. Nas praças, eventos culminaram em rupturas que mudaram o curso da história.

De Angelis (2005) sintetiza alguns desses acontecimentos, ao lembrar que foi na praça que Platão despertou no povo ateniense a consciência cidadã e política no intuito de formar correntes de opinião sobre o futuro das cidades helênicas. E em Roma surgiu o Império homônimo.

Nesses espaços, que o autor De Angelis (2005, p.1) ressalta ser um “ponto de coesão dada a sua centralidade, que aglutina a massa que nela ocorre para o espetáculo da vida e da morte”, a monarquia francesa ruiu ante aos olhos dos revolucionários com a execração pública de sua última representante, a rainha Maria Antonieta da Áustria, em Paris na antiga praça Luís XV, que após este ocorrido foi rebatizada, passando a ser chamada de Praça da Revolução e posteriormente Praça da Concórdia.

² Sun Alex (2011) em *O Projeto da Praça*, convívio e exclusão no espaço público, faz alusão a cidades sem praças. Contudo, o autor está se referindo a suburbanização desencadeada depois da segunda guerra nos Estados Unidos da América (EUA), em que os bairros-jardins não contemplavam a *place* como espaço social e sim o jardim funcional moderno.

Da mesma forma, a Praça de São Petersburgo foi o local que a revolução bolchevique anunciou a queda do czarismo e a assunção do comunismo, na extinta União Soviética. Assim como a Praça de Tiananmen em Pequim testemunhou a agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989 (DE ANGELIS, 2005).

Ao se pensar o espaço público urbano que traduza as interações sociais, culturais, religiosas, políticas e de lazer, tão logo surgirá no imaginário do cidadão a imagem da praça. Essas, apresentam em seu espaço as contradições sociais através das apropriações do seu território por diversos usos que redefinem suas funções, conforme Coradine (1995, p. 12) situa:

As [...] praças surgem no cenário urbano com uma identidade própria, segundo o imaginário de cada época. Essa identidade corresponde às imagens e representações que são construídas a partir de diferentes discursos, usos, olhares que imprimem, a cada praça de cada cidade em diferentes épocas, diferentes significados.

Não se pode assegurar na contemporaneidade que as praças públicas guardem as mesmas configurações de formas, usos, funções e tipologias, em suas dimensões políticas, econômicas e sociais tal como em seu nascedouro, nem se deve analisá-las excluindo-as do seu contexto urbano (ROBBA; MACEDO, 2010).

Portanto, fez-se necessário identificar a evolução conceitual de praças públicas desde sua gênese, na Antiguidade greco-romana, sua trajetória nas Idades Média, Moderna e seus diferentes conceitos na contemporaneidade, apresentando como se formaram e evoluíram no contexto brasileiro.

2.1 OS CONCEITOS DE PRAÇAS PÚBLICAS

A etimologia do termo praça é originária do latim *platea*, que remete a ideia de um amplo espaço, ou “rua livre”, circundado por edifícios que definem suas funções, lugar público, largo, área de mercado ou espaço público arborizado que reúne um conjunto de negociantes de uma cidade (BUENO, 2016; CALDEIRA, 1998; FERREIRA, 1986).

Definir ou conceituar praça não é um exercício fácil, pois não há um consenso teórico sobre a terminologia. Por isso, se fez necessário buscar as similaridades entre as definições apresentadas por alguns autores acerca deste espaço.

Sobre a existência de inúmeras definições referentes ao termo praça, Robba e Macedo (2010, p. 15) inferem que mesmo havendo divergência entre autores, a convergência entre eles se dá em “conceituá-la como espaço público e urbano celebrada como um importante espaço de convivência e lazer para os habitantes urbanos”. Considerando as variadas formas de apreensão do termo, De Angelis (2005, p. 1-2) concorda com Robba e Macedo (2010), quando afirma que os “conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos, no entanto todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro”.

Ainda de acordo com Robba e Macedo (2010, p. 23), as praças são “espaços livres de edificações, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Para estes autores, o caráter público do espaço o torna passível da intervenção política, que exerce influência sobre a sua dinâmica, organização funcional e concepção paisagística, o que é constatado por Serpa (2007) ao analisar a seletividade das intervenções nos espaços públicos de lazer por deliberação do poder político reinante.

Todavia, são afirmadas as funções de lazer e interação social entre os cidadãos, o que é anuído por De Angelis (2005, p.2) quando aponta que “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento”, o que permite compreender as suas múltiplas dimensões. Sob a perspectiva da praça como elemento integrador da cultura urbana, ela é “simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se a seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade.” (ALEX, 2011, p. 23).

Observa-se a justaposição entre as funções e as definições de praças públicas. Neste sentido, Camilo Sitte, urbanista austríaco do século XIX, ardoroso defensor da arte aplicada à construção das cidades, escreveu que nas praças “concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizava-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes.” (SITTE, 1992, p. 25). Esta polivalência é apoiada por outros autores, que relacionam o espaço às atividades de entretenimento (RIGOTTI, 1956), excitação e descanso (WEBB, 1990), a representatividade da qualidade do

espaço urbano (ORLANDI, 1994 apud DE ANGELIS, 2005) e local para ver e ser visto como ator na trama social (SPIRN, 1995).

Ao analisar os elementos morfológicos do espaço urbano, Lamas (2004) distingue a praça ocidental dos espaços que acidentalmente são formados na malha urbana como resultado de alargamento ou confluência de traçados, tal como nas cidades islâmicas em que estas não existem. Para o autor, a praça surge da intencionalidade na estrutura urbana, no seu desenho e nos elementos morfológicos que a caracterizam. Assim, se a rua e o traçado representam lugares de circulação, a praça “é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana, comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas.” (LAMAS, 2004, p.102).

Sobre a intencionalidade que distingue a praça dos demais logradouros, Dizeró (2006, p.8), acrescenta que esta é um “espaço público aberto, situado em um ponto crítico em áreas urbanas, tal como inserção de caminhos ou em frente de edifícios públicos, para reuniões, mercados, propósitos estéticos, ou para facilitar o fluxo do tráfego”. Nesta perspectiva o espaço da praça transcende a finalidade do encontro ao determinar sua relevância na organização da malha urbana através da intercessão das vias para ordenar o tráfego e a monumentalidade atribuída ao espaço dada a localização “crítica” na área urbana.

A praça representa uma espécie de espaço multiforme, modificando-se e adaptando-se às épocas. Há um equívoco entre os planejadores urbanos, gestores públicos e a comunidade ao atribuírem a outros espaços públicos a designação de praça. Neste quesito adverte-se que as áreas ajardinadas da cidade, os canteiros centrais, rotatórias, áreas verdes, taludes, jardins e os demais vazios do espaço urbano não podem ser considerados praças, mesmo que estes sejam fundamentais para a melhoria da qualidade ambiental urbana, através da melhor circulação do ar, insolação, drenagem e contribuição para o embelezamento das cidades (ROBBA; MACEDO, 2010). Porquanto, as praças representam muito mais do que espaços livres na malha urbana, sendo “dotadas de histórias, vivências, experiências, imaginários e simbolismos impressos pelos diversos sujeitos que compõe o seu cenário.” (LIMA, 2013, p. 33).

2.2 PRAÇAS: USOS, FUNÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

As mudanças provocadas pela emergência da cidade industrial e posteriormente da cidade global definiram novos padrões de sociabilidades entre os indivíduos, em que a esfera privada das relações prevaleceu sobre a esfera pública (SENNET, 1988). Isto têm-se aplicado aos espaços públicos de Lazer, neste particular as praças. Portanto, ao longo da trajetória histórica, movimentos no interior da sociedade definiram novos papéis para este espaço.

Para o resgate da praça como espaço-síntese da cidade nas suas dimensões sociais, políticas e econômicas serão observados três momentos distintos de transformação funcional: a praça como espaço da manifestação política; a praça como espaço de mercado e a praça como espaço de lazer. Contudo, serão observadas as simbioses entre estas funções em momentos transitórios.

Para tal intento, uma digressão à Idade Antiga, mais precisamente à Antiguidade Greco-Romana indicará as raízes das praças como o espaço público que reúne atualmente múltiplas de atividades.

Para Lamas (2004), falar das cidades gregas implicaria uma breve reflexão sobre a organização política e social da Grécia antiga e sua correlação com os espaços urbanos. A partir do século de Péricles³ consolida-se o sistema social e político da democracia, o que racionalizou o espaço com a organização funcional das cidades gregas por zonas de atividades. Em decorrência das razões político-sociais, não existia na Grécia o enaltecimento de um soberano, família ou um poder através dos seus símbolos. A disposição dos elementos urbanos no espaço público atrelava-se às questões da religião e do poder democrático. Segundo Arendt (2007) a *polis* representou a ruptura na organização das cidades com base na casa (*oikia*) e na família. Para esta autora:

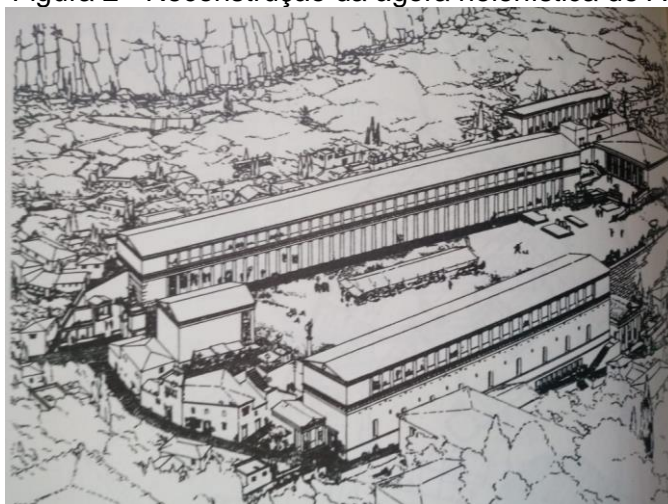
O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*). (ARENDR, 2007, p. 33).

A *ágora*, o embrião das praças ocidentais, surge naquele contexto histórico na *polis* Grega, no século V a.C. Era constituída de um pátio aberto, com edifícios de

³ Século de ouro em Atenas. Período em que se fomentou a arte, as letras e a liberdade na Grécia.

funções administrativas e jurídicas. Pormenorizando as atividades dos edifícios do entorno da *ágora*, destaca-se o *bouleuterium*, uma espécie de sala de conselho da cidade e o *prytaneum*, onde funcionava a câmara privada para os chefes oficiais do magistrado. Um dos lados era conformado por uma construção em pórticos, a *Stoa*, onde funcionava o mercado (CALDEIRA, 1998, p. 17).

Figura 2 - Reconstrução da *ágora* helenística de Assos



Fonte: Benevolo (2019, p.152).

Como centro dinâmico, a *ágora* representou o principal local de encontro dos cidadãos, para o exercício da cidadania através da formação de correntes de opiniões políticas, em que a ação e o discurso eram dotados de sentido e a persuasão prevalecia sobre a violência e toda espécie de dominação tirânica. A função de mercado foi um subproduto deste espaço, o que permitiu a criação de uma segunda *ágora* para que as funções cívicas não fossem desvirtuadas. (CALDEIRA, 2007; DE ANGELIS, 2005; LAMAS, 2004).

A *ágora* como um ambiente democrático representou um “[...] espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Os gregos diziam que havia povos com *ágora* e povos sem *ágora*, uns com liberdade e outros sem liberdade”. (SALDANHA, 1993, p. 15).

Se a praça dos gregos foi importante na cultura da *polis*, de igual modo o *Fórum* Romano exerceu papel central na *urbis*. Símbolo da união de várias tribos estrangeiras que habitavam Roma, o *Fórum* diferenciava-se da *ágora* pelo seu traçado desordenado e a reunião de edifícios com diversas funções que não guardavam relação formal entre si.

No mesmo espaço, era possível concentrar as atividades de mercado, assembleia, encontros políticos, além de disputas atléticas e gladiatórias. Diferentemente da praça grega, a monumentalidade dos elementos constitutivos do Fórum traduzia o poderio do Imperador da época. Naquele minimodelo urbano a vida pública acontecia, reuniam-se a multidão para observar as paradas militares e os discursos dos oradores que se dirigiam as massas que afluíam ao local (DE ANGELIS, 2005; MUMFORD, 1982).

Com o fim do Império Romano, as cidades medievais (burgos) formaram-se em paralelo ao feudalismo, ao poder da igreja, do comércio, da manufatura e do artesanato, iniciando-se o processo de formação e desenvolvimento urbano na Europa. De acordo com Lamas (2004), a formação das cidades medievais tiveram diversas origens considerando-se as seguintes hipóteses: as antigas cidades romanas que permaneceram foram reocupadas; os burgos que se formavam na periferia da cidade romana, do outro lado do rio, se desenvolveram até formar cidades; os antigos santuários cristãos instalados fora das cidades romanas no período medieval formaram novos núcleos urbanos; as cidades que se formaram pelo crescimento de aldeias rurais e as novas cidades, como as *bastides*, fundadas como bases comerciais e militares a partir de um plano geométrico predeterminado.

Tais cidades tinham características morfológicas similares possuindo uma paisagem urbana característica, composta pela muralha, pelas ruas, quarteirões, edifícios e a praça. A praça medieval, articulada na escala urbana, contrastava com a densa paisagem e expressava a reunião das mais variadas atividades, desde o comércio ao espetáculo. Sobre as manifestações da cultura popular nas praças neste período, Bakhtin⁴ assinala:

A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as “tomadas de palavra” (desde as interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. [...] A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de “exterritorialidade” no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra. (BAKHTIN, 1987, p. 132).

⁴ Mikhailil Bakhtin (1987), no livro: *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, apresenta a relação das manifestações não oficiais da multidão com a praça medieval.

Hugo Segawa (1996, p.33) constatou que o mundo da “ordem oficial” mencionada por Bakhtin, referia-se à comunicação formal e hierárquica particular dos palácios, templos e instituições permeada por regras e polidez. Contudo, era na praça que o discurso familiar se diferenciava em uma linguagem única, que não caberia na igreja, na corte e na língua falada das classes dominantes. A vida na praça pública caracterizava-se pelo riso, pelo escárnio, pela festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática.

Dessa maneira, a cultura popular não-oficial na Idade Média e no início da Renascença, ocorria para o seu território peculiar, a praça pública, principalmente nos dias de festa, como o carnaval e nas realizações de feiras livres. Entretanto, esse espaço para além de contemplar o espetáculo e a sociabilidade, era o cenário em que se demonstrava o poder das leis, através de julgamentos e execuções públicas (BAKHTIN, 1987).

Sobre as tipologias das praças no núcleo urbano medieval, Paul Zucker (1959, apud ROBBA; MACEDO, 2010) subdividiu-as em cinco categorias:

- Praças de mercado – Reunia toda atividade comercial da cidade, estabelecida em lugar de grande movimento, como na rua principal ou em seu alargamento.
- Praças no portal da cidade – Geralmente em formato triangular, onde partiam duas ou três ruas em direção ao centro. Eram áreas de passagem e distribuição do tráfego.
- Praças como centro da cidade – Implantadas no centro do povoado
- Adros de igrejas – espaço em frente às igrejas para reunião dos fiéis antes e depois das celebrações religiosas.
- Praças agrupadas – espaços de conexão entre o adro da igreja e as praças de mercado.

A cidade medieval crescia espontânea e desordenadamente em trono de si através do arruamento tortuoso e da disposição dos edifícios sem uma determinação prévia, ao que Lamas (2004), Segawa (1996) e Sitte (1992) denominaram de crescimento orgânico. O surgimento dos tratados de arquitetura relacionados a concepção política e social da cidade, a consolidação da classe burguesa e o

desenvolvimento do mercantilismo inauguraram um período de transição do espaço espontâneo para o planejado.

A “cidade ideal” emerge como uma nova concepção de espaço formal projetado em detrimento da espontaneidade da forma medieval. Com o advento da transição do Medieval para o Renascimento, a figura da praça formal surge como um importante elemento estruturante, responsável pela reordenação urbana sob o traçado rígido, formal e esteticamente projetável. A *Piazza del Campo*, em Siena (Figura 3), reconfigurada por causa da construção do *Palazzo Pubblico*, o edifício da prefeitura, no final do século XIII representou a passagem da Idade Média para o Renascimento (ALEX, 2011).

Figura 3 - *Piazza del Campo*, em Siena



Fonte: Benevolo (2019, p.311).

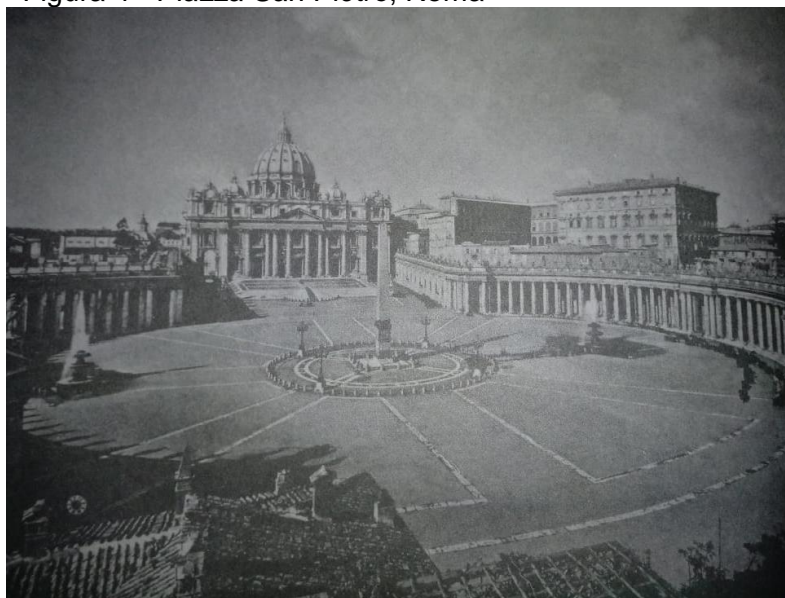
Naquele período, a praça passou a receber elementos de embelezamento como pórticos, fontes, colunas, obeliscos e pavimentação, inspirados nos conceitos teológicos e sócio-filosóficos. Além de representar o espaço fundamental das sociabilidades, a praça constituiu-se um símbolo de uma nova ordem social e governamental orientada pela ascensão da classe burguesa que reivindicava um espaço para demonstração pública de poder. Com isto, a funcionalidade da praça no período renascentista deu lugar as atividades cada vez mais restritas a monarquia e a igreja, em vez da continuidade da espontaneidade das manifestações populares.

Bakhtin (1987) analisou a mudança no uso e função da praça no período renascentista. De acordo com este autor:

Assiste-se a um processo de redução, falsificação, e empobrecimento progressivos das formas dos ritos e espetáculos carnavalescos populares. Por um lado, produz-se uma estatização da vida festiva, que, que passa a ser uma vida de aparato; por outro, introduz a festa no cotidiano, isto é, ela é relegada à vida privada, doméstica e familiar. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringem-se cada vez mais. (BAKHTIN, 1987, p. 30).

Com as mudanças sobre as formas e os usos das praças renascentistas e barrocas, surgiram a *Piazza* italiana, a *Place Royal* francesa e as *Squares* inglesas. Originada no período de renovação estética na Itália no século XVI entre as cidades mais importantes como Roma, Florença e Veneza, cuja preocupação voltava-se a estética e a formação de um cenário urbano articulando o conjunto arquitetônico e o seu entorno, a *Piazza* italiana representou as transformações sociais, políticas e intelectuais, sucedidas pelo programa capitaneado pelo papa Sixto V. As principais intervenções ocorreram em destacados espaços, podendo citar alguns a exemplo da: *Piazza della Signoria* em Florença, *Piazza San Marco* em Veneza e a *Piazza San Pietro* em Roma (CALDEIRA, 2007; SEGAWA, 1996).

Figura 4 - *Piazza San Pietro*, Roma



Fonte: Benevolo (2019, p. 546).

À época das mudanças suscitadas na Itália, as intervenções na França ocorreram de maneira mais significativa a partir dos projetos de novas cidades, sendo que as principais praças parisienses eram a *Place de Greve* (atual *Place de l'Hôtel de Ville*) e o paço de Notre Dame. Com base nesta nova concepção de praças cuja forma objetivava o ordenamento da cidade de Paris, a *Place Dauphine* configurou-se como a primeira praça geometricamente projetada, em que os edifícios com fachadas contínuas determinavam a sua forma, consolidando através deste modelo a *Place*

Royal francesa a partir do século XVIII, como representação do poder absolutista real através da sua monumentalidade, a exemplo da *Place Des Vosges* e da *Place de la Concorde* (ALEX, 2011; CALDEIRA, 2007).

Com o crescimento das cidades na Inglaterra no século XVII, destacando-se Londres e os acontecimentos, como a epidemia da peste e o grande incêndio em 1666, surge a necessidade de reordenamento urbano. Como um novo princípio organizador do espaço surgiu a *Square* Inglesa, conceito de praças residenciais com o objetivo de proporcionar privacidade em relação à vizinhança, tornando-se um museu da natureza e realçador da sofisticação das moradias. Uma das características deste tipo de praça consistia em manter afastadas atividades comerciais que importassem grande fluxo de transeuntes. Por se tratar de um espaço de uso quase restrito, diferenciava-se da *Piazza* italiana e da *Place Royal* (CALDEIRA, 2007; SEGAWA, 1996; SENNET, 1988).

As transformações promovidas pela inserção das praças formais como elemento reorganizador do espaço urbano não aconteceram somente na Itália, na França e na Inglaterra. Em outra perspectiva, registra-se que a geometrização da *Plaza mayor*⁵ foi influenciada pelo modelo renascentista e barroco. De acordo com De Angelis (2005), essas praças hispânicas do século XIII, formaram-se como local de mercado fora do tecido urbano, no extramuros dos castelos. Com o fluxo de negociantes, formou-se um núcleo no seu entorno com o surgimento de novas edificações. A partir do século XV, a *Plaza Mayor* passou a ser utilizada como cenário de reuniões públicas, espetáculos profanos, torneios, touradas, jogos, mercado semanal, representações teatrais, danças, autos sacramentais e de fé e prática da justiça. Após o Renascimento regulariza-se sobre a base de um traçado retangular, concebendo-se seu conjunto arquitetônico como unidade urbana (ALEX, 2011; LAMAS, 2004).

A necessidade de ordem pública, fator imprescindível à concepção das praças projetadas, deslocou a multidão para outras áreas da cidade. Os padrões de sociabilidade através dos espaços de uso comum foram redefinidos. Isto se deu por duas determinantes, a primeira, os princípios estéticos que tornaram as praças monumentos em si mesmas, esvaindo toda a espontaneidade da vida cotidiana da

⁵ De acordo com De Angelis (2005), a Praça de Armas é uma variante da *Plaza Mayor* em virtude da sua morfologia e funções, dentre as quais situam-se os treinamentos militares, mercados e reuniões.

Idade Média. A segunda, através da expansão da classe burguesa que estabeleceu uma nova identidade social predominante, cuja necessidade de ser visto em público para ostentação do poderio econômico fez surgir novos espaços em detrimento da praça.

Para atentar aos hábitos da burguesia com as novas práticas do passeio⁶ para afirmação da superioridade social, Segawa (1996) aponta para a criação ou ampliação dos Jardins Públicos. Registra-se, que o padrão comportamental nestes espaços se dava em termos de representações, ou seja, se estabeleciam normas de condutas nas interações sociais no seu interior. Neste sentido o autor descreve em pormenores o ambiente deste espaço:

Adentrar um jardim público implicava o aceite silencioso de normas de conduta, imposição de sociabilidade cuja vigência se restringia ao território reservado do passeio. Um dos aspectos marcantes no ambiente dos jardins era 'a germinação da idéia do silêncio público': as pessoas poderiam apenas passear, ou ficar sentadas, em silêncio. (SEGAWA, 1996, p. 46).

As mudanças comportamentais na sociedade a partir da segunda metade do século XVIII e o enfraquecimento da esfera pública da vida cotidiana, proporcionaram a criação de novos espaços fechados como bares, cafés e teatros, deslocando atividades que antes ocorriam no espaço público para estes recintos restritos. Isso corroborou para o esvaziamento da praça pública como espaço polivalente da cidade. Observa-se que a transição entre as atividades da praça para o jardim público e posteriormente para locais privados deram-se a partir dos hábitos da sociedade. Sobre isso Arendt (2007) acentua que:

O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é, de modo algum indiferente. Obviamente, o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nela são admitidas, mas, em grande parte, a natureza da própria atividade também muda. (ARENDR, 2007, p. 56).

A partir do século XIX, com o rápido crescimento urbano como efeito do desenvolvimento industrial, houve a necessidade premente de intervenções na escala da cidade e não em pontos estrategicamente escolhidos, como nas praças no período renascentista. Paris e Londres, os casos emblemáticos da transição da cidade para metrópole, contemplaram o surgimento de bairros operários oriundos das instalações fabris, o que em curto período ocuparam grande parte dos espaços disponíveis das cidades. Com o adensamento da cidade industrial, o que valorizou o solo, mas em

⁶ Robba e Macedo (2010) e Richard Sennet (1988), definem como *Footing* a prática do passeio

contrapartida culminou no aumento das patologias urbanas, consolida-se apoiada no discurso higienista às propostas de reformas urbanas (MUMFORD, 1982).

Analisando a posição da praça pública em meio as grandes obras que se seguiram em Paris, Londres e Viena, ressalta-se que os urbanistas deixaram de lado as preocupações com as intervenções pontuais, estabelecendo a estratégia de grandes eixos da cidade moderna que deveria expressar o avanço tecnológico e industrial, perdendo a praça suas características anteriores por não haver esforços para sua revitalização, a exemplo da função de abastecimento de água pelos chafarizes que passou a ser realizado por meio de distribuição encanada e a concorrência de novos espaços fechados para o entretenimento (CALDEIRA, 1998)

A reforma emblemática realizada neste período foi a empreendida por Haussmann em Paris, sintetizando a adaptação da praça a nova concepção de cidade monumental. Através da criação dos *boulevares* e ampliação das ruas para o fluxo do tráfego, a feição do espaço público se modificou. As relações entre os cidadãos passaram aos espaços fechados e seguros, neste ínterim, as praças foram relegadas à condição de espaço aberto e multifuncional. Como vitrine desta adaptação, as praças-*carrefours* e *rond-points* se estabeleceram como novos símbolos urbanos, cujo objetivo era a integração das ruas como ponto de passagem, a exemplo da *Place De l'Etoile* (Figura 5).

Figura 5 - *Place De l'Etoile*, Paris



Fonte: Benevolo (2019, p. 712).

A partir dessa lógica, se pode observar o declínio das praças públicas nas primeiras décadas do século XX. Caldeira (2007) atribui essas mudanças às transformações urbanas que ressignificaram a relação do cidadão com o espaço urbano. Segundo a autora:

Essa nova escala da metrópole moderna anuncia um novo fenômeno para os espaços públicos: o esvaziamento e a perda de características tradicionais. Esse processo consolida-se no séc. XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana. A instituição de grandes espaços urbanos e de grandes estruturas materializa-se em autoestradas, viadutos, eixos rodoviários, trincheiras e passarelas. A circulação, sobretudo dos meios de transportes, não se restringe mais ao nível do solo, pois a tecnologia permite explorar espaços subterrâneos e aéreos, introduzindo uma nova dimensão urbana. Nesse contexto, a rua e a praça assumem papéis distintos: a primeira torna-se o lugar da circulação e do deslocamento, e a segunda transforma-se em um amplo espaço vazio. Dependente cada vez mais de superfícies destinadas ao sistema viário, o espaço público da cidade moderna torna-se totalmente desconectado de suas áreas adjacentes. (CALDEIRA, 2007, p. 33).

Entretanto, uma nova dinâmica em termos de valorização deste espaço-síntese da cidade contemporânea concentrou esforços de urbanistas como forma de incorporação de diferentes usos e apropriações. Acrescenta-se que, a partir dos anos 1960 os olhares sobre o espaço público como forma de garantir o direito à cidade em contraponto a funcionalidade da cidade pós-industrial, fortalece-se na ideia do retorno à praça como elemento urbano indispensável a sociabilidade, ao lazer e a qualidade ambiental urbana.

As intervenções pontuais nas praças e parques da cidade contemporânea debelaram fatores que depuseram contra suas principais funções no curso da sua história, como a concorrência de outros espaços fechados e seguros, a violência urbana e o tráfego no cotidiano das metrópoles. Contudo, nota-se que as contradições sociais têm permitido que usos diversos ocorram concomitantemente no mesmo território, propiciando conflitos entre os seus usuários (BAUMAN, 2009; JACOBS, 2011; LERNER, 2015).

Através do resgate histórico e teórico da praça pública, constatou-se os movimentos pendulares acerca do seu protagonismo na escala urbana. Muito embora, em cada fase da sua trajetória, a praça continuou a exercer papel fundamental na relação cidadão *versus* espaço público, moldando além da paisagem urbana, os modos de viver coletivo (ALEX, 2011).

2.2.1 As praças no contexto brasileiro

A praça brasileira sob a abordagem antropológica teve a sua origem anterior à colonização portuguesa. Estudos relacionados à cultura indígena atribuem a construção e a disposição das ocas de maneira a formar um centro que permitisse celebração ritualística, realização de jogos e o convívio entre os habitantes das aldeias (KOHLSDORF, 1979).

De acordo com alguns autores que se dedicaram ao estudo sobre a estruturação das aldeias no Brasil, a construção das habitações variava de acordo a cultura de cada tribo. Todavia, concordam que o espaço central⁷, ou seja, a praça, era característico a maioria destas, a exemplo dos xavantes, bororo, tapirapé, tampitauá, tupis-guaranis e os yanomamis (DERENJI, 2002; WEIMER, 2005).

Porém, foi a partir da colonização portuguesa, no século XVI, que se constata a sua formação no núcleo das vilas, freguesias e províncias. Neste contexto, com o estabelecimento das capelas ou igrejas, do casario e de outros edifícios que configuravam a estrutura base para formação das cidades coloniais, os espaços livres públicos começaram a surgir. Dito isto, se pode comparar os primeiros assentamentos coloniais brasileiros com as cidades medievais, que se desenvolveram de maneira espontânea a partir de estruturas religiosas independentes ou a relacionadas ao centro comercial. Neste particular, ressalta-se que a diferença fundamental entre as cidades de colonização portuguesa e espanhola, se deu em termos do desenho previamente elaborado dos assentamentos hispânicos-americanos em face a natureza desordenada do modelo luso (HOLLANDA, 2014; ROBBA; MACEDO, 2010).

Neste ínterim, as praças brasileiras surgiram como espaços livres, produto da disposição das edificações do seu entorno, conforme Marx (1980), estudioso da formação das cidades é categórico ao afirmar:

A praça como tal, para reunião de gente e para o exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante das capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores. (MARX, 1980, p.50).

⁷ De acordo com Weimer (2005), o espaço central formado pelas casas que se dispunham de forma circular ou semicircular, denominava-se *warã* ou *ocará*. Indicando a necessidade dos habitantes em hierarquizar seus espaços de convivência e uso coletivo para a celebração de cerimônias e rituais.

Segundo o autor supracitado, os templos religiosos dificilmente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, os fiéis que afluíam para suas celebrações, concentravam-se nos seus adros que abrigava tanto atividades religiosas, como mundanas, tais como: lazer, mercado, política e militar.

Era comum que aqueles espaços livres denominados de pátio, largo, terreiro ou rossio recebessem nomes dos santos católicos relacionados aos templos construídos em seu louvor. Se por um lado, os primeiros assentamentos se assemelhavam em forma as cidades medievais, as praças diferiam em categorização, tendo em vista que no medievo, no tocante aos usos e apropriações fez-se notar a necessidade de dividi-las por atividades, tal como verificou Zucker (1959) conforme já apresentado neste capítulo.

Entrementes, a praça brasileira, configurava-se como um espaço polivalente, reunindo as manifestações dos costumes da população independentemente da posição social. Era o local onde “os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder e os pobres sua pobreza.” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 22).

Alguns espaços a exemplo da praça da Câmara (Praça Municipal), o Terreiro de Jesus e o Pelourinho em Salvador, então capital da colônia, o Pátio do Colégio em São Paulo, o Pátio de São Pedro em Recife e o Pátio do Carmo (atual praça XV de Novembro) no Rio de Janeiro permitem demonstrar o caráter cívico da praça e sua relação com os edifícios do seu entorno no período colonial e as similaridades com as praças secas (*piazza, place, piazza*) europeias.

Figura 6 - Terreiro de Jesus em Salvador - Bahia



Fonte: Robba e Macedo (2010, p.16).

Durante o período colonial, a praça exerceu funções sociais que proporcionavam o convívio social, o uso religioso, militar, comercial, de circulação e recreação. Robba e Macedo (2010) organizaram as funções das praças em quatro períodos, considerando as respectivas transições programáticas e paisagísticas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Função social das praças no contexto urbano brasileiro e seus respectivos períodos

Período	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função Social das Praças	<ul style="list-style-type: none"> • Convívio social • Uso religioso • Uso militar • Comércio e feiras • Circulação • Recreação 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Passeio • Convívio social • Cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Recreação • Lazer esportivo • Lazer cultural • Convívio social • Cenário 	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplação • Recreação • Lazer esportivo • Lazer cultural • Convívio social • Cenário • Comércio • Serviços • Circulação • Cenário

Fonte: Adaptado de Robba e Macedo (2010, p. 152).

As praças do período colonial não traziam todos os elementos renascentistas que primavam pela estética, ordenamento e monumentalidade do espaço como as europeias. Os chafarizes dispostos em alguns largos, tinham fundamentalmente a finalidade de distribuição de água para o consumo. Todavia, as praças no Brasil passaram por modificações em suas morfologias sob a influência dos eventos que ocorriam no velho continente.

Isto pode ser constatado com a implantação do primeiro Jardim Público no Brasil, em 1783, no Rio de Janeiro, que passou à condição de capital do vice-reino. Atribui-se que as ideias voltadas para a utilização do espaço ao ar livre para atender a classe burguesa e mercantil na Europa foi imprescindível para o estabelecimento desses espaços no Brasil. Entretanto, a inexistência de uma classe burguesa urbana no país que demandasse um espaço dessa natureza fez com que o “jardim de prazer” representasse um espaço ermo, vazio e inseguro, diante das múltiplas atividades e manifestações não oficiais que ocorriam nas praças e largos coloniais. O Jardim Público após um longo período em estado de subutilização, passou por uma profunda reforma conduzida pelo paisagista Auguste François Marie Glaziou, sendo reaberto e entregue a população em 1862. Porém, se pode ressaltar que mudanças substanciais

na sociedade ocorreram influenciando a percepção e a apropriação deste espaço (DE ANGELIS, 2005; SEGAWA, 1996).

O período situado na segunda metade do século XIX, alguns fatores seriam fundamentais para a mudança da praça pública brasileira. As transformações econômicas no país em virtude do ciclo de exportação do café e da borracha sinalizaram mudanças importantes na construção das cidades.

As residências das elites passaram a ser ornadas por jardins, desprendendo-se das divisas dos lotes, criando desta forma o hábito da jardinagem nos espaços livres do terreno. Naquele contexto, os principais espaços das cidades como as ruas e praças foram ajardinados. As praças coloniais mais antigas e tradicionais passaram a receber vegetação, perdendo algumas das suas peculiaridades de largo, pátio ou terreiro (ROBBA; MACEDO, 2010; SANTOS, 2008).

No período republicano, sob a influência cultural da França e Inglaterra que primavam pelo embelezamento, salubridade, fluidez do tráfego e modernização da cidade industrial com as políticas sanitárias em curso (ROBBA; MACEDO, 2010). O Brasil empreendeu suas reformas inspiradas nas realizadas em Paris, no intuito de transformar as cidades coloniais, adequando-as a nova ordem econômica e produtiva da república. Bairros-jardins e *boulevares* foram abertos em algumas cidades neste período, como Belém, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a implementação de programas de saneamento básico em Recife, Santos e Rio de Janeiro. Belo Horizonte foi a primeira cidade republicana, planejada e implantada nesta modelagem. Segundo Robba e Macedo (2010):

Nesse período de transição do modelo de urbanização colonial para um novo modelo de cidade – bela, higiênica e pitoresca – é que surge uma nova tipologia urbana: a praça ajardinada. A praça ajardinada irá cruzar as duas tradições anteriores da praça e do jardim. (ROBBA; MACEDO, 2010, p.28).

A praça ajardinada, representou uma profunda mudança funcional dos antigos largos coloniais. Atividades comerciais, apresentações cívico-militares, manifestações políticas, foram algumas das atividades que foram deslocadas desses espaços para outros, a exemplo das grandes avenidas abertas como a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) no Rio de Janeiro. A praça-jardim tornou-se um cenário de contemplação, lazer, convivência e passeio, trazendo a tradição dos jardins públicos de normatização das condutas e comportamentos ao espaço da praça (SEGAWA, 1996).

A partir daquele momento, as praças ajardinadas se consolidaram como padrão de qualidade do espaço livre. As praças mais importantes foram reformadas, recebendo tratamento paisagístico e valorização do verde. Naquela altura, não se concebia o espaço da praça como uma mera confluência de vias ou originada pelos edifícios do entorno. O projeto previamente elaborado tornou-se habitual e imprescindível à construção dos novos espaços. A Influência europeia foi adaptada a realidade brasileira na concepção das praças ajardinadas que se configuraram até a década de 1940 como modelo que exprimia a linha eclética da arquitetura paisagística no país. Esta tipologia, que privilegia a vegetação como forma de amenizar os efeitos do crescimento urbano é encontrada em várias praças no Brasil, como na Praça da República em Recife, Praça da Alfândega em Porto Alegre, Praça Batista Campos em Belém e a Praça Dois de Julho em Salvador (Figura 7) (ROBBA; MACEDO, 2010).

Figura 7 - Praça Dois de Julho (Largo do Campo Grande) Salvador - Bahia



Fonte: Robba e Macedo (2010, p.64).

Com a expansão do núcleo urbano brasileiro a partir da segunda década do século XX, impulsionado pela implantação do modelo de produção industrial, crescimento das atividades comerciais e dos transportes coletivos que promoveram o movimento migratório campo-cidade. Os espaços livres públicos e privados entranhados na malha urbana escassearam-se e a cidade adensada necessitou de intervenções através de políticas públicas urbanas que organizasse os seus espaços.

No contexto de transformação e modernização surgiram cidades, loteamentos e bairros planejados, alguns inspirados no modelo das cidades-jardim de Ebenezer Howard (1996) como a cidade de Goiânia, que remetia à concepção de qualidade vida em meio a natureza.

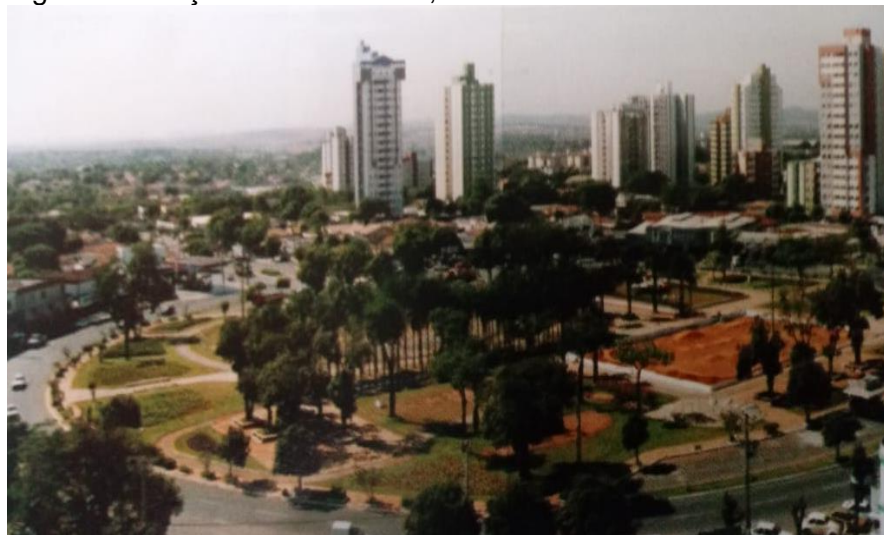
A ideia da construção desses loteamentos urbanos alterou a estruturação do espaço livre, a exemplo da praça que ainda era construída sob a linha do ecletismo. As praças ao invés de serem configuradas a partir das edificações do seu entorno como no período colonial, tiveram sua inserção predeterminadas pelo arruamento, traçado viário e a necessidade de acesso aos veículos, evidenciando o caráter contemplativo em detrimento do uso da comunidade lindeira (ROBBA; MACEDO, 2010; SOUZA, 2009).

A cidade moderna, populosa e dinâmica demandava espaços livres que abrigassem as necessidades da população em habitação, trabalho, circulação e lazer. Daí a premência do planejamento de espaços multifuncionais que expressassem essa nova cultura urbana (HARVEY, 1996). As praças ecléticas, cuja função se confundia com o jardim público em termos de contemplação da natureza e passeio, não permitiam a prática de atividades de lazer ativo, como as práticas esportivas que aconteciam nos clubes e grêmios para as classes abastadas e nas periferias para a população pobre, assim como atividades recreativas para infanto-juvenis que se davam nos jardins particulares e/ou residências (ROBBA; MACEDO, 2010; SOUZA, 2009).

A partir da década de 1950 o programa de atividades da praça evoluiu. Isto se deu pela contribuição e influência de alguns arquitetos paisagistas modernistas como Roberto Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckbo, que vislumbraram a inserção de novas formas e usos aos espaços livres das cidades brasileiras. Importa ressaltar, que as atividades intrínsecas às praças como a apreciação da natureza e a convivência permaneceram inalteradas. A diversificação se deu pela inclusão de novos equipamentos que trouxeram para a praça moderna: atividades esportivas através de quadras poliesportivas; atividades recreativas, com a inclusão de parques infantis; lazer cultural, através de anfiteatros, palcos e conchas acústicas.

Dentre os alguns símbolos da linha modernista concebidos no período entre as décadas de, 1950 a 1970, estão o Jardim do Museu de Arte da Pampulha em Belo Horizonte, em 1957, o Parque do Ibirapuera em São Paulo, em 1953 e o Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, em 1961. Entre as praças destacam-se a Praça dos Três Poderes em Brasília, inaugurada em 1959, a Praça Santos Dumont em Goiânia (Figura 8), em 1969 e o Jardim Ambiental em Curitiba, em 1977 (ROBBA; MACEDO, 2010).

Figura 8 - Praça Santos Dumont, Goiânia



Fonte: Robba e Macedo (2010, p.103).

As funções e os usos das praças podem variar de acordo com a sua localização, por isso o projeto deve levar em consideração a opinião da comunidade. Em áreas centrais, a praça pode servir como alternativa para amenização das condições climáticas, lazer e espaço articulador da circulação de pedestres. Já em áreas habitacionais, as praças de bairros consolidam as atividades recreativas e convívio social (CORRÊA, 1989; DE ANGELIS, 2005; ROBBA; MACEDO, 2010).

De acordo com Robba e Macedo (2010):

Tal integração e articulação com as atividades da comunidade deram às praças um caráter de espaço centralizador muito forte e aumentaram sua visibilidade, levando a população a valorizar de forma crescente o espaço livre urbano. (ROBBA; MACEDO, 2010 p.39).

No final do século XX e nos primeiros anos do século XXI observou-se o crescimento das metrópoles e a conurbação das Regiões Metropolitanas. A feição da cidade superpopulosa, congestionada, dava os braços a escalada da violência e pobreza urbana, a segregação espacial e a degradação do ecossistema urbano. Esses fenômenos estavam relacionados aos rebatimentos da globalização que agudizaram os problemas sociais dos países subdesenvolvidos como o Brasil, ao passo que implementaram no cotidiano dos cidadãos uma nova realidade com o avanço tecnológico, através dos meios de comunicação e transporte em massa.

Diante deste cenário, a relação dos cidadãos com o espaço público urbano, em especial a praça foi redefinida. A necessidade de um projeto que abrigasse as diferentes formas de apropriação do território se fez urgente, dado o crescimento de

atividades que nas linhas ecléticas e modernistas haviam sido deslocadas para outros espaços. Isto é ratificado com o aumento indiscriminado das atividades do comércio informal, a exemplo dos vendedores ambulantes e das feiras livres e da necessidade de abertura nas praças centrais de espaços para passagem e integração dos transeuntes com os modais de transporte público. Notabilizou-se o aumento significativo de moradores de rua, usuários de drogas e a falta de conservação nas praças existentes o que culminou na redução da frequência dos usuários e das atividades intrínsecas à praça como espaço de convivência (ALEX, 2011; SERPA, 2007; ROBBA; MACEDO, 2010).

Nesta conjuntura, a linha projetual contemporânea implementa uma série de revitalizações que reúne influências de inúmeros movimentos artísticos de âmbito nacional e internacional estabelecendo complementariedades entre posturas e tendências diversas. A praça contemporânea representa uma conjuntura urbana na qual muitas formas de expressão são aceitas e inseridas através das novas tecnologias construtivas (ROBBA; MACEDO, 2010).

As funções e os programas das praças modernas são preservados, assim o lazer ativo e contemplativo permanece na praça contemporânea. Quanto à forma, as praças contemporâneas receberam influências americanas, francesas, espanholas, japonesas e americanas. Neste sentido, as praças concebidas em tal perspectiva são caracterizadas pela reconfiguração e mudanças estruturais, colagem decorativa e irreverência, formalismo gráfico e cenarizações. Além da flexibilidade de incorporação e reinterpretação de novas e antigas formas de utilização como a inserção do comércio e serviços (utilitarismo), passagem de pedestres e circulação com a criação de esplanadas e resgate das praças secas e, a articulação de espaços multifuncionais. Estes aspectos contribuem para formação da imagem polissêmica das praças brasileiras atualmente, como demonstrado na Figura 9, na Praça Pio XII em Florianópolis (ALEX, 2011; ROBBA; MACEDO, 2010).

Figura 9 - Praça Pio XII, Florianópolis



Fonte: Robba e Macedo (2010, p.184).

A praça como elemento síntese da expressividade da cultura local através dos usos contemporâneos é por sua vez influenciada pela dinâmica da globalização, ao que remete uma reinterpretação da cidade, tal como sugere Carlos Fortuna (2002).

O autor questiona que o viés sociológico para interpretar as culturas urbanas e as apropriações dos espaços públicos não deveriam adotar uma visão dualista: a cidade e a “não-cidade”, e sim, uma perspectiva híbrida de usos e ressignificações pelos seus diversos agentes sociais.

Ao analisar a cultura urbana dos espaços públicos dentro do contexto europeu, Fortuna identificou o que denominou de zonas de intermediação cultural, o que auxilia na compreensão da retomada do espaço da praça como resgatador do convívio plural, cívico e tolerante.

Nessa fase última, a praça contemporânea poderá traduzir a intermediação de tolerância ao permitir: que a democratização dos seus usos promova a diminuição das fraturas sociais nas cidades e o estranhamento entre seus habitantes; realce práticas socioculturais como mecanismo de revitalização do protagonismo da coletividade em detrimento do enclausuramento da vida privada; e, por fim, diminua as fronteiras (margens) dos espaços de proximidade relacional (FORTUNA, 2002).

As praças públicas se adaptaram as transformações da sociedade no curso da sua trajetória se afirmando como um espaço imprescindível ao convívio social, ao labor e ao lazer. As praças brasileiras evoluíram sob a influência projetual de outros países, customizando as tipologias importadas a sua realidade econômica e social. De acordo com Robba e Macedo (2010), as praças são fundamentais para as cidades, entre os valores que este espaço agrega a estrutura urbana aponta-se: os valores ambientais; funcionais; estéticos e simbólicos.

Todavia, a seletividade na aplicação de recursos públicos escassos tem agudizado a depredação destes espaços. Bem como, a falta de planejamento em termos de funcionalidade apropriada aos anseios da comunidade lindeira tem relegado algumas praças no país ao abandono por falta de utilização e manutenção (CORRÊA, 1989; DE ANGELIS, 1999; SERPA, 2007).

Essa realidade é constatada em uma escala maior por Fortuna (2002), ao indagar a “expertise” dos planejadores urbanos (ou dos profissionais da terceira cultura) sobre intervenções sem a prévia e devida compreensão do espírito de comunidade e associação, das relações de afetividade e do espírito de lugar, dos objetivos de encontro, festa e entretenimento, ou mesmo as estratégias de “emblemização” das identidades (FORTUNA, 2002).

3 DEMARCAÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA INFORMALIDADE

Como norteador para compreensão da informalidade como agente transformador do espaço público e urbano, tal como as praças, é fundamental uma breve discussão sobre o conceito de trabalho.

De acordo com Lukács (2011), o trabalho é o elemento fundante para o homem enquanto ser social. É o que diferencia dos outros animais, ao transformar os elementos naturais em objetos para subsistência e acumulação. Essa afirmação é sustentada por Albornoz (1992) ao salientar que o homem através da aplicação dos seus esforços (espirituais e corporais) no ambiente inserido, o faz por uma finalidade evidente: o atendimento de suas necessidades imediatas e a continuidade da espécie.

Data-se, de um período longínquo, que o trabalho e a sua divisão social permitiram a organização de povoados humanos e o desenvolvimento das cidades. A agricultura, uma das primeiras atividades, dada a natureza de continuidade passou a gerar excedentes, o que originou duas atividades que seriam basilares para a relação trabalho-capital: a troca (escambo) e o comércio (ALBORNOZ, 1992).

A bem da verdade, o trabalho no período de domínio da igreja era concebido como uma forma de punição de um Deus supremo aos transgressores. Essa concepção foi diametralmente modificada a partir da reforma protestante. Lutero e Calvino, pilares do protestantismo, entendiam o trabalho como chave da vida, cujos resultados poderia assegurar a salvação (da alma). Sobre isso, Max Weber constatou que, a visão da comunidade protestante, sobre o trabalho produtivo, seria a alavanca para o que denominou de “espírito do capitalismo”, para busca de riqueza e acumulação de capital (WEBER, 2016).

Todavia, foi somente a partir das mudanças ocorridas na Revolução industrial, no século XVIII, que o mundo do trabalho foi ressignificado. Isto porque, a produção industrial tornou obsoletos os ofícios tradicionais que resultavam em uma limitada produção de bens que estavam destinados à poucos. Através da produção em larga escala seria possível tanto o acesso aos bens pela maioria, bem como, a pujança industrial se traduziria em trabalho, renda e bem-estar para a sociedade da época.

Naquele dado contexto, Adam Smith e David Ricardo, que vieram a consolidar o pensamento liberal e a formação da Economia enquanto ciência, partiam do pressuposto que o trabalho humano tinha apenas utilidade externa, ou seja,

dissociava a figura do operário (*homo economicus*) com a do ser humano. O trabalho era concebido como valor de troca, o mercado desregulado (conduzido por uma “mão invisível”) seria o responsável pelo equilíbrio entre ofertantes e demandantes, postos de trabalho e salário, e pelo excedente de capital em virtude da divisão do trabalho.

Somente a partir dos contributos do filósofo alemão moderno Georg W. F. Hegel, que o trabalho (*arbeit*) é observado numa perspectiva econômica e filosófica como uma atividade intrinsecamente humana, que conduz o indivíduo para além da simples existência. Pois, “a ação laboral permite àquele que a realiza externalizar-se naquilo que é produzido, levando-lhe à autoidentificação, mediante a conseqüente diferenciação de si (sujeito criador), em relação com a sua criação (objeto criado). (SIQUEIRA, 2018)

Sobre a base da filosofia do direito hegeliana, Karl Marx, um dos maiores teóricos da temática, lançou os alicerces da sua interpretação sobre a categoria trabalho sob o prisma do materialismo histórico e dialético. Em seus Manuscritos Econômicos- Filosóficos, de 1844, o autor concebe o trabalho como categoria central da vida do homem, por meio da provisão das necessidades cotidianas e sua construção enquanto ser social. Contudo, o autor salienta em sua extensa obra, a posição subordinada do trabalhador livre e assalariado diante do capital. Para Marx (2009):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sündenfall*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2009, p. 80).

Sob essa perspectiva, no decorrer do desenvolvimento industrial a categoria trabalho passou por profundas transformações. Isso pôde ser discutido por autores contemporâneos como Antunes (2015), ao discorrer sobre os acontecimentos no mundo do trabalho a partir da consolidação dos modelos: taylorista e fordista; em que a divisão do trabalho remetia o trabalhador (empregado) à condição de máquina, cujos tempos e movimentos eram cronometrados em favor da mais-valia e os salários mantidos à níveis de subsistência.

O autor discutiu que a completa desarticulação do mercado de trabalho se deu pela reestruturação produtiva e acumulação flexível, no final da década de 1970 e

1980. Em virtude dos modelos de produção enxuta, o emprego de tecnologia em substituição à força de trabalho humano gerou uma massa desempregada nos países em desenvolvimento, como o Brasil, dando os contornos do que seriam as décadas perdidas sobre a ótica do trabalho (ANTUNES, 2015).

Em se tratando da relação trabalho-emprego no contexto da economia globalizada, a partir da década de 1990, Singer (1999) apontou que os rebatimentos da abertura econômica das economias cujo modelo industrial não se generalizou formaram uma extensa camada de indivíduos desprotegidos socialmente.

O autor particulariza na ambiência da revolução tecnológica o surgimento de uma nova concepção da palavra emprego, introduzindo especialização e competitividade no vocabulário dos trabalhadores. Isto porque com a alta competição em termos de eficiência produtiva entre as firmas e do aumento do exército industrial de reserva⁸ os empregados tenderiam a ceder a novas modalidades de contratos de trabalho e a salários cada vez mais baixos. Esses fatores foram determinantes para o aumento do desemprego, sub-emprego, trabalho informal e, por fim, a exclusão social (SINGER, 1999).

Para Singer (1999) a precarização do trabalho e exclusão social estavam intimamente ligadas a nova realidade. Ao passo que uma economia mais liberalizada que limitava a participação do Estado na regulação das relações de trabalho e a força dos sindicatos nas negociações coletivas, favoreceu o estreitamento da relação submissa empregado e empregador.

De acordo como autor há uma saída não-capitalista para a precarização do trabalho e emprego, bem como do desemprego estrutural: a organização de cooperativas de trabalho utilizando a força de trabalho desempregada e a economia solidária na periferia do mercado internacional, como forma de reinserir trabalhadores na sociedade (SINGER, 1999).

⁸ Termo marxista para se referir a massa trabalhadora desempregada, que em virtude da sua posição desfavorável diante do capital, estaria disposta a ser absorvida por baixos salários e condições degradantes.

3.1 OS “CONCEITOS” DE INFORMALIDADE E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

De partida, convém afirmar, que o exercício teórico para se obter um conceito que abarque as expressões da informalidade, tem se mostrado pouco promissor. Esta narrativa é sustentada por autores de diferentes matizes, que ora apreendem o trabalho informal: como um “setor de ajustes” nas economias em desenvolvimento ou que se industrializaram tardiamente; um conjunto das atividades de segmentos à margem da sociedade e dos sistemas econômicos; uma distorção em que fomenta-se a cultura da transgressão às normas legais; um produto da própria estrutura capitalista por meio dos processos de terceirização; ou, em contraponto às demais, uma opção empreendedora dos trabalhadores de países periféricos (CACCIAMALI, 2000; POCHMAMM, 2008; DE SOTO, 1987; RAMOS; 2007; TAVARES, 2002)

Destarte, o trabalho informal não é um fenômeno novo, especialmente no Brasil, em que a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho representam um problema histórico e estrutural, desde a emergência do trabalhador livre à incursão neoliberal, que desarticulou o mercado de trabalho (DEDECCA, 2005; TAVARES, 2002).

Nessa direção, Carvalho (1986, p. 6 apud DURÃES, 2013, p. 57), salienta que os empreendimentos para conceituar informalidade desde sua origem, foi “estilizado para entender ou delimitar um conjunto de atividades muito ‘heterogêneas’”.

Indica-se que os possíveis caminhos teóricos e metodológicos para a concepção do setor informal, tem assumido distintos significados no que tange as suas manifestações cotidianas. Assim, tanto a opinião pública, como formuladores de políticas públicas, e acadêmicos, têm procurado amparar seus argumentos nas suas diferentes visões de mundo, o que tem dificultado a operacionalização do conceito (CACCIAMALI, 2000; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Todavia, importa compreender a informalidade a partir do seu processo histórico e de sua constituição em cada contexto específico (PORTES, 1989 apud COSTA, 2010).

Desta forma, para melhor situar a discussão sobre as diferentes concepções conceituais, faz-se necessário elucidar os principais estudos referentes ao tema, desde à formulação e reformulações conceituais realizadas pela Organização

Internacional do Trabalho (OIT), aos elementos que estruturam a “nova informalidade”. Desvelando como as dimensões conceituais se amoldaram às conjunturas sociais e econômicas.

Na pertinência em delimitar as conjunturas que ensejaram os diferentes “conceitos” de informalidade, assim como as suas derivações, será apresentado o desenvolvimento conceitual a partir de uma perspectiva temporal, conforme apresentando no Quadro 3.

Quadro 3 - Evolução conceitual da informalidade

Definição	Período	Contexto
Setor Informal	1960-1970	Estado de Bem-Estar Social, Modelo industrial e de assalariamento fordista. Informalidade analisada sob perspectiva dual e transitória, através das unidades de produção.
Economia Subterrânea	1970-1980	Reestruturação produtiva, Modelo de produção flexível (toyotista), flexibilização das relações de trabalho. Informalidade como produto de relação jurídica ilegal.
Processo de Informalidade Nova informalidade	1990-2000	Economia globalizada, implementação de agenda neoliberal, terceirização da mão de obra, aumento do desemprego estrutural. Muitos trabalhadores do modelo fordista se inserem no trabalho por conta própria como prestadores de serviços, ou para subsistência. Informalidade analisada sob a ótica do indivíduo.
Economia Informal	2002	Delimitação conceitual da OIT, como tentativa de homogeneizar as categorias das atividades informais, possibilitando a criação de um banco de dados estatísticos que tornasse possível comparar diferentes países. A informalidade era compreendida como um campo abrangente, tanto sob o ponto de vista das unidades econômicas e produtivas, como no trabalho informal individual.
Conceito adotado na pesquisa		
Informalidade de rua	2013	A informalidade compreendida como atividade precária, com baixo investimento de capital e remuneração do trabalho, com auxílio de familiares e realizado nas ruas e espaços públicos.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2020).

Alguns autores concordam que a origem do termo, setor informal, cunhando para elucidar as diversas formas de inserção produtiva e de subsistência, remonta ao final da década de 1960, período em que predominava o Estado de Bem-Estar nos

países centrais (CACCIAMALI, 1983; DEDECCA; BALTAR, 1997; HUGON, 1997; PERES, 2015).

A apuração dos autores levou em consideração a pesquisa etnográfica do antropólogo inglês Keith Hart, ao analisar a ex-colônia britânica, Gana, país do continente africano, entre os anos de 1965 e 1968.

De acordo com a investigação de Hart (1973)⁹, a realidade econômica do país subsaariano, distava dos moldes de reprodução social do capitalismo do Estado de Bem-Estar, que se tornou o modelo de desenvolvimento do período posterior a Segunda Grande Guerra.

Naquele modelo, a centralidade do trabalho assalariado e estável, no contexto da expansão industrial fordista, permitiria a manutenção do núcleo familiar segundo os padrões mínimos de sociabilidade. O que não se mostrou exequível na realidade ganesa, cuja indisponibilidade de empregos urbanos se agravou em face aos movimentos migratórios internos.

O trabalho empreendido por Hart (1973), mostrou que o centro dinâmico da economia Ganesa, situava-se em sua capital, Accra. Desse modo, com a atração das atividades mais intensivas em capital, uma parte da população rural do país, em especial da região pobre de Frafra¹⁰, migrou para o centro urbano com o intuito de buscar uma posição na estrutura ocupacional.

A etnografia apresentou, que as formas de inserção produtiva e de obtenção de renda na economia urbana em Accra, ocorriam basicamente entre as oportunidades de renda formais e informais (HART, 1973).

As oportunidades formais, se limitavam aos assalariados do setor público, assalariados do setor privado, transferência de renda, como pensões e subsídios de desemprego, abrangendo uma diminuta parcela da população economicamente ativa. Em contrapartida, o campo do setor informal que correspondia a maior parcela das oportunidades, por sua natureza heterogênea, foi subdividido em:

⁹ Estudo etnográfico realizado em Accra, capital de Gana, entre 1965 a 1968, posteriormente publicado no *Journal of Modern African Studies* em 1973. Através desta investigação, Hart, cunhou pela primeira vez o termo “setor informal”.

¹⁰ Frafra: região rural do norte de Gana, em que de baixa instrução, migrou em direção a capital Accra. O estudo de Keith Hart, analisou, dentre outros elementos da economia urbana em Gana, a inserção dos migrantes de Frafra na atividade econômica urbana. Os resultados da etnografia, demonstraram que os trabalhadores oriundos desta região se ocupavam das atividades informais e precárias.

Oportunidades informais de renda – Legítima:

- a) Atividades primárias e secundárias – agricultura, jardinagem e construção civil;
- b) Empresas terciárias com insumos de capitais – habitação, transportes, prestadoras de serviços ao poder público, atividades rentistas;
- c) Distribuição em pequena escala – agentes de mercado, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, fornecedores de bebida e comida, revendedores;
- d) Outros serviços – músicos, lavadores de carros, barbeiros, engraxates, fotógrafos, reparo de veículos, serviços rituais, magia e medicina;
- e) Pagamentos por transferência privada – doações e fluxos similares de dinheiro e bens entre pessoas.

Oportunidades informais de renda – Ilegítima:

- a) Serviços – traficantes de drogas entorpecentes, receptadores de bens roubados, agiotagem, contrabando, suborno e corrupção política;
- b) Transferências – pequenos furtos (carteiristas), furtos (à mão armada), peculato e jogos de azar.

A lista acima, representava as diversas formas de obtenção de renda, incluindo em profundidade, até atividades ilegais e criminosas na capital de Gana. O estudo de Hart identificou que as dinâmicas de subsistência do *Urban-Proletariat* (sub-proletariado urbano) se confundiam com as oportunidades informais e precárias.

Ademais, o autor salientou três aspectos que, no decorrer das discussões conceituais subsequentes foram relevantes. O primeiro, sob a perspectiva do indivíduo, a informalidade servia como potencial fonte de renda; o segundo, relativo ao fluxo de receitas e despesas da economia urbana, visto a predominância da ocupação informal e autônoma naquele contexto; e, em terceiro, a relação entre indivíduos e empresas prestadoras de serviços eventuais, bem como pequenos comércios familiares.

Em 1973, ainda no continente africano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desenvolveu um estudo no âmbito do Programa Mundial do Emprego

(PME)¹¹, sobre a estrutura produtiva, de emprego e renda no Quênia, dando seqüência ao empreendimento de Hart, em Gana.

De acordo com Braga (2003), o objetivo principal dos estudos realizados pela OIT, pautavam-se nas estratégias de promoção do desenvolvimento econômico que possibilitassem a criação de empregos e a identificação das formas de subemprego nas economias atrasadas.

Destacou-se na construção do referido estudo, a influência das teses desenvolvimentistas que buscavam desvelar através de investigações empíricas, como as da OIT, os fatores impeditivos do crescimento do modelo industrial no que se referia à absorção das pessoas economicamente ativas, o descompasso entre o crescimento econômico e a evolução das desigualdades sociais e a coexistência de atividades modernas e precárias.

De acordo com o pensamento dualista reinante à época, a economia dos países poderia ser analisada através da existência de dois setores: o moderno e tradicional (BRAGA, 2003; CACCIAMALLI, 1983; RAMOS, 2007)

O setor moderno, ou polo moderno, referia-se às atividades econômicas caracterizadas por grandes unidades de produção, com aporte tecnológico moderno, alta capacidade produtiva, prevalência do modelo de assalariamento regulamentado por um marco legal, institucional e estatal. Por outro lado, o setor tradicional (ou arcaico), caracterizava-se por pequenas unidades de produção não assalariada, com emprego de baixa tecnologia ou sua inexistência, reduzida produtividade e ausência de regulamentação institucional (RAMOS, 2007, p. 117).

O pensamento desenvolvimentista, defendia que ao passo que o polo moderno se consolidasse nas economias periféricas, o setor tradicional desapareceria. A exemplo da ilustração realizada por Hugon, que o “setor moderno absorveria o setor tradicional como a locomotiva fez com o carrinho de mão.” (HUGON, 1997, p. 33)

A partir do relatório do Quênia, situado por alguns autores como o expoente na difusão da definição de setor informal, uma nova dualidade se estabeleceu: setor

¹¹ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lança em 1969 o Programa Mundial de Emprego que contém entre seus principais objetivos, avaliar os efeitos, sobre o emprego e a distribuição da renda, das estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização (CACCIAMALI, 2000, p. 154-155).

formal *versus* Setor Informal (QUEIROZ, 2019; DURÃES, 2013; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Entendeu-se que, a existência da ocupação informal se configurava em um fenômeno típico de países em desenvolvimento, cujo avanço das relações mercantis modernas não havia promovido a incorporação da “expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência.” (OIT, 1972 *apud* KREIN; PRONI, 2010, p. 8).

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) acrescentaram que o contingente de trabalhadores não absorvidos foi resultado do crescimento demográfico, produzido pelo movimento migratório campo-cidade. Este movimento incidiu no aumento significativo da força de trabalho urbana, desproporcional à capacidade de absorção pelos segmentos modernos.

Por isso, uma das estratégias de sobrevivência, naquele dado contexto, foi a ocupação da parcela não absorvida nos segmentos modernos e formais, em atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social.

De acordo ao contexto, o setor informal estava relacionado à pobreza e sua forma de reprodução social. Essa associação, amparava-se na concepção de que o excedente de mão de obra resultava da incompletude do processo de crescimento econômico e da industrialização dos países emergentes, permitindo a coexistência dos setores modernos e arcaicos (ALVES, 2001; CACCIAMALI, 1983; COSTA, 2010)

Assim, o desemprego ou o subemprego corolário da informalidade nos países retardatários no processo de industrialização, desapareceria com a expansão das atividades intensivas em capital (modernas) e, por conseguinte, do modelo de assalariamento¹². Atribui-se à informalidade um caráter transitório.

Essa visão, além de tornar simplista a análise da dinâmica econômica naqueles países, tornava o exercício de aplicação empírica do conceito inexecutável, pela indefinição ou pelos critérios de inclusão dos agentes participantes do setor informal. (ALVES, 2001; CACCIAMALI, 1983, 2000; RAMOS, 2007).

¹² Não é objetivo deste trabalho pormenorizar as teses desenvolvimentistas. Todavia, a visão de que o problema do desemprego, e por seu turno da informalidade seriam resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, através da industrialização e modernização da agricultura, marcou as discussões no âmbito da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL).

O setor informal, passou a ser analisado a partir de então como unidade de produção; ou seja, os limites da informalidade estavam definidos pelas formas que os indivíduos e firmas organizavam a produção. Não considerando outras formas de inserção do trabalhador na atividade produtiva (BRAGA, 2003; CACCIAMALI, 1983; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

De acordo com Filgueiras, Druck e Amaral (2004), esse esforço se deu com vistas a superar as dificuldades conceituais da dualidade: moderno x tradicional. Pois, além de conceber as atividades tradicionais de modo preconceituoso, relacionando-as ao atraso e ao emprego de técnicas arcaicas de produção, não delimitava com clareza os seus participantes.

Com o objetivo de contornar tal dificuldade, o setor informal, compreendido a partir da relação do trabalhador com os meios de produção, foi definido pelos autores como:

Um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalista, caracterizados em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes. (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 213).

Maria Isabel Cacciamali (2000), estudiosa da temática no Brasil, esquematiza o setor Informal através dos seus principais elementos estruturantes. Segundo a autora, o setor poderia ser identificado pelos seguintes fatores: propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino e participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (CACCIAMALI, 2000, p. 155).

A alternativa de obtenção de renda através da unidade de produção informal pela facilidade de ingresso em comparação ao setor formal, serviu como um “setor de ajustes” nos países em desenvolvimento, como o Brasil, em que o modelo de assalariamento não absorveu a totalidade da mão de obra disponível. Garantindo o sustento do trabalhador não participante do modelo de assalariamento, no que se têm denominado “porta de entrada” para os migrantes do campo ao não encontrarem emprego nos centros urbanos (TOMAZINI, 1995 apud DURÃES, 2006, p. 19)

Em que pese a contribuição da OIT através do estudo descritivo que resultou no Relatório Quênia, de 1972, que difundiu amplamente o conceito de setor informal. Aquela abordagem, todavia, continuava dual e estática¹³, suscitando controvérsias e críticas (DURÃES, 2006, 2013; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; PERES, 2015).

Algumas críticas a abordagem da OIT em sua formulação conceitual, se basearam pela continuidade de contemplar analiticamente a unidade econômica, não separando capital e trabalho e a utilização do setor informal pelo setor formal de maneira deliberada.

Para Durães (2006), esta concepção não superou a dualidade: tradicional e moderno, por não conseguir identificar a complexidade da dinâmica da produção e do emprego nos dois setores, por mantê-los independentes, estanques e dissociados.

Ainda na década de 1970, Francisco de Oliveira, questionava este tipo de abordagem em sua obra: *A crítica à razão dualista*. Para o autor, a concepção que segregava as atividades ditas informais das desenvolvidas no setor moderno, não contribuía para uma análise da interação entre o moderno e arcaico no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isso foi tipificado pelo autor ao refletir sobre as possíveis imbricações entre o setor formal e informal ao questionar: “Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulantes?” (OLIVEIRA, 1972, p. 29-30 apud DURÃES, 2006, p. 23).

Neste mesmo sentido, pode-se extrair do trabalho de Tavares (2002), o entendimento da coexistência do setor informal e as atividades formais; ou seja, a dinâmica das atividades desenvolvidas na amplidão da informalidade, cada vez mais imbricava-se ao sistema capitalista.

De acordo com a autora:

¹³ De acordo com Filgueiras, Druck e Amaral (2004), a concepção dual dos estudos da OIT a partir da estrutura produtiva, buscava superar outra dualidade: setor moderno x setor tradicional.

Acerca da expansão e do modo como o trabalho informal está se relacionando com o capital, pode-se inferir que, caso essa tendência persista, a economia informal deixa de ser intersticial¹⁴, como quer a teoria da subordinação, para assumir explicitamente a sua funcionalidade ao sistema. Tal possibilidade nos impele a desmontar essa rede que torna invisíveis os fios com os quais o trabalho informal é articulado à produção capitalista. Deve se observar que o trabalho informal não comporta apenas ocupações excluídas do trabalho coletivo, e menos ainda, que se restringe às atividades de estrita sobrevivência. (TAVARES, 2002, p. 52).

A leitura de Maria Augusta Tavares (2002), mesmo que não contemporânea ao relatório da OIT, permitiu identificar à jusante, que limitar a informalidade (setor informal) à unidade econômica, tenderia ao esvaziamento da sua força conceitual. Para a autora, os fios que permitem a interação entre a produção capitalista e a informalidade tenderiam a se tornar invisíveis, devido ao fato de as atividades informais deixarem de ocorrer somente no espaço residual do setor estruturado, para cada vez mais atuar como elemento fundamental do próprio capital.

Neste sentido, se pôde identificar a convergência das leituras realizadas por Oliveira (1972 apud DURÃES, 2006) e Tavares (2002) sobre a visão dual e dissociativa dos setores formal/informal, com Durães (2013).

Para Durães (2006; 2013), o trabalhador informal, ou o trabalhador informal de rua, não têm apenas a função de formar o exército industrial de reserva pronto a ser integrado ao modelo de assalariamento do mercado de trabalho formal, pelo contrário. O “trabalhador gratuito”, como denomina o autor os trabalhadores informais que atuam no comércio de bens e produtos, atuam como um elemento gerador de mais-valia do modo de produção capitalista. Isso porque, ao participarem do processo de circulação das mercadorias, o trabalhador informal integra-se à produção capitalista, tornando-se peça essencial no processo de acumulação, pois:

Sem a realização final da mercadoria, compra e venda (distribuição, armazenamento, troca e consumo), sem dúvida, não haveria efetivação do lucro nem da própria mais-valia, e todo o sistema cairia por terra. Por isso, produção e circulação têm que ser concebidos em conjunto, como partes indissociáveis, parte de um todo, uma totalidade, ainda que uma totalidade

¹⁴ O espaço intersticial de acordo com Tavares (2002) refere-se aos espaços deixados, criados e recriados pelos movimentos da produção capitalista, no qual o setor informal atua de forma subordinada à produção capitalista. Para Maria Isabel Cacciamali (1983, p.26), é a ramificação do espaço econômico que permite a abertura de interstícios que “são ocupados, em parte, por produtores autônomos, pois algumas dessas atividades podem ser realizadas pelo Setor Informal”. A autora exemplifica que as atividades realizadas no espaço intersticial geralmente consistem em reparos de bens duráveis (carros, eletrodomésticos), transportadores autônomos (caminhoneiros), profissionais liberais e outros diversos serviços autônomos. Neste trabalho, será aprofundado a relação da informalidade com o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008).

permeada por contradições – como o conflito capital-trabalho e a própria exploração do trabalhador. (DURÃES, 2013, p. 19-20).

Apontadas estas limitações acerca do conceito de setor informal, sustentado no modelo dualista, se pode avançar nas reformulações conceituais que se sucederam no âmbito da OIT e na literatura do mundo do trabalho.

No intuito de aproximar as discussões e desenvolver pesquisas sobre a geração de emprego na América Latina, a OIT, lançou ainda na década de 1970, na esfera institucional do PME, o Programa Regional de Emprego da América Latina e Caribe (PREALC) (KREIN; PRONI, 2010).

Inspirado na perspectiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁵, o PREALC investigou o contexto latino-americano como forma de oferecer subsídios às políticas públicas para o desenvolvimento econômico sob a ótica do emprego. Identificou a existência de uma estrutura muito heterogênea, a exemplo das experiências de Gana e do Quênia, apresentadas neste trabalho.

A bem da verdade, a heterogeneidade se apercebia por um sem-número de atividades no mercado de trabalho urbano. Todavia, o formato binominal: mercado formal x mercado informal, indicava a permanência do modelo dualista.

Na interpretação do PREALC, o mercado formal, caracterizado por ocupações em empresas organizadas, orientava a determinação do nível de emprego e renda na economia e era responsável pela introdução do progresso técnico. No polo contrário o mercado informal, constituía-se por atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores por conta própria e/ou por pequenos empreendimentos (sem organização empresarial propriamente dita), exercendo a função de “colchão amortecedor” em períodos recessivos e como “exército de reserva”, ao liberar mão de obra para o setor formal (ou estruturado) em fases de retomadas de crescimento (KREIN; PRONI, 2010, p.10)

Assim, o mercado de trabalho informal, permanecia relacionado às atividades precárias e desprotegidas sob o aspecto institucional-legal, atrelando-se aos estratos socialmente mais vulneráveis e se reproduzindo ao passo do setor estruturado. Se

¹⁵ Krein e Proni (2010, p.9) apontaram “que o crescimento econômico não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados ou subdesenvolvidos de um modo geral, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, que pudesse propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais das camadas populacionais que continuavam vivendo em condições de pobreza absoluta e marginalidade social”.

constatou, que o crescimento do denominado mercado formal (setor estruturado, moderno), não debelava o grande e persistente mercado informal na realidade latinoamericana.

Com a observação de que a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho na América Latina mantinha uma elevada concentração das ocupações na informalidade. O PREALC (1978 apud KREIN; PRONI, 2010), fomentou a implementação de políticas voltadas à formalização dos informais nos casos possíveis.

Porquanto, havia no entendimento do programa que a informalidade por ser tão complexa, heterogênea e expansiva, dividia-se em duas categorias, ou subsetores. O primeiro, denominado estrato superior, reunia produtores informais que empregavam de três a nove trabalhadores, com nível alto de produtividade e potencial de crescimento em condições econômicas favoráveis. O segundo, estrato inferior, era constituído por pequenas unidades de baixíssima produtividade e propensa ao desaparecimento (KREIN; PRONI, 2010)

Logo, as atividades do estrato superior por sua capacidade de crescimento e empregabilidade, constituiriam um vetor de implementação de políticas de formalização. Enquanto as do estrato inferior, marcada pela incapacidade de crescimento e pela ocupação unipessoal ou familiar, tenderia ao que Tomazini (1995, apud KREIN; PRONI, 2010) denominou de “núcleo irreduzível” do setor informal.

As discussões no PREALC subsidiaram propostas para cada setor e seus respectivos estratos, principalmente no início da década de 1980. A partir daquele momento histórico, surgiu outro conceito: **Economia Subterrânea** ou não registrada. Diferentemente do conceito de setor informal, que partia da unidade econômica, este novo conceito estava relacionado aos aspectos jurídicos e fiscais (CACCIAMALI, 2000; DURÃES, 2013; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; KREIN; PRONI, 2010).

Para compreender a inserção deste outro conceito e o seu campo analítico, fez-se necessário uma breve digressão ao processo de reestruturação produtiva, ocorrida no final da década de 1970 e fortemente desenvolvido, na década de 1980.

De acordo com Antunes (2015), aquele período presenciou nos países centrais, mudanças profundas e estruturais nas relações de trabalho, na forma de inserção produtiva e de representação de classe.

O modelo fordista, que para o autor era entendido como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho se consolidaram no século XX, tinha entre seus principais elementos constitutivos: a) produção em massa através da linha de montagem e de produtos homogêneos; b) controle de tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série; c) existência do trabalho parcelar e fragmentação das funções; d) separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; e) existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e consolidação do operário-massa (ANTUNES, 2015, p. 35).

Aquele modelo, predominante em um longo período, durante o Estado de Bem-Estar Social¹⁶, cuja expansão das atividades capitalistas organizadas permitiu a criação de empregos assalariados nos setores privados e públicos, bem como dificultou a ilegalidade nas relações de trabalho, foi frontalmente abalado com a reestruturação produtiva e pelos programas de liberalização econômica (ANTUNES, 2015; DEDECCA, 2005; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

O modelo fordista manteve-se estável até 1973, momento que se desencadeou uma profunda recessão originada pela crise petrolífera, que ensejou o processo transitório no interior da acumulação de capital (ANTUNES, 2015; HARVEY, 1992).

De acordo com Harvey (1992) o produto das transformações vivenciadas pelo capitalismo nos países centrais, com rebatimentos nos países em desenvolvimento, foi a acumulação flexível. Processo que redefiniu as formas de produção e das relações de trabalho.

Para o autor a acumulação flexível é

Marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, de novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões

¹⁶ Período compreendido entre 1870-1975, fortemente desenvolvido após a Segunda Grande Guerra. O livro: O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão de Celia Lessa Kerstenetzky (2012) debruça-se sobre as fases deste período de crescimento econômico nos países centrais até o seu declínio.

geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços. [...] (HARVEY, 1992, p. 140).

As novas estratégias de produção flexíveis pelas empresas capitalistas, através da utilização de modelos gerenciais voltados a fluxos customizados de produção¹⁷, com emprego de alta tecnologia em substituição à mão de obra operária, culminou com elevados índices do desemprego estrutural, a superexploração do trabalho (dos trabalhadores remanescentes), retrocesso sindical, individualismo exacerbado e crescimento do setor informal.

Aliado àquela conjuntura, a política neoliberal que defendia a participação mínima do Estado na atividade econômica, propiciou a desarticulação do mercado de trabalho, sob a égide da flexibilização das leis do trabalho como forma de garantir o emprego e a retomada do crescimento econômico, e da necessidade de um processo de abertura externa que expusesse a base produtiva local à ampla concorrência externa com o objetivo da modernização econômica (DEDECCA, 2005).

Contudo, a combinação: acumulação produtiva e liberalização econômica, teve como consequência o aumento no contingente de trabalhadores socialmente desprotegidos (DEDECCA; BALTAR, 1997).

Em se tratando de países em desenvolvimento, como o Brasil, em que modelo fordista de produção e de assalariamento não se universalizaram, a informalidade característica desde o período pós-guerra e da implementação da industrialização pautada no MSI, cresceu vertiginosamente, principalmente nos centros urbanos, capitais e regiões metropolitanas (CACCIAMALI, 1999; MARICATO, 2003; POCHMANN, 1999).

Pode-se evidenciar, o crescimento do trabalho assalariado precário, como: clandestino; sem carteira de trabalho assinada; conta própria; sem contribuição previdenciária e ilegal, no conjunto do país, e principalmente na região Nordeste em termos do aumento do trabalho sem carteira e/ou ilegal, em comparação ao emprego registrado (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

¹⁷ A exemplo do modelo toyotista ou modelo japonês, que tinha como pressupostos a flexibilidade do aparato produtivo, produção customizada, níveis de estoques mínimos, horizontalização da produção através de empresas terceirizadas, adoção de ferramentas de controle de qualidade total, eliminação de desperdícios, sindicalismo de empresa etc. (ANTUNES, 2015).

Neste ínterim, ganha força na literatura econômica e na sociologia do trabalho o conceito **de economia subterrânea**¹⁸, não registrada ou submersa, como forma de tipificar as atividades realizadas por um critério jurídico, em contraponto à abordagem dualista que levava em consideração a unidade econômica (CACCIAMALI, 1991; DURÃES, 2006; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; RAMOS, 2007).

A economia subterrânea ou não registrada se referia às atividades e formas de produção, assim como as relações de trabalho ilegais, sendo que nesta última se apreende o que se convencionou na sociedade brasileira por informalidade (NORONHA, 2003). Todavia, não deve ser considerada um setor econômico, pelo fato de certas formas anacrônicas de contratação e produção ocorrerem tanto nas empresas constituídos sob os pilares da legalidade, como nas atividades sem registro, ilegais ou ilícitas (DURÃES, 2006; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

A economia subterrânea tem como característica a ausência de registro dos trabalhadores ou empreendimento junto aos órgãos competentes (reguladores, controladores e fiscalizadores), a evasão de tributos, desobediência à legislação trabalhista na contratação, inobservância das leis de saúde pública etc. (CACCIAMALI, 1991)

Somado a isso, leva-se em consideração: a ignorância do trabalhador e produtor com relação às diversas regulamentações; obstáculos e a corrupção burocráticas; procedimentos administrativos complexos e caros para cumprir a legislação; os custos envolvidos para legalizar completamente a atividade; e o possível baixo custo de oportunidade da mão-de-obra ajudante que ali se emprega (CACCIAMALI, 1991).

Na esfera das atividades abarcadas pela economia subterrânea, registra-se ainda as reconhecidamente ilegais e ilícitas, que além de burlarem a lei, ferem os princípios da dignidade humana, as normas e regras instituídas pela sociedade. A exemplo destes tipos de atividades desviantes, encontram-se: o tráfico de drogas, a prostituição, os jogos de azar e a contravenção (CACCIAMALI, 1991).

¹⁸ Lima (2013) atribui a este conceito outra denominação, a criptoeconomia, que se traduz no produto nacional bruto não declarado nas estatísticas oficiais.

Com a reestruturação produtiva em curso, o início da década de 1990, presenciou o aparecimento de outros contornos para informalidade com a globalização.

Para situar aquela nova fase do capitalismo, Cacciamali (2000, p. 163), cunhou o conceito **processo de informalidade**. Este conceito partia da análise do processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia, que incidiu “na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”. Para a autora, o cenário no qual o processo de informalidade se desenvolvia estava caracterizado por pelo menos quatro condicionantes, acerca da configuração da estrutura produtiva, mercado de trabalho e setor informal, a saber: “a) os processos de reestruturação produtiva; b) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; c) o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; d) a desregulamentação dos mercados.” (CACCIAMALI, 2000, p. 158).

O processo de informalidade, se pode situar como uma espécie de conceito transitório, devido a sua inter-relação com as transformações das economias globalizadas. Seus rebatimentos foram sentidos tanto nos países centrais como nos países em desenvolvimento (CACCIAMALI, 2000, 2002).

Notou-se, que o cenário criou uma incerteza sobre os negócios e no mercado de trabalho, em virtude do baixo crescimento econômico e do emprego. Assim, o conceito de processo de informalidade sintetizou a reformatação do trabalho nos diversos países sob dois fenômenos.

O primeiro, se referia a reorganização do emprego assalariado no âmbito da produção e do mercado de trabalho do setor formal. Nesse sentido, destacou-se as formas de trabalho não registrado (a exemplo da economia subterrânea), contratos atípicos, trabalho temporário, cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão de obra, prestação de serviços, dentre outros (CACCIAMALI, 2000, 2002).

O segundo fenômeno, diz respeito as formas de auto-emprego e de sobrevivência. No universo deste segundo fenômeno, encontram-se os trabalhadores que perderam suas ocupações nas empresas (modelo fordista do capitalismo) não conseguindo reinserção, aqueles que devido à conjuntura do mercado de trabalho formal não foram inseridos, ou, os que por opção escolheram o trabalho autônomo. As formas que os respectivos indivíduos encontraram para obterem renda, se deram

por trabalho por conta própria ou microempresa, e atividades de baixa produtividade, a exemplo das atividades de comércio informal (CACCIAMALI, 2000, 2002).

O traço comum dos fenômenos apresentados, que representam a nova expressão da informalidade é a vulnerabilidade ocupacional e os baixos rendimentos (KREIN; PRONI, 2010). Contudo, esses traços variam de acordo ao espaço econômico, pois a abertura à concorrência internacional, característica da globalização, não apresentou os mesmos impactos entre os países. Nessa direção, nos países economicamente atrasados, como os da América Latina, o segundo fenômeno é predominante.

No Brasil, a queda significativa do emprego industrial e com carteira assinada, favoreceu o aumento das ocupações sem registro e os por conta própria. O setor terciário, naquele contexto de forte terceirização, expandiu-se através das micro e pequenas empresas de prestação de serviços (POCHMANN, 1999).

A transferência do contingente de trabalhadores das atividades ditas fordistas ou formais, para as atividades informais (informalização dos formais), denominou o que alguns autores conceituaram de **nova informalidade** ou pós-fordista (DEDECCA; BALTAR, 1997; DURÃES, 2013; NORONHA, 2003).

Este conceito, resultante do processo de reestruturação produtiva, se inseriu em um contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho, impulsionadas pelo processo generalizado de terceirização que reorganizou as atividades existentes.

A nova informalidade articulava as atividades formais, modernas e capitalistas, às velhas formas do trabalho informal, precário, de subsistência e subordinado ao capitalismo, através:

da entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais, essa “nova informalidade” também se expressa na criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras anteriormente existentes. Nesse caso, a mudança se reflete na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público em geral. Portanto, a “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade” que são por eles redefinidas. (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215).

De acordo com esta nova categoria conceitual, surgiu uma ampla concorrência entre os trabalhadores informais. Isto se deu pelo conhecimento adquirido e qualificação dos profissionais que por um determinado período estiveram inseridos no

mercado formal, o que se traduziu em formas mais dinâmicas na atividade informal, quer fossem nas novas maneiras do labor informal (terceirização, trabalho autônomo, trabalho sem registro), ou nas velhas formas¹⁹ (comércio de rua, trabalho precário).

Eduardo Noronha (2003), ao desenvolver uma análise sobre as apreensões conceituais de informalidade por juristas e economistas, relacionou as características da “nova informalidade” em comparação a velha informalidade e a informalidade neoclássica, conforme o Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 - Diferenças conceituais da Velha informalidade, Informalidade Neoclássica e Nova Informalidade

Velha informalidade	Informalidade neoclássica	Nova informalidade
Trata-se de uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Visa a explicar a “informalidade” de uma economia em transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados “informais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais	Afirma que a “informalidade é o resultado natural da ação de empresas em busca da maximização de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei, ou rígidos acordos coletivos	A “informalidade é o resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial.

Fonte: Adaptado de Noronha (2003, p. 119).

Segundo a interpretação de Noronha (2003), se pode inferir que os conceitos apresentados até aqui guardam íntima relação com essa perspectiva.

Neste turno, se tem que a velha informalidade é o mesmo setor informal dos estudos realizados pela OIT, na década de 1970, que partia da análise da pequena unidade econômica ou de produção como forma de absorver o contingente de trabalhadores não inseridos no modelo de assalariamento fordista ou migrantes que geralmente pertenciam às camadas mais pobres da população.

Em sentido semelhante, a informalidade neoclássica, pode ser associada aos conceitos de economia subterrânea e processo de informalidade. Pois levou-se em consideração o ambiente conjuntural da reestruturação produtiva que redefiniu as formas de contratação alinhadas as novas formas de produção e acumulação das firmas capitalistas, o que aumentou o desemprego, subemprego e precarização através de contratos atípicos e do comércio informal.

¹⁹ O livro: *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação* (2013) de Bruno José Durães, apresenta entre os resultados da pesquisa realizada no camelódromo de uruguaiana, na cidade do Rio de Janeiro, como as trajetórias profissionais dos novos proletários oferecem vantagens competitivas, estratégias de crescimento e formas de obtenção de novos produtos.

A polissemia do conceito e a conjuntura de mudanças estruturais complexas do capitalismo no final do século XX, permitiram outras perspectivas para o mesmo fenômeno. Destarte, com o desenvolvimento do neoliberalismo e do conceito de nova informalidade, o trabalho autônomo ganhou força em termos de participação na ocupação (SILVA, 2003; RAMOS, 2007).

Ramos (2007) traz à baila um novo direcionamento ao que se vinha discutindo em termos de marco teórico da informalidade no Brasil. Para o autor, com a não sustentação das teses desenvolvimentista que por muito tempo nortearam os estudos da OIT, novas interpretações se consolidaram.

Em estudo que analisou os paradigmas teóricos da informalidade à luz das intervenções políticas, Ramos (2007), buscou traduzir as limitações de cada conceito ao expor-lhes ao exercício empírico. Ao demonstrar que o aumento das atividades informais, ocorria na mesma direção da retomada do crescimento, no cenário pós-recessão do governo Collor, entre 1993 a 1998, o autor afirmou que os conceitos baseados na dualidade da OIT e da escola desenvolvimentista cepalina, perderam força ao levar a termo a ideia de que o crescimento da atividade econômica aumentaria o emprego formal, em detrimento à ocupação informal (RAMOS, 2007).

Assim foram apresentados novos postulados interpretativos, baseados na segmentação do mercado de trabalho e na livre escolha²⁰, considerando as possibilidades individuais, a exemplo dos fatores: sexo; faixa etária, flexibilidade e iniciativa empreendedora.

É correto afirmar que a concepção da informalidade sob a perspectiva da autonomia, não foi um achado de Ramos (2007). Hernando De Soto (1987), ao analisar a realidade econômica peruana, já concebia a informalidade sob o prisma do empreendedorismo.

Para De Soto (1987), o setor informal não representava apenas o excedente de mão de obra, mas um setor com dinâmica própria, atenuador da crise social nos países em desenvolvimento e um possível núcleo de um novo tipo de desenvolvimento.

²⁰ Os dados da PNAD de 1989 – 1990 apresentaram resultados que subsidiaram a nova interpretação em contraponto aos modelos anteriormente apresentados (setor informal x setor formal). De acordo com a pesquisa, citada no artigo de Ramos (2007), quando indagados sobre questões sobre formalização, os trabalhadores informais em sua maioria preferiram suas ocupações na época.

Ainda na década de 1990, os entraves interpretativos permaneciam pela diversidade de conceitos e as mais variadas formas de operacionalizá-los, dada a heterogeneidade da informalidade e as suas diferentes manifestações em cada região.

Naquele contexto de profunda transformação da ordem mundial, o aumento do desemprego e da informalidade se deram em concomitância com formas precárias de trabalho. A OIT, na direção de resolver o problema do setor não estruturado, partiu da proposta de conciliar o apoio ao setor informal com a superação da exploração do trabalho, tendo em vista o potencial do setor na geração de renda, e que, se bem articulado e organizado, poderia coexistir com o setor formal, ou ser incorporado a este (KREIN; PRONI, 2010)

Com o objetivo de encontrar uma definição que pudesse criar uma base de dados padronizada sobre o mercado de trabalho nos países signatários, a OIT retornou à discussão através da *15ª International Conference of Labour Statisticians*, de 1993.

Neste evento, ficou definido que as unidades econômicas informais poderiam ser de dois tipos: empreendimento unipessoais ou familiares e microempresas com trabalho assalariado. Entretanto, essa classificação continuou generalista e dificultosa em termos de padronização no âmbito internacional (KREIN; PRONI, 2010).

No ano de 2002, a OIT realizou a 90ª Conferência Internacional do Trabalho. Naquela ocasião, com vistas a superar as dificuldades apresentadas acerca da limitação dos conceitos, adotou-se uma abordagem ampla, ressaltando a importância social e econômica da informalidade. Em vez da continuidade da perspectiva dual, que concebia setores antagônicos, tal como: setor formal x setor informal, adotou-se a definição de **Economia Informal** (OIT, 2002).

Krein e Proni (2010) observaram que tal conceito foi adequado no sentido de englobar as atividades heterogêneas realizadas pela informalidade, e considerar em um mesmo conceito tanto o critério de “unidade produtiva”, tratado no conceito de setor informal, bem como o de “ocupação”, abordagem predominante nos conceitos de economia subterrânea, processo de informalidade e nova informalidade.

O conceito de Economia Informal, passou a incluir as categorias de: trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em

cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); microempregadores; produtores para o autoconsumo e trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária (KREIN; PRONI, 2010).

Em que pese a amplitude deste último conceito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), optou pela definição da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, realizada pela OIT, em 1993, para realização dos estudos sobre Economia Informal Urbana (ECINF), nos anos de 1997 e 2003 (IBGE, 2005).

Resumidamente, o conceito operacional utilizado pelo IBGE, considerou como pertencentes ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, fossem elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. Na abordagem utilizada para o levantamento, não foram considerados os trabalhadores individuais, trabalhadores domésticos, trabalhadores informais rurais e população de rua (IBGE, 2005). Queiroz (2019), registra o fato do estudo não distinguir os trabalhadores registrados e os não registrados.

Embora o conceito adotado pelo IBGE, assim como os procedimentos metodológicos sejam aceitos por outras entidades, a exemplo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Queiroz (2019), aponta outro caminho para mensuração da informalidade no Brasil.

Queiroz (2019), assinala que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseando-se nos estudos de Cacciamali (1983), Hirata e Machado (2007) e Haussmanns (2004), além de considerar os critérios de inclusão da pesquisa do IBGE, retomou a recomendação da OIT, em 2002. Desta forma, os estudos desenvolvidos até 2015 pelo IPEA, consideraram as unidades de produção e o tipo de ocupação (QUEIROZ, 2019).

Segundo Krein e Proni (2010) e Durães (2006, 2013), o conceito de Economia Informal no Brasil não foi amplamente disseminado terminologicamente. Mesmo considerando-se suas categorias analíticas e amplitude conceitual. No Brasil têm-se

denominado o fenômeno que a Economia Informal buscou analisar e estratificar, em “informalidade”.

Para fins desta pesquisa, optou-se pela abordagem conceitual de Durães (2013). O autor, durante sua trajetória acadêmica empreendeu pesquisas que trataram das raízes históricas do trabalho de rua em Salvador e suas aproximações com o trabalho precário e informal de rua realizado no século XXI na capital baiana.

Mais recentemente, o seu doutoramento, em 2013, resultou no livro: *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação*. Na respectiva obra, Durães (2013), identificou que a abrangência dos conceitos se constituía um problema para operacionalização empírica em algumas pesquisas. Por esse motivo, combinou diferentes abordagens e demarcou o conceito de “informalidade de rua”.

Sob esta perspectiva têm-se a informalidade a partir das atividades não regulamentadas (sem registro em carteira de trabalho), direcionadas para a sobrevivência, com a participação de auxiliares e ajudantes (em geral, familiares) e ocorrerem nas ruas. O autor acrescenta que a rua, nessa definição, é o ponto “homogeneizador da conceituação de informalidade.” (DURÃES, 2013, p. 74).

A informalidade, de acordo com os postulados teóricos apresentados até aqui, tem sido identificada como um fenômeno típico urbano, modificando-se de acordo às conjunturas econômicas, políticas e sociais em escala global, com rebatimentos diferentes em países e regiões, coexistido com os setores econômicos estruturados, nos espaços intersticiais ou imbricados ao sistema capitalista.

Nesse sentido, considerando as manifestações da Economia Informal como elemento transformador do espaço nos países em desenvolvimento, como o Brasil, fez-se necessário entender a teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos (2008).

Segundo Santos (2008) a Economia Urbana nos países subdesenvolvidos, ou do Terceiro Mundo, assim são tratados pelo autor, pode ser compreendida através da existência de dois circuitos: o superior e inferior.

A *priori*, o autor parte da análise de como a modernização tecnológica da produção e do consumo influenciaram na espacialidade das atividades econômicas dos países subdesenvolvidos. O autor considerou que no período em que desenvolveu a teoria (década de 1970), a dualidade predominante nas discussões

econômicas, principalmente em âmbitos institucionais, como na OIT, não considerava as diferentes formas que a industrialização, símbolo do processo de modernização do capitalismo, era absorvida nos países periféricos.

Considerou-se fatores endógenos do processo de urbanização daqueles países e, as diferentes formas de reprodução social, para delinear os elementos constitutivos de cada circuito. O autor estabeleceu um marco interpretativo que não tornavam os dois circuitos antagônicos entre si, mas contíguos, em contraponto à ideia de dualidade: tradicional x moderno. Todavia, esclareceu a relação de subordinação e dependência do circuito inferior ou superior.

O circuito superior, segundo a teoria desenvolvida por Milton Santos (2008), referira-se às atividades “intensivas em capital”. As principais atividades desse circuito foram caracterizadas pelo emprego de tecnologia e eficiência produtiva, oferecendo como produto do processo, bens de consumo com alto valor agregado.

Identificou-se algumas atividades desenvolvidas no circuito moderno, ou superior, como as: industriais (de exportação e urbana), bancárias, comércio moderno, atacadistas e transportadores. Santos (2008, p. 41), estabeleceu um modelo hierarquizado que permitiu constatar as interseções entre os circuitos, ao que o autor denominou de “formas mistas”. Dentre os quais, os atacadistas e transportadores configuram-se como essenciais tanto para o circuito superior, como no inferior. Neste último, chegando ao nível do feirante e do ambulante (SANTOS, 2008).

Acrescenta-se que, entre os elementos constituíveis desse circuito, estão: o crédito bancário; grandes volumes ou alta qualidade em estoques de mercadorias; volumoso emprego de capital; organização burocrática; trabalho assalariado (em parte estrangeiros), preços fixados em níveis de mercado; margem de lucros reduzida, quando considerada a unidade do produto; larga utilização de publicidade, necessária para modificar os gostos e deformar a demanda; relação impessoal com a clientela; reutilização de bens, nula; importante apoio governamental, na regulação do mercado, permitindo a existência de monopólios e oligopólios, subsídios fiscais e infraestrutura; e dependência direta do exterior.

O circuito inferior, fruto da concentração da pobreza nas grandes cidades, criava necessidades de consumo por bens e serviços que o circuito superior não fora capaz de atender. Além da demanda por ocupações ou empregos (SANTOS, 2008).

Diferentemente de um circuito estruturado pela modernização tecnológica, o circuito inferior era caracterizado por atividades “intensivas em trabalho”, em muitos casos, marcadas pela precariedade e vulnerabilidade. Ao analisar o circuito inferior, constatou-se que a informalidade, que se desenvolve nos espaços públicos, adere-se aos seus elementos constituintes.

Dentre as características distintivas do circuito inferior, o trabalho é frequentemente local ou localmente adaptado através da facilidade de ingresso. O crédito é pessoal, não institucional e o dinheiro líquido serve para pagamentos de despesas e fornecedores, o que não permite acumulação. Nesse circuito trabalha-se com pequenos volumes e baixa qualidade em estoques, tanto no pequeno comércio, como em pequenas produções, o capital empregado é reduzido e a organização geralmente é primitiva ou não burocrática (SANTOS, 2008).

Sobre o emprego ou relação de trabalho, raramente são permanentes, com remuneração abaixo do mínimo vital e o contrato de trabalho dá-se por acordo pessoal. Releva-se a importância do trabalho familiar e autônomo neste circuito, pois, de acordo com o autor, “esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação.” (SANTOS, 2008, p. 45).

Outro conjunto de características importantes nesse circuito se dava pela precificação, que oscilava em virtude da livre negociação entre vendedores e compradores, ao que Santos (2008) denomina regatar ou pechinchar, realidade dos mercados populares de comércio informal. Em termos de margem de lucro é alta quando considerado a unidade do produto. Contudo, não há acumulação de capital, ou esta não se constitui preocupação de primeira ordem. A necessidade primária do trabalho no circuito inferior é assegurar a sobrevivência e a vida cotidiana (SANTOS, 2008).

Em termos de publicidade, no circuito inferior, não se fazia necessária, por basear-se na relação direta com a clientela. As formas pelas quais a comunicação da oferta dos produtos e serviços no circuito inferior ocorriam fundamentavam-se no diálogo, indicação ou no conhecimento prévio de determinado ponto entre os clientes.

O circuito inferior utilizava-se largamente da reutilização de bens. Santos (2008) esclarece que reparos em bens de consumo duráveis, revenda, ou consertos em gerais, representavam a base das atividades deste circuito. A efeito de correlação, permite-se trazer à baila os serviços de reparos em veículos, oficinas mecânicas,

revendas de peças ou equipamentos usados, conserto de vestuários e aparelhos eletrônicos.

Com relação ao papel do Estado, o autor identificou como reduzido ou nulo o apoio governamental no circuito inferior. No demais, Santos (2008) salientou o conflito entre o poder público e as atividades desse circuito, ao trazer à discussão as formas de coibir o comércio realizado por vendedores ambulantes em várias cidades.

Ao avaliar a dinâmica do consumo nos dois circuitos de acordo às classes sociais, Milton Santos identificou a importância do circuito inferior no que concerne o consumo baseado no nível de renda de cada estrato. Se por um lado, o autor observou que o padrão de consumo das “classes superiores” situa-se no circuito superior e o das “classes pobres e inferiores” no circuito inferior. Por outro, apontou como a classe média é demandante dos dois circuitos (SANTOS, 2008, p. 50).

De acordo com o autor, o efeito-demonstração que impele a classe média a consumir bens e serviços dos estratos superiores, torna o nível de renda insuficiente para outras necessidades. Com isso, a classe média, recorre frequentemente ao circuito inferior para satisfação de consumos correntes, a exemplo de produtos alimentícios, encontrados nas feiras livres e comércios de bairros ou de vizinhança.

Com base na teoria dos dois circuitos da *Economia Urbana* de Milton Santos (2008), mas especificamente nos elementos do circuito inferior, compreendeu-se que a informalidade de rua é resultado de um processo de modernização desigual entre os países que gerou uma elevada parcela da população em condições sociais vulneráveis em termos de ocupação e poder de consumo, tornando-os ofertantes e consumidores do mesmo circuito.

Ademais, observou-se que a natureza das mercadorias, facilidades de ingresso, dinâmica de comercialização, perfil da demanda, subordinação e dependência ao circuito superior, permite afirmar que a informalidade de rua, produto do processo de crescimento desigual em países como o Brasil, está mais que justificado em termos de participação na economia urbana e nos espaços das cidades.

3.2 A RELAÇÃO DO COMERCIO INFORMAL COM OS ESPAÇOS VAZIOS URBANOS NO BRASIL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

O trabalho informal desenvolvido nos espaços vazios urbanos, tão característico no cenário das cidades brasileiras, deita raízes em períodos que distam às discussões realizadas sobre informalidade, na segunda metade do século XX.

A literatura tem amparado que a figura do trabalhador de rua e o comércio de rua no Brasil, surgiu em período anterior à abolição do trabalho escravo, na década de 80 do século XIX (DEDECCA, 2005; DURÃES, 2006; THEODORO, 2002).

Há registros que ainda no período de colonização, no estabelecimento das missões jesuítas, o escambo acontecia no centro das vilas colônias, nos espaços (criados) de circulação das aldeias, entre os portugueses (colonizadores) e indígenas (DURÃES, 2006).

A economia do Brasil colonial, independente e Imperial, baseava-se na atividade agroexportadora de produtos tropicais, tais como: a cana de açúcar, fumo, algodão e café, utilizando-se da força de trabalho escrava. A sociedade era caracterizada como agrária de base escravista (DEDECCA, 2005; DURÃES, 2006; THEODORO, 2005).

Com o declínio dos engenhos de cana de açúcar na Região Nordeste e a expansão da cultura do café em São Paulo, a elite agrária decadente, constituída por antigos senhores de engenho, migrou para as cidades com o objetivo de desenvolver atividades comerciais utilizando-se da mão de obra de negros e mestiços (DURÃES, 2006; HOLLANDA, 2016; THEODORO, 2005).

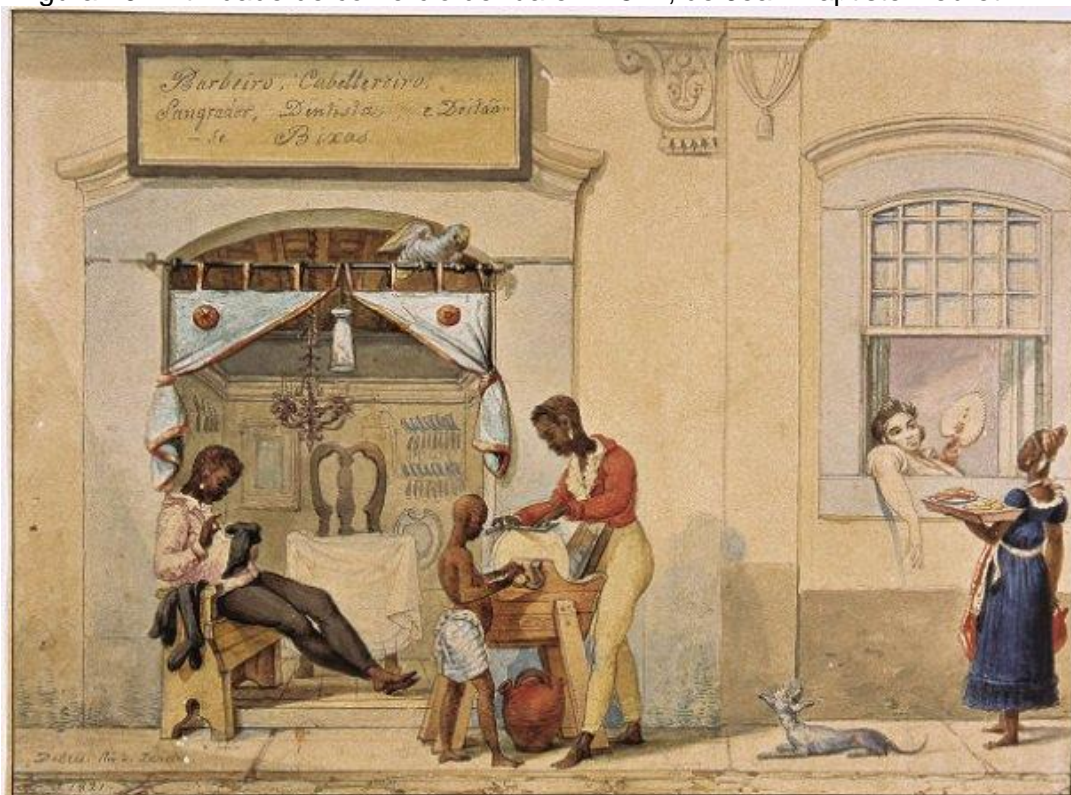
Os negros escravos ou livres, realizavam a comercialização de quitutes nas ruas no turno em que não serviam às casas senhoriais. Os escravos de “ganho”, como assim os denominaram alguns teóricos do tema, se estabeleciam nas esquinas, nas interseções das ruas e caminhos, ou perambulavam pelas ruas oferecendo o que fora produzido, retornando com os resultados do turno de venda aos seus senhores (DURÃES, 2006; THEODORO, 2002).

Acrescentava-se a este contingente laboral, outros negros que trabalhavam nos portos, importante, se não único, modal de escoamento da produção agrícola. Predominando as atividades de carga e descarga de embarcações e oferta de

serviços às tripulações, em algumas cidades portuárias a exemplo de Salvador e Rio de Janeiro (DURÃES, 2006; REIS, 1994 apud DURÃES, 2006).

Os negros escravos, livres, mestiços e brancos pobres, tornavam as ruas, os largos, os terreiros e as praças das principais cidades do Brasil da época movimentadas através da comercialização de mercadorias diversas, como pode ser verificado na Figura 10.

Figura 10 - Atividade de comércio de rua em 1821, de Jean-Baptiste Debret



Fonte: Bandeira e Lago (2008).

Segundo Gorender (1978):

Os escravos faziam-se presentes em todos os ofícios urbanos [...] como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e de carruagens, fabricantes de ornamentos militares, de lampiões, artífices de objetos de prata, joalheiros e litógrafos [...] alfaiate, sapateiro, barbeiro, cabelereiro, curtidor, ferreiro, ferrador e outras. (GORENDER, 1978, p. 454).

A partir do desincentivo da utilização da mão de obra cativa, com a proibição do tráfico de escravos²¹, em 1850, influenciada pela Inglaterra e da Lei do Ventre Livre,

²¹ Lei Eusébio de Queiroz

em 1872, duas leis promulgadas pelo Império condicionaram a constituição do trabalho livre.

A primeira, em 1850, reconhecia a propriedade da terra no regime de sesmarias, procedente do ciclo da cana de açúcar e ouro, incorporava grande parte da força de trabalho no país, que anos depois, devido ao modelo compensatório estipulado pelo Estado foi impedida de ter acesso à terra, submetendo desta forma o trabalho ao latifúndio (DEDECCA, 2005).

A segunda lei, em 1879, regulava a relação de trabalho no regime de colonato e parceria, cuja autonomia centrava-se no proprietário da terra, que segundo sua deliberação, poderia unilateralmente romper o contrato de produção (LAMOUNIER, 1988 apud THEODORO, 2005).

A abolição ocorrida tardiamente, em 1888, com Lei Áurea e a concentração da população na Região Nordeste do país, oriunda da colonização e cultura da cana de açúcar, representaram um problema de indisponibilidade de mão de obra para a crescente atividade cafeeira em São Paulo.

Segundo o censo realizado, em 1872, a Região Nordeste representava cerca de 50% da população, e em termos de força de trabalho, a maior parcela encontrava-se predominantemente em Pernambuco, Bahia e Ceará, em virtude do ciclo açucareiro, Minas Gerais, devido a corrida do ouro e no Rio de Janeiro, sede do império (FURTADO, 2007; THEODORO, 2005).

De acordo com Dedecca (2005), a historiografia apresenta algumas possibilidades para a não mobilização da força de trabalho disponível. Dentre as quais, o autor aponta para o custo de remanejamento devido a distância geográfica, o enfraquecimento da Região Nordeste com o possível advento do Estado Nacional e a transferência do custo de desvalorização da mão de obra. Contudo, prevaleceu a concepção dos cafeicultores paulistas, de que os negros libertos não se adequariam a um regime de assalariamento (FURTADO, 2007).

Independentemente das razões apresentadas, a articulação junto ao Estado Imperial por parte dos produtores de café culminou na promulgação da Lei dos imigrantes, que orientou a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, sem o aproveitamento de elevado quantitativo de trabalhadores livres.

De acordo com Theodoro (2005)

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicada à economia de subsistência, fosse a alguns ramos assalariados especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal” no Brasil. (THEODORO, 2005, p.95).

A partir da chegada dos trabalhadores imigrantes, restaram aos negros livres, aos mestiços e aos brancos pobres, as atividades de subsistência, que o autor aponta como a origem do setor informal no Brasil.

O trabalho de rua não foi fruto da abolição, ou da chegada de mão de obra imigrante. Mas foi notório que aqueles acontecimentos propiciaram o considerável aumento da força de trabalho disponível, que precisava se reproduzir para além das formas condicionadas na relação senhor-escravo.

Sobre a questão, Durães (2006), apresentou na realidade da cidade de Salvador, as atividades de comércio de rua na segunda metade do período oitocentista, nas figuras dos “ganhadores”, “ganhadeiras” e “carregadores”.

O espaço público, ou os vazios urbanos, constituíam-se o *locus* de trabalho da massa preterida. Naquele dado contexto, os trabalhadores de rua organizavam-se nos “cantos”²², becos, vilas e praças da cidade para labutarem em duas frentes: a primeira, sobreviver através da comercialização de produtos, em sua maioria alimentos e artesanatos, na prestação de serviços diversos como carpintaria, sapataria, marcenaria etc. que para o branco português ou brasileiro, eram caracterizadas como atividades degradantes e indignas; a segunda, o escape cotidiano da repressão do poder público, através da força policial no cumprimento das legislações regulamentadoras da elite branca, que contraditoriamente, tirava proveito do trabalho do negro, ora nos canaviais, ora nas ruas de Salvador (SOARES, 1994 apud DURÃES, 2006).

Por mais que pareça, o trabalho de rua no Brasil não ocorria sem uma razão lógica, hierarquização e organização. Em primeiro plano, vale-se destacar a dupla

²² De acordo com Durães (2006, p. 68) Os *cantos* eram “os espaços delimitados e constituídos para os homens (e mulheres) das ruas trabalharem, ou melhor, concentrarem-se aptos à espera de trabalhos. Eram, normalmente, esquinas movimentadas da cidade”.

necessidade daquele tipo de mercado na cidade do Salvador. Com o declínio econômico proveniente dos engenhos do recôncavo e a dependência da relação comercial com a Inglaterra, o abastecimento de determinados gêneros, bens e serviços tornaram-se limitados e escassos. Com isso, a diminuição da atividade canaveira, proporcionou o aumento do contingente de ex-escravos nas ruas sem ocupação, que passaram atuar em atividades de subsistência (DURÃES, 2006; SPINOLA, 2009).

Em segundo plano, verifica-se uma hierarquização das atividades por gênero e a sua organização no espaço e nos turnos do dia. Os “ganhadores” eram os trabalhadores livres africanos, descendentes ou mestiços em sua maioria, que ofereciam diversos serviços especializados, tais como: pedreiro, joalheiro, carpinteiro, marceneiro, artífice de objetos em prata, ferreiro, armeiro etc. (GORENDER, 1978; REIS, 1994 apud DURÃES, 2006). Todavia, em vez de perambularem pelas ruas da cidade, tornando-se vulneráveis a repressão policial, os ganhadores situavam-se nos “cantos” à espera de clientes, sob a liderança do capitão do canto, responsável por combinar trabalhos e preços (CAMPOS, 1943 apud DURÃES, 2006).

Percebe-se desde aquele período, a noção de territorialidade dos pontos de venda no espaço público urbano por parte de trabalhadores do comércio informal (SERPA, 2007; PAMPLONA, 2013). Havia delimitações informais sobre a área de atuação de cada segmento, para cada freguesia, sob uma representação dos interesses dos trabalhadores de rua. Atualmente, essa posição é ocupada por associações de ambulantes e camelôs, que atuam nos pleitos junto ao poder público (BOUÇAS, 2017).

As “ganhadeiras” eram as responsáveis pela venda de alimentos de origem africana, hortaliças e hortifrutis, artesanatos, além de prestarem serviços domésticos avulsos como lavagem de roupas. Geralmente, as mulheres mães que trabalhavam nas ruas de Salvador levavam consigo seus filhos. Os menores (crianças de colo), eram amarradas com panos no corpo da mãe, de forma a permitir movimentos livres com as mãos, enquanto os maiores auxiliavam nas vendas, abordando os passantes e oferecendo seus produtos.

A atividade de comércio de rua no espaço público, desde àquela época, não ocorria sem conflito. Durães (2006) apresentou algumas notas de imprensa do período, cobrando da administração uma atuação sobre os ambulantes ou

“ganhadores”. A exemplo disso, o Jornal de Notícias, de 1899, registrou os reclames salientando os conflitos de espaço e uso.

A administração do Sr. Dr. Victorio Falcão deverá tornar realidade o cumprimento das portarias baixadas ao comissariado municipal, no sentido de impedirem a continuação da permanência de vendedores ambulantes no largo do mercado da Baixa dos Sapateiros, vedando o trânsito público e atirando na viação quanta espécie de imundice conseguem reunir em cestos e gamelas. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1989, p.1 apud DURÃES, 2006 p. 105).

A respeito do cumprimento das portarias, leis e decretos sobre as tentativas de ordenamento do comércio realizado pelos ganhadores e ganhadoras, registrou-se o uso desmedido da força policial, arbitrariedade e discriminação. Os trabalhadores negros e mestiços eram classificados como vadios, independentemente de estarem em labuta cotidiana. As motivações para o encarceramento variavam desde dormir em espaço público a partir de determinado horário, a “perambular sem destino” pelas ruas do centro (DURÃES, 2006).

Após as primeiras décadas do advento da república e mais fortemente partir de 1930, na Era Vargas, a economia brasileira começou a se diversificar. A indústria nacional começou a se desenvolver dando novos contornos ao mercado de trabalho no país, que passou a ser regulamentado a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Todavia, o lastro legal não contemplava trabalhadores rurais, nem garantia a inserção da enorme massa trabalhadora dispersa nos setores de subsistência no país. No demais, encontra-se amparo no que foi dito por Theodoro (2005), que a força de trabalho alocado no setor industrial em ascensão no eixo centro-sul, privilegiou a mão de obra imigrante, a exemplo do que ocorreu nos cafezais paulistas.

Assim, se tinha por um lado a tentativa de modernização econômica do país em detrimento da força de trabalho que em sua maioria constituía-se de negros livres ou descendentes e mestiços (DEDECCA, 2005).

Com o crescimento da indústria nacional, a mão de obra imigrante não conseguiu suprir os postos de trabalho operário que surgiam, fazendo-se necessário a absorção dos nacionais (KOWARICK, 1994).

A partir daquele período, o crescimento dos centros urbanos se deu pelo movimento migratório inter-regional, principalmente do Nordeste para o Sudeste do

país. Não apenas os centros cuja atividade industrial se desenvolviam foram impactados. As metrópoles regionais receberam um contingente de trabalhadores em busca de colocação em atividades urbanas que se estabeleciam no período (movimento intra-regional), sendo que em termos de Nordeste, Salvador e Recife destacavam-se (DEDECCA, 2005; FURTADO, 2007; THEODORO, 2005).

Esse fenômeno seguiu pelas décadas de 1940 e 1950, quando se pode constatar impactos nas ocupações. Embasado no censo demográfico, de 1950, Brandão Lopes (1968 *apud* THEODORO, 2005), destacou a existência de trabalhadores desempregados e subempregados nas principais cidades do país. Naquela pesquisa, Salvador já apresentava uma elevada taxa de desemprego e subemprego (32,1%), que permite inferir sobre o aumento das atividades nas ruas à época.

As sucessivas crises econômicas internacionais oriundas do setor petrolífero, no final da década de 1970, impactaram no modelo industrial brasileiro, e por consequência, no emprego. As décadas de 1980 e 1990, denominadas perdidas, os centros urbanos passaram a conviver com a proliferação da miséria em termos habitacionais (aglomerados subnormais) e ocupacionais. Registrou-se o aumento significativo das formas de subsistência nas ruas das principais cidades brasileiras, através das atividades de ambulantes e camelôs (MARICATO, 2003; VASCONCELOS, 2006; SERPA, 2007).

Theodoro (2005) evidencia que a população urbana na década de 1980, representava dois terços da população brasileira e a combinação urbanização e desemprego promoveu o crescimento das atividades informais de subsistência nos espaços públicos.

A apropriação dos vazios urbanos pelo comércio informal, seguiu sem alterar sua natureza entre as décadas de 1990, 2000 e 2010. O que diferiu no trabalho realizado nos espaços públicos, nos períodos mencionados, foram o perfil das mercadorias e as formas de apropriação do espaço (ITIKAWA, 2006; PAMPLONA, 2013).

Itikawa (2006) ao analisar o comércio de rua, em São Paulo, na primeira década dos anos 2000, destacou duas variáveis imprescindíveis para a compreensão do uso do espaço público pelo comércio informal nesta pesquisa: o aparato de trabalho e o perfil da mercadoria.

De acordo com o levantamento da autora, o comércio informal de rua, ou a informalidade de rua (conceito adotado nesta pesquisa), pode ser discriminado pelo aparato utilizado por seus trabalhadores. A autora com base em observação sistemática da realidade dos trabalhadores, subdividiu-os em três tipos: trabalhadores fixos; trabalhadores de ponto provisório ou “móveis”; e trabalhadores itinerantes.

Os trabalhadores informais fixos que atuam nos espaços públicos urbanos, tal como ruas, calçadas, praças e pontos de transportes coletivos, em sua maioria prescindem de uma autorização, mesmo que temporária do poder público. A estrutura utilizada para comercialização dos produtos eram, em sua maioria, barracas confeccionadas com madeira e lonas plásticas. Entretanto, eram muito comum a utilização de outros materiais, a exemplo de contêineres, barracas de flandres e fibra, por suportarem intempéries e serem vedadas após a jornada de trabalho.

Os trabalhadores de ponto provisório, geralmente não possuem licença do poder público, e por esse motivo não se firmam em determinado espaço por um tempo prolongado. O aparato usado por essa categoria, são estruturas metálicas e de lonas tensionadas desmontáveis, tabuleiros, e mostruários leves que podem ser remanejados com facilidade, pois diferentemente da primeira tipologia, a estrutura após o dia de trabalho é levada com o trabalhador (PAMPLONA, 2004; ITIKAWA, 2006).

Os trabalhadores itinerantes, classificados por Itikawa (2006), guardam íntima relação com os trabalhadores ambulantes estudados por Pamplona (2004, 2013). Os autores concordam que estes trabalhadores são identificados por não terem um local definido no espaço público. O aparato de trabalho é carregado, empurrando ou conduzindo pelas ruas em busca de freguesia e com mobilidade suficiente para escapar da repressão do “rapa”. Os autores descrevem que as estruturas utilizadas por essa categoria variam entre: carrinhos, coletes, guarda-chuvas, bicicletas etc.

Acrescenta-se à descrição dos autores, o que as observações de campo para realização desta pesquisa permitiram identificar sobre essa última categoria. Identificou-se a utilização de veículos automotores como carros de passeio e pequenos caminhões que passam pelas ruas secundárias dos bairros oferecendo uma variedade de produtos, ou estacionam por um breve momento nas vias movimentadas, praças de bairro ou áreas de comércio.

Em termos de perfis das mercadorias, deve-se considerar que o tipo, tamanho e acondicionamento influenciam na escolha do aparato e equipamentos de trabalho e transporte, bem como na porção ocupada do espaço público.

Itikawa (2006), antes de adentrar no universo das mercadorias, discutiu sobre as implicações dos padrões de consumo dos países desenvolvidos nos países emergentes. A autora, dialoga com Celso Furtado e Milton Santos, ao afirmar que a modernização tecnológica inserta nos bens de consumo, fez com que a classe média brasileira buscasse cada vez mais produtos importados. A partir dos anos 1990, o Brasil consolidou-se como passagem de produtos de diversas origens (ITIKAWA, 2006).

Contudo, não somente os bens tributados e legalizados adentravam ao país para consumo das classes médias e altas, registrou-se a pulverização de produtos ilegais no mercado informal, somados as mercadorias tradicionais, como alimentos e artesanatos.

Aqueles produtos representavam para a população periférica, acesso aos bens que consistiam no novo padrão desejado pelas classes abastadas. Com isso, se tinha por um lado, um país em desenvolvimento imitando o padrão de consumo dos países centrais²³, e os estratos sociais de rendas mínimas, os padrões da classe média.

Itikawa (2006), ao abordar o impacto da globalização nos produtos vendidos no comércio informal de rua, é categórica ao afirmar que

Há um paradoxo fundamental existente na condição daqueles que trabalham na rua: a mesma globalização que os coloca à margem da economia formal, é a sua fonte de sobrevivência. Os produtos vendidos são, na sua maioria, os símbolos mais emblemáticos da globalização: marcas falsificadas ou contrabandeadas de multinacionais e acessórios que complementam o aparato desses produtos. (ITIKAWA, 2006, p. 37).

A autora apresenta três elementos frutos da sua pesquisa que permitem compreender os fluxos da mercadoria do comércio informal no espaço público. O primeiro, refere-se a origem da mercadoria, que representa um assunto delicado entre os informais. Há mercadorias adquiridas no atacado e varejo, quer sejam para revenda, ou utilizadas como matéria prima para outros produtos, como alimentos.

²³ Hirschman (1964 apud SANTOS, 2008) denomina essa ação de efeito-demonstração.

Entretanto, a atividade informal caracteriza-se por produtos de origens não especificadas, em alguns casos sem nenhum tipo de registro.

Itikawa (2006), subdivide em dois os canais de distribuição: os formais e os exclusivos da informalidade. O segundo elemento consiste na forma de venda, que poderá ocorrer: em consignação; varejo, já que a maioria dos produtos são vendidos individualmente; e atacado, a exemplo das promoções “5 por 1 Real”. O terceiro elemento, para a autora, refere-se a armazenagem dos produtos. No contexto pesquisado, foram identificadas estruturas próximas as áreas em que o comércio de rua transcorria, no próprio ponto, ou aparato de trabalho, visto que as vendas ocorriam em pequena escala, para um público diversificado.

Pode-se compreender na discussão empreendida nessa seção, os movimentos sobre os quais o comércio informal se estabeleceu nos espaços vazios urbanos, ou no espaço público urbano no país ao longo dos anos, sob a perspectiva das mudanças da estrutura social e econômica. Além dos fatores que incidiram no estabelecimento deste tipo de comércio, viu-se que os aparatos de trabalho e mercadorias deram novos contornos às formas de apropriação e organização da atividade dos trabalhadores informais no espaço.

3.3 ALGUNS NÚMEROS DA INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) ENTRE 2012 E 2019

Ao analisar os indicadores da RMS no contexto do Estado da Bahia, da Região Nordeste e do Brasil, algumas evidências permitem afirmar, que a informalidade de acordo com os levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) aumentou de forma considerável em cenário de crise econômica e tem mostrado em períodos recentes pouca reversão.

Historicamente, as oportunidades de emprego nos setores estruturados da economia brasileira têm se concentrado no centro-sul. A despeito do crescimento econômico deste centro dinâmico do país, a Região Nordeste, tem concentrado elevados índices de desocupação da população em idade ativa (PIA).

Em que pese a primeira década dos anos 2000, em que o trabalho com carteira assinada aumentou consideravelmente, a realidade do mercado de trabalho do Nordeste, baiano e da RMS, sempre apresentou elevadas taxas de desocupação,

subutilização por insuficiência por horas trabalhadas e informalidade. Todavia, considera-se que no quinquênio 2015-2019, dois eventos importantes corroboraram para agudizar estes indicadores.

O primeiro, a nova realidade econômica induzida pelo inapropriado ajuste neoliberal implementado por Joaquim Levy em 2015, mesmo sabendo que o país havia entrado em recessão no segundo trimestre de 2014 (MEDEIROS JUNIOR, 2017, 2018), e que levou a que o Produto Interno Bruto (PIB) apresentasse crescimento negativo dos anos de 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,31%), bem como débil crescimento nos anos posteriores. Um evento dessa natureza produz evidências, tais como elevadas taxas de desemprego, subocupação e informalidade.

Um segundo evento ocorrido neste intervalo de tempo se deu pela aprovação da Lei nº 13.467 de julho de 2017 que dispôs sobre significativas mudanças da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), popularizada como Reforma trabalhista. Os que advogaram por sua implementação pautaram-se na retórica de que a modernização dos dispositivos legais, enrijecidos pela legislação da “obsoleta” CLT, representaria o caminho para uma rápida criação de postos de trabalho formais no país e de crescimento econômico, o que não aconteceu (FILGUEIRAS, 2019).

Antes de apresentar alguns dados que permitem dimensionar a informalidade na Região Metropolitana de Salvador (RMS) nos períodos mencionados, contemplando neste nível territorial o município de Lauro de Freitas, apresenta-se a metodologia utilizada pelo IBGE para mensurar o mercado de trabalho atualmente.

A partir de 2012, o IBGE passou a utilizar como forma de apuração de dados sobre o mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em substituição da PNAD anual e a Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

Com alcance em todo território nacional e caráter contínuo²⁴, a PNADC permitiu agregar dados não contemplados nas pesquisas do ECINF, de 1997 e 2003, e modificou a idade das pessoas em idade de trabalhar de 10 para 14 anos ou mais. Outro fator importante nesta nova abordagem, foi o detalhamento da posição nas ocupações, o que contribui para melhor identificar os trabalhadores informais (QUEIROZ, 2019).

²⁴ Periodicidade: mensal e trimestral.

De acordo com a PNADC, a informalidade é medida pela soma dos empregados sem carteira assinada, empregados domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), empregadores sem CNPJ, mais os trabalhadores familiares auxiliares. Para obtenção da taxa de informalidade, considera-se no cálculo os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada.

Desta forma, segundo Queiroz (2019) para calcular a Taxa de Informalidade nos níveis territoriais: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, considera-se a seguinte equação: Ocupados Informais (Empregados no setor privado sem carteira assinada + trabalhadores domésticos sem carteira + empregado no setor público sem carteira + empregador sem CNPJ + ocupado conta própria sem CNPJ + trabalhador familiar auxiliar) / Pessoas Ocupadas na semana de referência = Taxa de Informalidade.

Porém, para os níveis territoriais de Regiões Metropolitanas (RM) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) essa metodologia de cálculo não se aplica. Para tanto, se utiliza uma combinação de indicadores para esses níveis de desagregação de dados que permitem entender a dinâmica das ocupações, neste caso, das ocupações informais na RMS, por meio do levantamento de trabalhadores por conta própria, familiar auxiliares e contribuintes de institutos de previdência.

Após uma breve apresentação da metodologia utilizada pelo IBGE/PNADC, parte-se para leitura de alguns indicadores disponíveis para o mercado de trabalho e informalidade, na ambiência dos eventos apresentados e recorte temporal da operacionalização da PNADC.

Alguns fatores que contribuem para o aumento das ocupações informais são: a incapacidade de absorção dos trabalhadores pelos setores estruturados; contexto de baixo crescimento econômico e elevadas taxas de desemprego (POCHMANN, 2008).

Tabela 3 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), Brasil, Região Nordeste e Região Metropolitana de Salvador

Nível territorial	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	6,9	6,2	6,5	8,9	12	11,8	11,6	11
Nordeste	9,3	7,9	8,2	10,4	14,3	13,8	14,3	13,6
Bahia	10,8	9	9,7	12,2	16,6	15	17,4	16,4
Salvador (BA)	10,6	11,7	12,5	14,6	19,1	16,5	17,3	16,4

Fonte: IBGE - Ministério da Economia, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), quarto trimestre.

De acordo com essas premissas e os dados da Tabela 3, se pode constatar o aumento significativo da taxa de desocupação a partir do ano de 2015, ano que a economia brasileira entrou em recessão.

Observa-se a disparidade das taxas do Nordeste e do Estado da Bahia com a média nacional, o que evidencia o desequilíbrio regional no país acentuado em cenários de crise. A RMS apresentou no ano de 2016 uma taxa de desocupação recorde da série, 19,1%, o que em números absolutos representaram 420 mil pessoas sem ocupação. Notou-se, em 2017, uma considerável queda da taxa de desocupação, -2,6 pontos percentuais (p.p) ainda acima das médias do país, Nordeste e UF. Entretanto, no ano seguinte sofreu um revés, terminando a série com valor idêntico ao do Estado da Bahia, superior a região Nordeste e ao nível país.

Não é pretencioso afirmar, que o cenário de diminuição da atividade econômica, em virtude do novo Coronavírus (COVID-19), impactará no aumento do desemprego e informalidade. Um indicador que sustenta essa afirmação é a taxa de desocupação. Conforme indicado na apuração do 1º trimestre de 2020, a taxa de desocupação para o Brasil foi de 12,2%, Nordeste 15,6% e Bahia 18,7% e 18,9% para a RMS.

Outro indicador que permitiu observar o impacto na qualidade da ocupação na RMS, foi a taxa combinada de desocupação e subutilização por insuficiência de horas trabalhadas (Tabela 4). Esse indicador considera os trabalhadores subocupados por

insuficiência de horas²⁵, somados aos desocupados²⁶, dividido pelo total da força de trabalho (PFT)²⁷.

Tabela 4 - Taxa combinada de desocupação e de subutilização por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), Brasil, Região Nordeste, Bahia e Região Metropolitana de Salvador

Nível territorial	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	12,3	11,1	11,2	13	17,1	18	18,1	17,4
Nordeste	19,2	17,2	17,2	17,9	23,9	24,8	25,7	24,5
Bahia	23,2	20	20,6	21,6	27,9	28,3	30,4	29,4
Salvador (BA)	19,7	19,3	19,5	20,8	27,1	26,8	27,3	27,4

Fonte: IBGE - Ministério da Economia, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), quarto trimestre.

De acordo com essa taxa, amplia-se a diferença da Bahia e da RMS em relação ao Nordeste e ao país. Se pôde observar que a subutilização da força de trabalho combinada com a desocupação sempre foi elevada tanto no recorte regional, como na RMS. Contudo, a partir de 2015, a taxa aumentou de maneira considerável, principalmente na RMS, que no último trimestre de 2019, o valor era de 10 p.p superiores em comparação ao Brasil.

Através desse valor, se pode concluir, que além de um significativo contingente desocupado na RMS, a subocupação por insuficiência de horas abre um precedente interpretativo sobre a precarização da ocupação neste nível territorial no período analisado, em que a crise econômica e a não realização da promessa preconizada pela reforma trabalhista, como geração de postos de trabalhos formais e de qualidade, contribuíram para o agravamento do quadro.

A taxa de Informalidade não alcança as regiões metropolitanas, como explicado anteriormente. Contudo, se pode tirar proveito desta mensuração de forma cautelosa para analisar a RMS. Para tal empreendimento, deve-se considerar a participação da RMS na força de trabalho do Estado da Bahia (Gráficos 1 e 2), visto que somente se

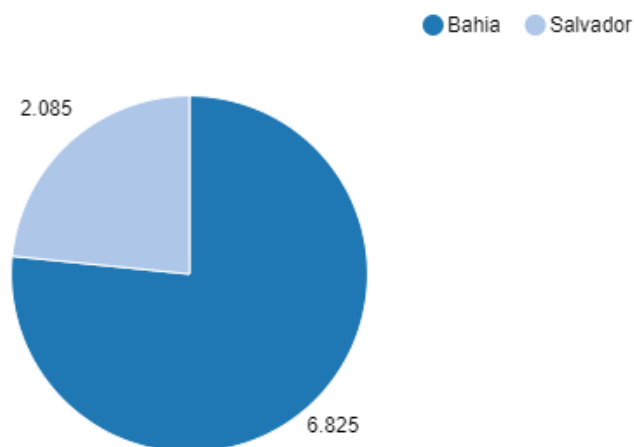
²⁵ São as pessoas que, na semana de referência, atendiam as condições: a) tinham 14 anos ou mais de idade; b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e e) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

²⁶ São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

²⁷ Composta pelas pessoas ocupadas e as desocupadas na semana de referência

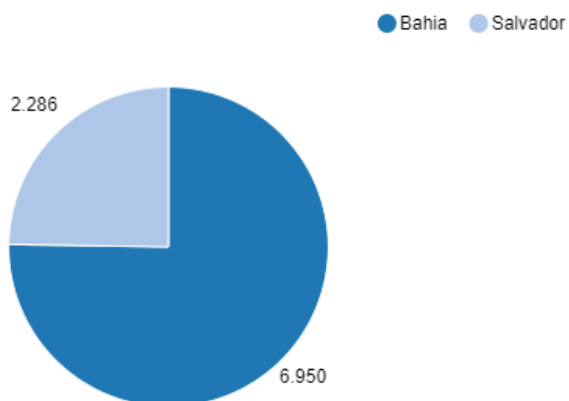
obtem a referida taxa a partir dos dados da PNADC, para o menor nível territorial de UF.

Gráfico 1 - Pessoas na força de trabalho no Estado da Bahia e RMS – 4º trimestre - 2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Gráfico 2 - Pessoas na força de trabalho no Estado da Bahia e RMS – 4º trimestre - 2019



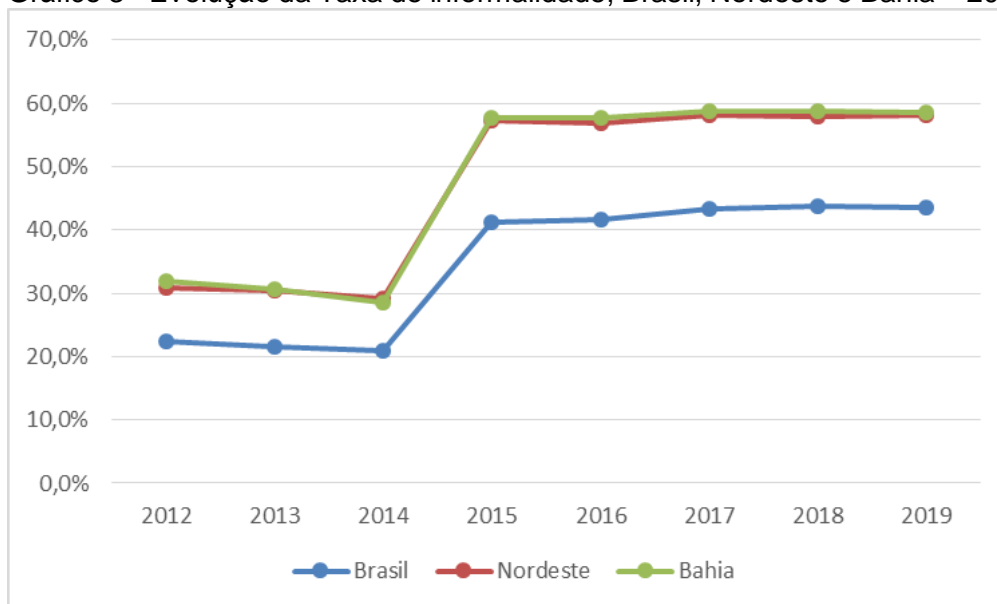
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Considerando as PFT nos últimos trimestres dos anos de 2012 e 2019, de acordo com os Gráficos 1 e 2, afirma-se que o tamanho da força de trabalho na RMS correspondeu à 30,6% no 4º trimestre de 2012 e a 32,9% no 4º trimestre de 2019, considerável parcela do Estado da Bahia. Desta forma, se pode inferir que a taxa de

informalidade no Estado dar indícios de impactos diretos no comportamento das ocupações da RMS.

O Gráfico 3 permitiu acompanhar a evolução da taxa de informalidade nos níveis territoriais: Brasil, Nordeste e Bahia entre 2012 (início da série da PNADC) e 2019.

Gráfico 3 - Evolução da Taxa de informalidade, Brasil, Nordeste e Bahia – 2012 - 2019



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – 4º trimestre.

O ano de 2015 foi um divisor de águas para a análise deste dado. Em primeiro momento, pela inclusão das variáveis: Empregador sem CNPJ e Conta própria sem CNPJ, o que permitiu identificar a dimensão das atividades não registradas. Outro fator digno de nota, foi o a recessão econômica naquele ano.

O Gráfico 3, apresenta que entre 2012 e 2014, a informalidade no Nordeste e na Bahia, já eram maiores que a média nacional e encontravam-se em tendência de queda. Com a retração econômica, identificou-se o aumento da taxa de informalidade no Brasil, a partir do ano de 2015, com elevações sensíveis no período posterior, o que permite afirmar que não houve recuperação do chamado emprego formal. As taxas da Região Nordeste e da Bahia se mantiveram quase idênticas, com tendência de estabilização a partir de 2017. Todavia, observa-se que desde o início da crise, em 2015, a taxa de informalidade na Bahia, maior da Região Nordeste, distanciou-se da média nacional, abrindo uma diferença considerável de 15 p.p. no último trimestre de 2019.

De acordo com as taxas de informalidade no nível estadual, infere-se que a RMS, que corresponde a uma parcela importante do contingente da força de trabalho na Bahia, sofreu naquele período impactos sobre o crescimento e estabilização de elevado percentual de trabalho informal.

Para melhor situar a realidade da RMS, a Tabela 5, apresenta a evolução dos números absolutos das posições nas ocupações: empregados; empregadores; conta própria e trabalhadores auxiliares. Ressalta-se, que os dois últimos compõem o cálculo da taxa de informalidade e dão indícios dos rebatimentos da crise econômica na geração de ocupações precárias.

Tabela 5 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (mil pessoas) - RMS

Posição na ocupação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	RMS	RMS	RMS	RMS	RMS	RMS	RMS	RMS
Empregado	1322	1343	1419	1327	1200	1266	1257	1257
Empregador	70	73	50	79	88	110	107	80
Conta própria	455	426	441	461	464	453	523	546
Trabalhador familiar auxiliar	17	16	18	12	24	23	29	28

Fonte: IBGE - Ministério da Economia, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), quarto trimestre.

As informações da Tabela 5, permitem constar que o número de trabalhadores por conta própria na RMS cresceu consideravelmente em 2018 e 2019. Considerando o início da crise econômica (2015) e o último ano da análise (2019), o incremento dos conta própria correspondeu a 85 mil trabalhadores. Na mesma tendência, percebeu-se o crescimento dos trabalhadores familiares auxiliares, que no ano de 2018 apresentou o maior quantitativo em comparação ao quarto trimestre do primeiro ano do período analisado, aos anos recessivos (2015 e 2016) e após a implementação da reforma trabalhista (2017).

Esses números traduzem o aumento da informalidade na RMS. Pois, ao passo que há uma retração na oferta de postos de trabalhos formais (variável empregado), o trabalho autônomo (conta própria) que abarca uma variedade de ocupações tende a aumentar, juntamente com as atividades realizadas no âmbito familiar, que em muitos casos não cria uma relação formalizada e assalariada (CACCIAMALI, 2000; KREIN; PRONI, 2010; TOMAZINI, 1995 apud KREIN; PRONI, 2010).

Ao correlacionar o aumento do trabalho informal com a ausência de registro, definido na literatura como economia subterrânea e processo de informalidade, utilizou-se dos dados da PNADC no quesito contribuição previdenciária, para dimensionar a geração de ocupações desprotegidas (CACCIAMALI, 2000; DURÃES, 2013; KREIN; PRONI, 2010).

Apesar de não haver uma relação simétrica entre a contribuição previdenciária com trabalho decente, como já discutido ao abordar o processo de informalidade, as informações da Tabela 6 permitem retratar a situação da RMS neste caso em particular.

Tabela 6 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), ocupadas na semana de referência, por contribuição de previdência em qualquer trabalho – Brasil, Região Nordeste e Região Metropolitana de Salvador – RMS

Nível territorial	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	62,1	63,2	64,7	65,7	65,4	63,5	63,2	62,8
Nordeste	44,8	45,7	47,4	48,7	49	48,1	48,6	47,7
Bahia	43,6	44,6	47,4	48,3	49	47,7	49,2	49
Salvador (BA)	61,2	65,9	68	66,5	65,6	62,9	64,5	65

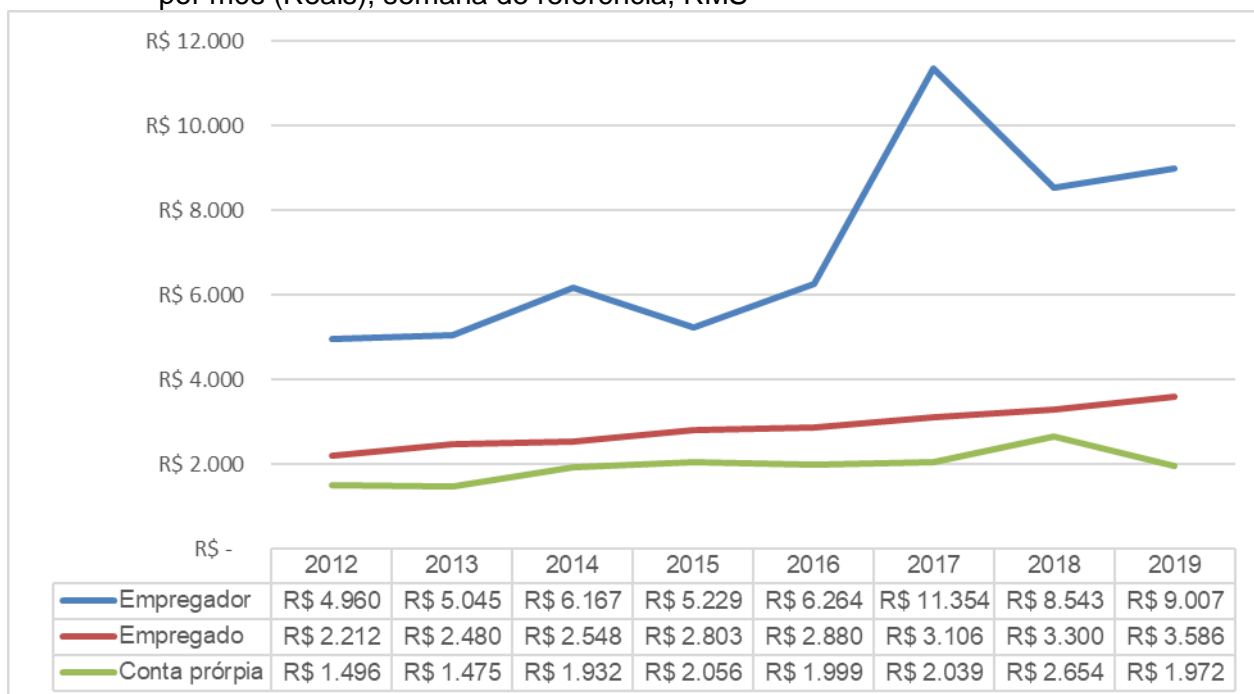
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADC), quarto semestre.

Embora este dado não subsidie uma análise pormenorizada sobre a informalidade de rua, ele é utilizado para se investigar a dinâmica do mercado de trabalho. Constatou-se o aumento da proporção dos contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho, considerando os períodos de recuo entre os anos 2016 e 2017. Em relação aos demais níveis territoriais observados no período, a RMS apresenta os maiores valores proporcionais. Isto fica nítido ao comparar com o Estado da Bahia e a Região Nordeste.

Todavia, não se pode afirmar que a proporção dos contribuintes para instituto de previdência na RMS se traduziu em ocupações de qualidade por fatores já apresentados, tais como: o crescimento de ocupações por conta própria e de trabalhadores auxiliares em detrimento da ocupação empregado; e do crescimento da taxa de subutilização da força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas.

Somado a esses fatores, deve-se considerar o rendimento médio real habitualmente recebido por posição na ocupação. Segundo essa variável, se pode identificar as distâncias entre as ocupações consideradas informais contidas entre os trabalhadores por conta própria e as categorias empregado e empregador.

Gráfico 4 - Evolução do rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês (Reais), semana de referência, RMS



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADC), quarto semestre.
 Nota: Rendimento médio a preços correntes de dezembro de 2019, correção através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O Gráfico 4, apresenta a partir do primeiro ano da PNADC, 2012, até o ano de 2019, a evolução do rendimento por posição na ocupação na RMS considerando o último trimestre dos respectivos períodos.

De acordo com o dado acima, a categoria conta própria teve o menor rendimento entre todos os anos. Observou-se em relação aos empregadores, no ano de 2018, o crescimento do rendimento dos conta própria em relação a queda de rendimento entre os empregadores, que pode estar relacionado a informalização de atividades formais naquele dado momento de recuperação econômica.

Entre os empregados a evolução dos rendimentos se manteve ascendente, contrastando com as outras categorias analisadas. Neste particular, justifica-se a importância do salário-mínimo como referência na sustentação dos rendimentos entre os empregados, quer entre os ocupados com carteira ou sem carteira.

O último trimestre de 2019, revelou um dado preocupante para os trabalhadores por conta própria da RMS. De acordo com o Gráfico 4, o rendimento dos trabalhadores por conta própria, que abarca as atividades informais, declinou consideravelmente, de R\$ 2.654,00 para R\$1.972,00, apresentando tendência de

queda em contraste aos empregados e empregadores cujos rendimentos ascenderam em 2019. Essa realidade foi constatada por alguns autores que associam as atividades por conta própria à baixos rendimentos e a vulnerabilidade (CACCIAMALLI, 1991, 2000)

A situação dos trabalhadores por conta própria na RMS agudiza-se ainda mais, ao relacionar o quesito rendimento com: aumento dos trabalhadores por conta própria e trabalhadores auxiliares (Tabela 5); a estabilização da elevada taxa de informalidade no Estado da Bahia (Gráfico 3); o discreto recuo da taxa de desocupação (Tabela 3) em períodos recentes e o maior percentual da taxa combinada de subutilização por insuficiência de horas trabalhadas.

A correlação entre os dados, deve ser pormenorizado para que não se incorra em equívocos interpretativos acerca do comportamento da informalidade através dos microdados disponíveis na PNADC, destacados nessa seção.

Todavia, através dos dados apresentados, notou-se que no contexto da RMS, entre 2012 e 2019, a informalidade têm se consolidado. Os indicadores traduzem o que é constatado nos espaços públicos, caracterizado como o lócus das atividades por conta própria mais desprotegida, precária e com baixos rendimentos, a exemplo das atividades de comércio informal por vendedores ambulantes, camelôs, feiras sem regulamentação e/ou autorização por parte do poder público, e prestadores de serviços avulsos que ocupam os vazios urbanos para prestarem ou oferecerem os seus serviços, cujo conceito adotado nessa pesquisa refere-se a informalidade de rua (DURÃES, 2013; SERPA, 2007).

A discussão trazida fornece um lastro teórico, empírico e analítico, sobre o nível territorial que o município de Lauro de Freitas está inserido, a RMS. O intuito é entender os rebatimentos da informalidade neste município cuja dinâmica é influenciada pela metrópole, a capital do Estado da Bahia, Salvador.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E LÓCUS DA PESQUISA

4.1 O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

O município de Lauro Freitas, pertence ao território de Identidade: Metropolitano de Salvador. Desse modo, compõe o conjunto de treze municípios da RMS. Faz divisa com os municípios de Simões Filho, Camaçari, Oceano Atlântico e Salvador. Com uma área total de 57,7 km², Lauro de Freitas fica distante 14 Km de Salvador, capital do Estado da Bahia. A rodovia BA-099 é a principal via de acesso ao município (SEI, 2019).

O município encontra-se dividido em 19 bairros, conforme Lei Municipal de Nº 1.596, de 19 de novembro de 2015, sendo estes: Ipitanga; Vila Praiana; Vilas do Atlântico; Aracuí; Pitangueiras; Buraquinho; Centro; Ipitanga; Itinga; Portão; Caixa D'Água; Cají; Vida Nova; Quingoma; Parque São Paulo; Capelão; Jambeiro; Areia Branca; e Barro Duro (LAURO DE FREITAS, 2015).

Entrementes, antes de descrever o perfil socioeconômico de Lauro de Freitas em períodos recentes, e do bairro de Itinga, local em que foi realizada a pesquisa, faz-se necessário, enunciar os pressupostos da sua gênese, sua evolução histórica, social e econômica, o contexto da sua emancipação política-administrativa e as implicações das mudanças ocorridas na capital e Região Metropolitana em sua estrutura territorial, econômica e social.

A antiga freguesia de Santo Amaro de Ipitanga²⁸, teve origem nos idos do século XVI, no período colonial, por ocasião da chegada de Tomé de Souza e da instalação do governo geral do Brasil, na capitania da Bahia de Todos os Santos. À época, as vastas terras foram doadas aos colonos para cultivo da cana de açúcar. Dentre os agraciados, estava Garcia D'Ávila, cooperador do governador-geral, cuja porção de terras que lhe coube representava um considerável latifúndio, com sede da propriedade, o Castelo da Torre, situada na atual Praia do Forte (FREITAS, 2019).

Devido a fertilidade do solo, principalmente nos vales dos rios Joanes e Ipitanga, a atividade canavieira foi fortemente desenvolvida até o século XIX, quando a economia baseada no cultivo da cana-de-açúcar entrou em declínio, impactando diretamente na freguesia de Santo Amaro de Ipitanga. Somando-se ao cenário de

²⁸ Em tupi-guarani significa: água vermelha.

estagnação econômica, salienta-se, que um surto de cólera acometeu grande parte da população local, dizimando boa parte dos seus moradores. Em 1855, a freguesia foi extinta e, sua sede, transferida para Itapuã (FREITAS; PARANHOS, 2008; DIAS, 2006).

Até a primeira metade do século XX, Santo Amaro de Ipitanga era um distrito de Salvador. A atividade econômica girava em torno da produção de hortifrutigranjeiros nos sítios e fazendas que domiciliava a maior parte da população, predominantemente rural. O resultado das pequenas produções servia para atender duas demandas: auxiliar no abastecimento da capital; e próprio consumo da população da Vila (CARIGÉ, 2007; DIAS, 2006).

Todavia, registrou-se que no decorrer da Segunda Grande Guerra, em virtude da participação brasileira, dois acontecimentos foram fundamentais para alterar a dinâmica do distrito. Carigé (2007), Freitas e Paranhos (2008), apontaram que a instalação da Base Aérea de Salvador (BASV) e do Campo de pouso (atual Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães), promoveram o crescimento populacional e reorganização do distrito e dos bairros do entorno, a exemplo de São Cristóvão.

Segundo os autores, um movimento de crescimento populacional naquelas localidades ocorreu por dois motivos: primeiro, os trabalhadores envolvidos na construção e instalação dos equipamentos firmaram residência na região; segundo, após a operacionalização das estruturas da BASV e aeroporto, a demanda por mão de obra orientou novos movimentos migratórios para o distrito de Santo Amaro de Ipitanga.

O relato oral da senhora L, moradora do mesmo logradouro²⁹ há 63 anos, corrobora com Carigé (2007) e Freitas (2008, 2019). De acordo com a moradora, sua família migrou para o distrito de Santo Amaro de Ipitanga após a instalação da BASV, onde seu pai e todos os irmãos serviram a Aeronáutica. À época, a ocupação se dava pelo trabalho na roça pelos mais idosos, enquanto os mais jovens quando não trabalhavam no aeroporto ou na BASV, deslocavam-se para o centro de Salvador para trabalhar.

²⁹ Antiga Fazenda Vilão, atual Rua Euvaldo Santos Leite, próxima ao aeroporto e BASV.

A partir as décadas de 1950 e 1960, a Bahia iniciou o processo de modernização econômica pautada na industrialização. A economia baiana estagnada desde o declínio dos engenhos, pouco se diversificou até o advento da indústria petrolífera e pelos incentivos e subsídios do Governo Federal para o desenvolvimento do Nordeste, por meio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (SPINOLA, 2009).

Como marca do início daquele novo ciclo, cita-se o início das operações da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), no recôncavo baiano, em 1955. A partir daquele dado momento, a capital baiana passou por um intenso crescimento urbano, o que acelerou o mercado imobiliário e da indústria da construção civil, propiciando o deslocamento de parte de sua população, em grande maioria de baixa renda, para o limítrofe norte de Salvador (ALMEIDA, 2008; CARVALHO; PEREIRA, 2008; DIAS, 2006).

Em meio ao ufanismo que as mudanças socioeconômicas promoveram, o ambiente político soteropolitano foi permeado pelo movimento emancipacionista. O lema “dividir para melhor governar”, justificou no debate do legislativo municipal de Salvador, a necessidade de emancipar os distritos distantes do centro.

Na dianteira da proposta, o vereador Paulo Moreira, emancipacionista, atendendo a “pedidos de lideranças locais”, apresentou à apreciação da Câmara Municipal do Salvador a indicação de nº 03/1961. Após aprovação na Assembleia Legislativa da Bahia e sanção do governador Juracy Montenegro Magalhães, a Lei Estadual de nº 1.753 de 31 julho de 1962, criou o município de Lauro de Freitas³⁰ (FREITAS; PARANHOS, 2008).

A emancipação política e administrativa do recém criado município, não se deu em sentido amplo, pois, a subordinação econômica, em termos de comércio e serviços à capital, mantinha as feições de distrito rural de Salvador (FREITAS; CARDOSO, 2019). Além do que, a capital, não aceitou passivamente, a definição da divisão territorial do novo município. Começava então, uma extensa batalha judicial sobre a

³⁰ Esse nome foi dado ao novo município como forma de homenagear o Sr. Lauro Farani Pedreira de Freitas, candidato ao Governo da Bahia, falecido em desastre aéreo em 1950, quando encontrava-se em plena campanha eleitoral. Freitas e Paranhos (2008) acrescentam que o vereador Paulo Moreira indicou o nome para o município como forma de obter apoio a emancipação do distrito, tendo em vista a comoção da morte de uma das figuras políticas em evidência à época em detrimento do antigo nome, dos tempos de freguesia.

delimitação do território laurofreitense³¹. Os limites do município que, em 1962, representavam 200 Km², abrangendo os distritos de Valéria e São Cristóvão; atualmente representam 57 Km².

A dinâmica socioeconômica de Lauro de Freitas e seu reordenamento territorial foram indubitavelmente influenciados por eventos que, no bojo da modernização econômica do Estado e da capital, alteraram a organização do município.

Dentre alguns dos eventos, se pode apontar as implantações do Complexo Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, em 1966 e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978. De acordo com Carigé (2007), as empresas inseridas nos complexos de Simões Filho e Camaçari, permitiram o crescimento populacional e urbano de Lauro de Freitas.

Todavia, o crescimento urbano do município não aconteceu homogeneamente. Almeida (2008), analisando o processo de expansão de Salvador e seus impactos nos municípios da RMS, salientou que a ocupação por parte dos migrantes da capital não se deu de modo equânime. Particularizando a realidade de Lauro de Freitas, o autor destacou que a expansão da capital na direção deste município estava correlacionada aos acontecimentos do espectro econômico. Entretanto, o processo de ocupação do território municipal ocorreu de forma segregada.

Se por um lado, a ocupação da orla atlântica de Lauro de Freitas aconteceu pela abertura de loteamentos planejados, a exemplo de Vilas do Atlântico, cujos novos residentes buscavam qualidade de vida ou trabalhavam no CIA e COPEC, por outro, as camadas populares migrantes do miolo de Salvador, em virtude do aumento dos valores dos aluguéis, a busca pela casa própria e a inserção no mercado de trabalho nas indústrias instaladas na região, ocuparam os loteamentos populares que não ofereciam qualquer infraestrutura urbana. Esse movimento deu origem a bairros como Itinga, cujo detalhamento será apresentado na respectiva seção (DIAS, 2006; ALMEIDA, 2008).

Sobre os eventos que contribuíram para o crescimento urbano do município e os fatores que alteraram suas funcionalidades no contexto metropolitano, acresce-se

³¹ Dias (2006), Freitas e Paranhos (2008), destacam que a partir da emancipação, Salvador impetrou mandados de segurança com o objetivo de reaver parte do território, equipamentos e bens públicos, que em primeiro momento, compuseram Lauro de Freitas. Pode-se destacar que, atualmente tramita no âmbito da Assembleia Legislativa da Bahia, na Comissão de Divisão Territorial, uma disputa entre os dois municípios.

a abertura da BA 099³² conhecida como estrada do coco, na década de 1970, que a princípio servia como um meio de escoamento dos insumos da TIBRAS para o COPEC.

Após duplicação realizada no governo do prefeito João Felipe de Souza Leão (1989-1993), desta via estruturante do município, houve um considerável aumento de instalações de empresas dos setores de comércio e serviços, a exemplo do primeiro shopping, o Litoral Norte, no ano de 1992 (DIAS, 2006; CARIGÉ, 2007; FREITAS; PARANHOS, 2008).

A abertura da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela), segundo Dias (2006), representou um marco para novos fluxos. Isto porque, a distância entre Lauro de Freitas e Salvador foi diminuída, acessando-se com maior celeridade ao novo centro que se consolidava na capital, a região do “Iguatemi”, além do crescimento imobiliário ao longo da Paralela e a centralização da administração estadual no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Já nos anos 2000, a política fiscal implementada no município proporcionou a entrada e consolidação de empresas, principalmente no setor de serviços, o que transformou Lauro de Freitas em um importante vetor de crescimento nesse setor (GANTOIS, 2002).

Aliado aos movimentos da sua reorganização socioeconômica, o crescimento populacional do município até o último censo demográfico do IBGE (2010), permitiu observar que Lauro de Freitas encontra-se em tendência de crescimento.

Tabela 7 - População residente por condição do domicílio

Situação do domicílio	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	10007	35431	69270	113543	163449
Urbana	3908	23405	44374	108385	163449
Rural	6099	12026	24896	5158	-

Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 7 demonstra que, em 1970, Lauro de Freitas tinha uma população predominantemente rural (60%), do seu total de 10.007 residentes. A partir da década de 1980, no bojo das mudanças ocorridas no contexto da RMS, houve um aumento

³² A construção da BA 099 aconteceu em duas etapas. A primeira, na década de 1970, tinha início no aeroporto seguindo por toda extensão do município, até o Camaçari/BA, município vizinho. A segunda etapa, na década de 1990, estendeu a estrada do coco à divisa com o estado de Sergipe, trecho denominado Linha Verde.

de 25.424 habitantes no município. Contudo, se pôde constar a inversão da predominância da condição do domicílio, sendo que dos 35.431 residentes, 23.405 constavam em área urbana.

A partir do Censo de 2000, a população de Lauro de Freitas ultrapassou a faixa de cem mil habitantes concentrados em área urbana. De acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), não constavam domicílios em áreas rurais em Lauro de Freitas, cuja população, em 2010, era de 163.449, a 3ª maior da RMS e 8ª da Bahia. Do total da população, 79.276 eram do sexo masculino e 84.173 feminino.

O IBGE estimou que a população do município para o ano de 2020, será de 201.635 habitantes. Sobre isso, acrescenta-se que Lauro de Freitas se posicionava no 41º lugar, entre 5.570 municípios do país, no que diz respeito a densidade demográfica, e no Estado da Bahia, o segundo colocado, atrás somente da capital, Salvador (IBGE, 2020).

Sob a ótica da produção de riquezas, o Produto Interno Bruto (PIB) Real de Lauro de Freitas, a preços correntes de 2017, correspondeu à R\$ 6,3 bilhões, situando o município na 6ª posição na UF³³, o que correspondeu a participação de 2,34% do PIB baiano. Comparado aos demais municípios do país, sua posição foi 157ª (IBGE, 2020).

Vale destacar que a composição do valor adicionado bruto (VAB) do PIB, foi distribuído nas seguintes atividades econômicas: 65,14%, setor de serviços; 21,13%, Indústria; e Administração Pública, 13,69%. Quando analisado o PIB *per capita*, que em Lauro de Freitas foi de R\$ 31.809,81, a posição cai para 16ª, ficando atrás de municípios como São Francisco do Conde, São Desidério, Conceição do Jacuípe e Formosa do Rio Preto.

Outro indicador considerado nesse trabalho foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma medida composta de três indicadores de desenvolvimento humano, a saber: longevidade; educação e renda. A variação desse índice se dá entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais alto será o IDHM. No município de Lauro de Freitas o índice foi 0,754, em 2010. Houve um importante aumento em se comparando ao ano 1991 (0.474), que na metodologia aplicada foi

³³ Até o ano de 2014, Lauro de Freitas era o 4º PIB no ranking baiano, caindo para 5ª posição em 2015.

classificado como muito baixo, e 2000 (0.616), que obteve classificação média (IBGE, 2020).

O aumento no IDHM do município se deu, sobretudo, pela performance do componente educação, que saltou de 0.455, em 2000, para 0.677, em 2010, vide a melhoria das taxas de analfabetismo, de 9% em 2000, para 4,8% em 2010. De acordo com as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para todas as séries, a educação ofertada no município tem melhorado, visto que em 2005 a nota obtida foi 3,2, aumentando para 4,9, em 2019.

Em que pese a melhora do IDHM, o índice de Gini, apresentou pouca progressão. Esse indicador, que mede a desigualdade na distribuição de renda, mostrou que Lauro de Freitas evoluiu pouco entre 2000 e 2010. No ano 2000, o índice de Gini apurado foi de 0,680, reduzindo em 2010, para 0,662 (SEI, 2019).

Em termos de trabalho e rendimento, é válido acrescentar que o IBGE não apresenta informações sobre informalidade em nível municipal. Contudo, se pôde levantar alguns dados sobre a caracterização do mercado de trabalho municipal e o rendimento dos trabalhadores formais com base no portal IBGE Cidades e do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Convém mencionar que entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, houve um crescimento da População em Idade Ativa³⁴ (PIA), ou seja, das pessoas com 10 anos ou mais de idade, de 48.147. Em 2000, a PIA correspondia a 90.585, sendo que deste total 48,44% eram homens, enquanto as mulheres 51,36%. No ano de 2010, a PIA em Lauro de Freitas correspondia a 138.732, dividida em: 47,92%, homens e 52,08%, mulheres, percentual próximo ao ano 2000.

Ao analisar a evolução da População Economicamente Ativa (PEA), que representa a parcela da população na força de trabalho, se constatou um aumento entre os anos 2000 e 2010. Em 2000, a PEA no município era no universo de 57.740 (35,03% eram homens e 28,71% mulheres), já em 2010, o total da PEA foi de 87.947 (33,89% homens e 29,50% mulheres) (IBGE, 2010).

Em 2010, as pessoas ocupadas em Lauro de Freitas totalizavam 78.137, com uma taxa de desocupação de 11% (IBGE, 2010; SEI, 2019). Para fins de

³⁴ A partir de 2012, a PNADC passou a considerar as Pessoas em Idade de Trabalhar (PIT), aqueles com 14 anos ou mais de idade, em substituição as pessoas com 10 anos ou mais, da PIA.

caracterização do último dado disponível que levou em consideração formas de ocupação além da formalizada, a Tabela 8, apresenta a evolução da distribuição das pessoas ocupadas por posição e categoria do emprego no trabalho principal.

Tabela 8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

Posição na ocupação e categoria do emprego	Ano			
	2000		2010	
	Total	%	Total	%
Total	44219	100	78137	100
Empregado	32681	73,91	59464	76,1
Empregado - com carteira de trabalho assinada	18419	41,65	40183	51,43
Empregado - militar e funcionário público estatutário	1953	4,42	3297	4,22
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	12309	27,84	15984	20,46
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	717	1,62	592	0,76
Trabalhador na produção para o próprio consumo	63	0,14	207	0,27
Empregador	2118	4,79	2724	3,49
Conta própria	8639	19,54	15151	19,39

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com a Tabela 8, acima, observa-se o aumento percentual dos empregados com carteira de trabalho assinada, assim como, a diminuição dos empregados sem carteira. Isso permite inferir que o período de crescimento econômico e geração de postos de trabalhos formais no país, na primeira década dos anos 2000, impactou positivamente nessas categorias de trabalho em Lauro de Freitas.

Entretanto, a categoria conta própria, que em 2000 representava 19,54% das ocupações, pouco diminuiu em 2010, cujo percentual ficou em 19,39%. Levando em conta que os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada compõe o cálculo para estimar a taxa de informalidade, constata-se que mesmo em 2010, a informalidade em Lauro de Freitas representava uma parcela significativa da mão de obra ocupada.

O último levantamento realizado pelo CEMPRE, em 2018, apontou que Lauro de Freitas tinha 120.843 pessoas ocupadas, os ocupados assalariados eram 110.937. Nesse quesito o município ficava atrás de Salvador (1º colocado) e Feira de Santana (2º colocado).

Todavia, sob a ótica do rendimento, o IBGE Cidades para o mesmo período destacou que, mesmo com a primeira colocação entre os municípios com maiores

proporções de pessoas ocupadas em relação à população total, Lauro de Freitas (61,2%), em 2018, encontrava-se na 126ª posição no estado da Bahia e 2678º no Brasil. Isto porque o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,9 (menor que dois salários), deixando o município atrás de outros com economias menos dinâmicas, como: Barrocas; Mucuri e Jitaúna.

Um dado que merece especial atenção, se dá ao fato de que 35,5% da população, de acordo com o Censo de 2010, tinham uma renda per capita de até ½ salário-mínimo, o que em números absolutos representava aproximadamente 58 mil pessoas (IBGE, 2010).

4.2 O BAIRRO DE ITINGA: BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

O bairro de Itinga faz divisa com o município de Salvador e, segundo o sítio oficial da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas é o mais populoso, com aproximadamente 70 mil habitantes (LAURO DE FREITAS, 2019).

O processo de ocupação do bairro ocorreu no mesmo período que as mudanças socioeconômicas da RMS. O que permitiu o movimento migratório dos residentes do miolo de Salvador para o limite norte, como já descrito nesse trabalho.

Ao contrário dos núcleos habitados desde os tempos de freguesia, como o atual bairro de Portão e o Centro (Sede), ou dos loteamentos planejados no início dos anos 1980, como Vilas do Atlântico e Buraquinho. Itinga teve origem³⁵ através de um parcelamento do solo, ora na clandestinidade, ora sem a devida fiscalização do poder público municipal (DIAS, 2006).

Entre o final da década de 1960 e início de 1980, houve um aumento da procura por terras no município de Lauro de Freitas, por retirantes dos bairros populares de Salvador e migrantes do interior do Estado da Bahia, por ocasião da necessidade de colocação no mercado de trabalho, mas especificamente, nas empresas do Centro Industrial de Aratu CIA, COPEC, Petrobrás e TIBRAS, ou pela necessidade de construir a casa própria, em virtude do aumento do valor dos aluguéis e da terra na capital (ALMEIDA, 2008).

³⁵ Freitas (2019) retrocede ainda mais nas origens do bairro. Para o historiador, a primeira família que habitou o lugar foi a de Dona Joana do Nascimento, proprietária do sítio denominado Itinga, na primeira metade do século XVIII.

Naquela época a Itinga, que ainda não era bairro, era formada pelo conjunto de 7 (sete) fazendas e pequenas propriedades rurais. Sua área situada próximo a entrada do aeroporto, o único ponto de transporte público na época, início da BA 099 e final da Avenida Paralela, formou os principais elementos de interesse da especulação imobiliária. Outro fator importante foi a proximidade com um núcleo urbano consolidado, o bairro popular de São Cristóvão, em Salvador (FREITAS, 2019; DIAS, 2006).

A evidência do rápido crescimento dos loteamentos (legais e ilegais) em Itinga, foi constatada pelo Centro de Pesquisas e Estudos (CPE) (1980 apud DIAS, 2006), que identificou que dos loteamentos abertos em Salvador e adjacências, 43% eram em Lauro de Freitas, sendo que 70% estavam no distrito de Itinga.

Devido aos preços populares, os loteamentos atraíram moradores de baixo poder aquisitivo em grande parte. Havia além das vantagens de preço, facilitação de pagamento e localização, a promessa dos loteadores em urbanizar e prover junto as concessionárias ligações de energia e abastecimento de água potável, o que não foi cumprido. As dificuldades oriundas da falta de infraestrutura urbana, podia ser atenuada com o clima de interior e da vida no meio do “mato” (FREITAS, 2019).

De acordo com um relato informal de um antigo morador, Sr. M.P, que chegou ao loteamento Pouso Alegre no final dos anos 1970, a região não tinha transporte público, não havia fornecimento de água e as ruas não eram asfaltadas.

Dias (2006), em pesquisa realizada no bairro, comprovou o relato acima, ao apontar que somente após alguns anos o “progresso” chegou à localidade. Isto porque, o poder público municipal interveio com benfeitorias: asfaltamento de algumas ruas; construção de escolas; postos de saúde e transporte público.

O Quadro 5 permite identificar a origem dos loteamentos e o ano em que foram abertos no bairro de Itinga. Porém havia cerca de 20 (vinte) loteamentos sem origem determinada, implantados entre os anos de 1967 e 1980.

Quadro 5 - Origem, nome e ano de implantação dos loteamentos de Itinga

Origem	Loteamento	Ano de implantação/TAC
Fazenda Boa Nova	Jardim Jaraguá	1974
Fazenda Itinga	Vila do Almeida Jardim Independência	1975
Fazenda Itinga de Baixo	Nova Itinga	1973
Fazenda Jaqueira	Jardim Tarumã Jardim Taruminas Jardim Talismã Jardim Taubaté Jardim Tropical Jardim Cidade Nova Jardim Talaia Jardim Pouso Alegre Jardim Centenário Jardim MetrÓpole Jardim São Cristovão Novo Horizonte Xangô Oxalá	1971 1972 1972 1972 1974 1975 1975 1975 1976 1975 1976 1976 1979 -
Fazenda Vilão	São Judas Tadeu São Salvador Parque Santa Júlia Vila de Sena Pouso Alegre	1974 1975 1975 1975 1975
Fazenda Gaia	Parque São Paulo* Chácara Taiti	1975 1975
Fazenda Telha	Jardim União	1976

Fonte: Dias (2006). Adaptado pelo autor (2020).

Nota: O loteamento Parque São Paulo, após redefinição dos logradouros, em 2015, se tornou bairro.

A partir dos anos 2000, o bairro já apresentava feições completamente distintas do início de sua ocupação. Com boa parte de suas ruas pavimentadas, o bairro passou a contar com equipamentos públicos, o que diminuiu sua dependência do centro de Lauro de Freitas e de Salvador (DIAS, 2006).

Através das caminhadas de reconhecimento de campo, realizadas entre junho de 2019 e novembro de 2020, se pôde constatar os principais equipamentos públicos

em Itinga: escolas e creches públicas municipais, dois colégios estaduais, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Hospital Jorge Novis, uma agência dos Correios, agência bancária da Caixa Econômica Federal (CEF), a 27ª Delegacia de Polícia Civil, a Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar e uma Administração Regional (AR-ITINGA) etc.

Não existem dados disponibilizados pela prefeitura que permitam identificar o perfil socioeconômico do bairro em sua totalidade. Contudo, é sabido que num bairro periférico as áreas centrais oferecem a melhor infraestrutura urbana.

Sobre a estrutura de comércio e serviços, identificou-se a existência de mercados de médio e pequeno porte, lojas de materiais de construção, clínicas, consultórios odontológicos, lojas de roupas, calçados e utilidades domésticas, farmácias, oficinas mecânicas e reparadoras de veículos, autos-escolas, salões de beleza, barbearias, bares e pequenos restaurantes, escolas e creches particulares, assistências técnicas de eletrônicos, dentre outros congêneres.

Constatou-se uma elevada quantidade de trabalhadores informais de rua, ao longo das principais vias do bairro, nas imediações dos espaços e equipamentos públicos, pontos de transporte coletivo e nas áreas predominantemente comerciais. Em sua maioria, trabalhavam sozinhos ou acompanhados por um ajudante. Os principais produtos comercializados eram: hortifrutis, lanches, eletrônicos e utilidades domésticas.

A região central de Itinga é o Largo do Caranguejo, formado pela intercessão das principais vias do bairro: Avenida Fortaleza³⁶ e a Rua São Cristóvão³⁷, que também representam as principais entradas e saídas do bairro. Nesta região, identificada por Carigé (2007) como um “sub-centro” da cidade, podem ser encontrados vários tipos de comércio e serviços. Além de ser passagem obrigatória dos meios de transporte público, regulamentados ou não. É justamente nessa região do bairro que se localiza o objeto deste estudo, a Praça do Caranguejo.

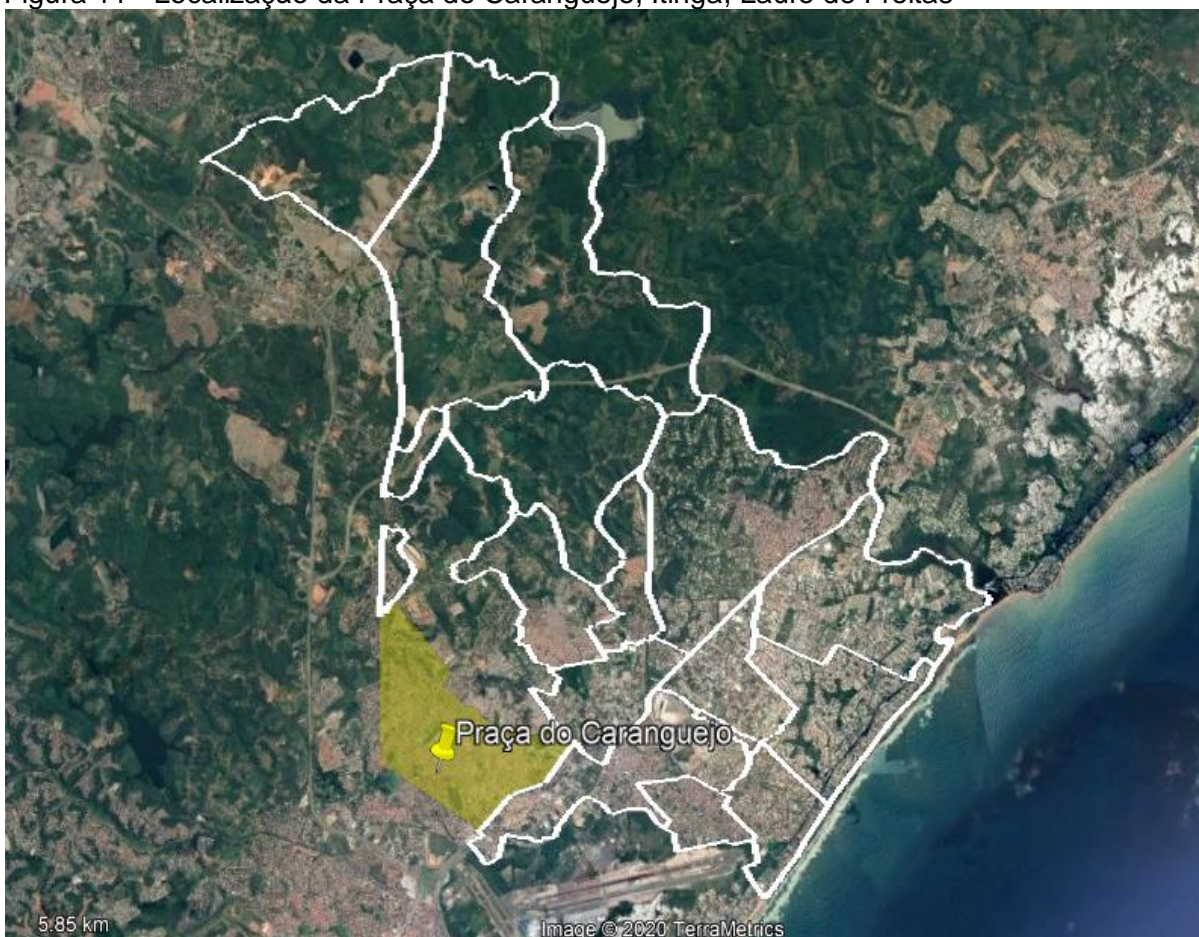
³⁶ A entrada da Av. Fortaleza, situa-se entre o Supermercado Assaí Atacado e o Shopping Feira. A localidade é denominada pelos moradores mais antigos como Terraplac, nome de uma empresa de terraplanagem que pertenceu ao ex-prefeito João Leão.

³⁷ O início da rua São Cristóvão está localizado próximo à estação aeroporto do metrô. Foi a primeira entrada do bairro, em virtude da proximidade do ponto de transporte coletivo com destino ao centro de Salvador, que ficava no “bambuzal” do aeroporto e do bairro de São Cristóvão. A região é conhecida como o Alto da Itinga, e dar acesso ao Largo do Caranguejo.

4.3 A PRAÇA DO CARANGUEJO

O município de Lauro de Freitas, em praticamente todos os bairros têm uma praça, que apresenta os modos da vida comunitária local. Dentre as principais, classificam-se a Praça João Tiago dos Santos, mais conhecida como a Praça da Matriz, construída a partir do largo da Igreja Matriz no centro do município, e a Praça do Caranguejo, no bairro de Itinga.

Figura 11 - Localização da Praça do Caranguejo, Itinga, Lauro de Freitas



Fonte: Google Earth (2020).

Nota: Adaptação do autor desta dissertação (2020).

4.3.1 Da origem aos múltiplos usos

O Largo do Caranguejo, local em que se situa a praça, se originou em meados da década de 1970, com a chegada dos novos habitantes em Itinga. Por isso, pode-se afirmar que é um construto social, um processo de produção do espaço e da vida humana. A história do local, desde a sua gênese aos dias atuais, confunde-se com a

vida do senhor Antônio Pereira dos Santos, ou apenas, seu Caranguejo (SOUSA, 2019).

Nascido em 13 de maio de 1930, no município baiano de Santo Antônio de Jesus, seu Caranguejo, ainda jovem, deixou sua cidade natal, com destino a Salvador. Após um período trabalhando no bairro da Calçada, ingressou no serviço militar, onde ficou até 1953. Passado aquele período, no mesmo bairro que residia, o Nordeste de Amaralina, começou a vender o crustáceo que, anos mais tarde o identificaria: o caranguejo (SOUSA, 2019).

Em 1971, mudou-se para a Itinga com sua família. A incipiência do comércio local, o motivou a estabelecer uma barraca onde comercializava, além do caranguejo: arroz; farinha; carne seca; entre outras mercadorias (LAURO DE FREITAS, 2019).

A literatura existente ressalta que na mesma época da chegada de Seu Caranguejo, outros moradores “pioneiros” também “desembarcaram”. Alguns tornaram-se comerciantes locais, a exemplo de João Oliveira e Lourinho do fato, outros contribuíram na cultura popular do bairro, como: Mestre Sérgio; Grande Conceição e o Babalorixá Pai Cezar (LAURO DE FREITAS, 2019; FREITAS, 2019).

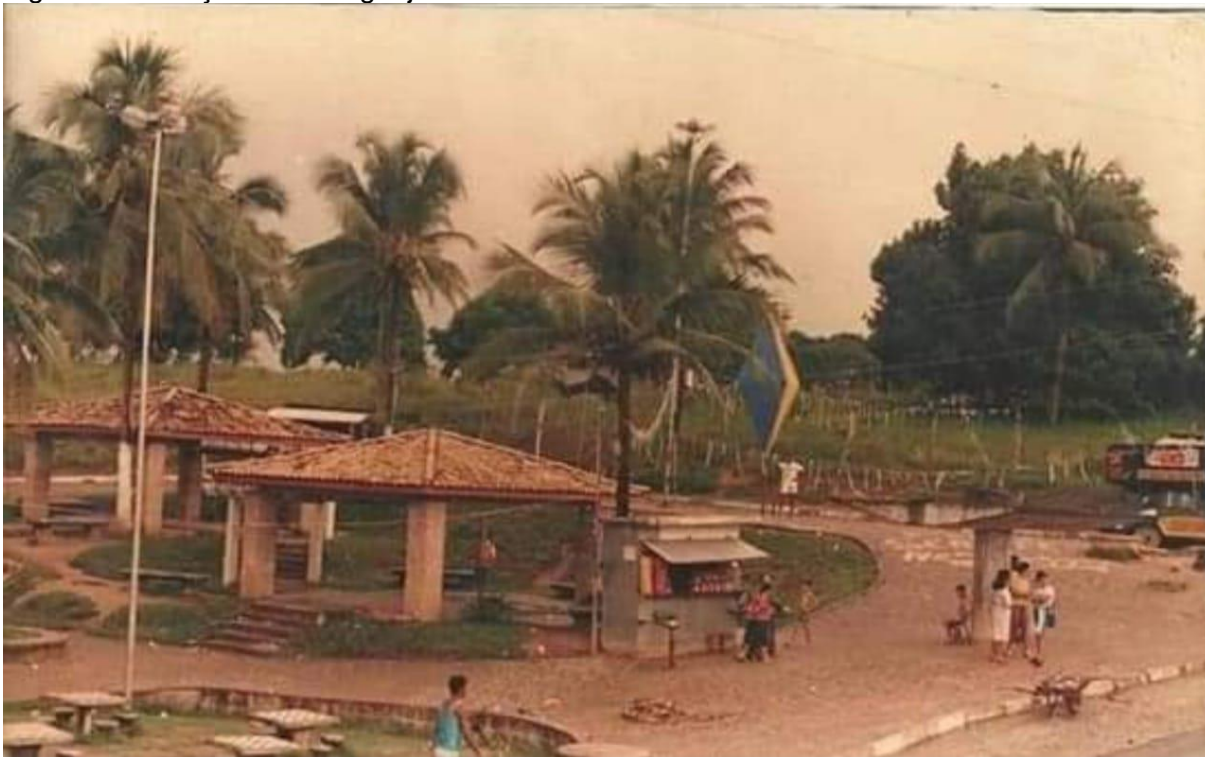
Logo, a barraca de seu Caranguejo foi se tornando um ponto de referência. Os moradores quando queriam demarcar um local de encontro diziam “no caranguejo” referindo-se ao espaço (SOUSA, 2019).

Durante o governo do prefeito Gerino de Souza Filho (1979-1985), o município passou por mudanças importantes, dentre as quais: a urbanização das principais praças públicas.

De acordo com Sousa (2019), naquele período, para tais intervenções houve a necessidade de desapropriação de algumas terras. A autora salienta que para a construção da Praça do Caranguejo, parte da propriedade do “Sr. Fidelis”, a fazenda gaia³⁸, foi utilizada. A Figura 12, abaixo mostra a Praça do Caranguejo após sua construção no início dos anos 1980.

³⁸ Há nesse ponto uma divergência, entre a localização da fazenda gaia apontada por Sousa (2019) e Dias (2006). Para Dias (2006), a localidade em que foi construída a Praça do Caranguejo, o loteamento Jardim Metrôpole, foi um desmembramento da antiga Fazenda Jaqueira. Essa divergência pode ser analisada sob a perspectiva de que a propriedade “gaia” poderia significar um homônimo.

Figura 12 - Praça do Caranguejo no início da década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de Júlio Bispo (1980).

De acordo com a imagem acima e dos relatos coletados no curso desta pesquisa, as feições do bairro remetiam a uma cidade interiorana. No entorno da praça havia considerável área verde, remanescente de propriedades rurais que paulatinamente foram loteadas.

No espaço, se pode identificar que parte da cobertura do solo era em parte cimentada, intercalada por uma cobertura vegetal, havia posteamento de iluminação pública, área destinada para jogos (mesas xadrez), dois quiosques com bancos e um ponto de transporte coletivo. Foram detectados três pontos de comércio informal: a barraca de flandres ao centro; a barraca de seu Caranguejo (no alto da imagem, entre os telhados dos quiosques); e a barraca da senhora Tânia Maria³⁹ (atrás do veículo estacionado) no lado direito da imagem.

Freitas e Paranhos (2008) afirmam que entre os principais festejos municipais, destaca-se a “Lavagem do Caranguejo”. Este evento, que acontece anualmente⁴⁰ entre os meses de novembro e dezembro, surgiu na época da construção da praça.

³⁹ Só foi possível a identificação através da informação de Ricardo Santos Silva, neto de seu Caranguejo e filho da Senhora Tânia Maria.

⁴⁰ A 36ª A Lavagem do Caranguejo foi realizada entre 30/11 e 01/12 do ano 2019. Devido a pandemia do Novo Coronavírus, no ano de 2020, o evento não ocorreu.

Em 1983, moradores⁴¹ entusiastas da cultura e do carnaval, resolveram criar dois blocos: o Olodum Odé e Nagazumi, para desfilarem no carnaval de Salvador. Devido à falta de incentivo financeiro esse objetivo não foi levado a termo. Contudo, o que poderia significar uma grande frustração, se transformou na Festa do Caranguejo, o que nas palavras de Freitas (2019, p.56) representa a “celebração de uma comunidade sofrida, mas batalhadora”.

Figura 13 - Festa do Largo do Caranguejo, primeiros anos



Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Santos Silva (1983).

Durante os festejos aconteciam apresentações de bandas locais e o tradicional cortejo das baianas, tal como na lavagem da Igreja do Bomfim, em Salvador. Um dos pontos altos da festa era no momento que os caranguejos eram soltos para que a população presente capturasse, gratuitamente. Essa última prática foi banida da festa por determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e substituída alguns anos depois pelo Bumba-Caranguejo, obra do artista Nivaldo Portela (FREITAS, 2019).

Na segunda metade da década de 1980, a Praça do Caranguejo já expressava as transformações do bairro através da modificação do seu espaço e entorno. O

⁴¹ Dentre os quais se pode citar Tânia Maria dos Santos Silva, filha de seu Caranguejo e o Babalorixá Augusto César Farias.

rápido crescimento populacional e a consolidação do largo como área central, proporcionou a edificação de residências e alguns pontos comerciais.

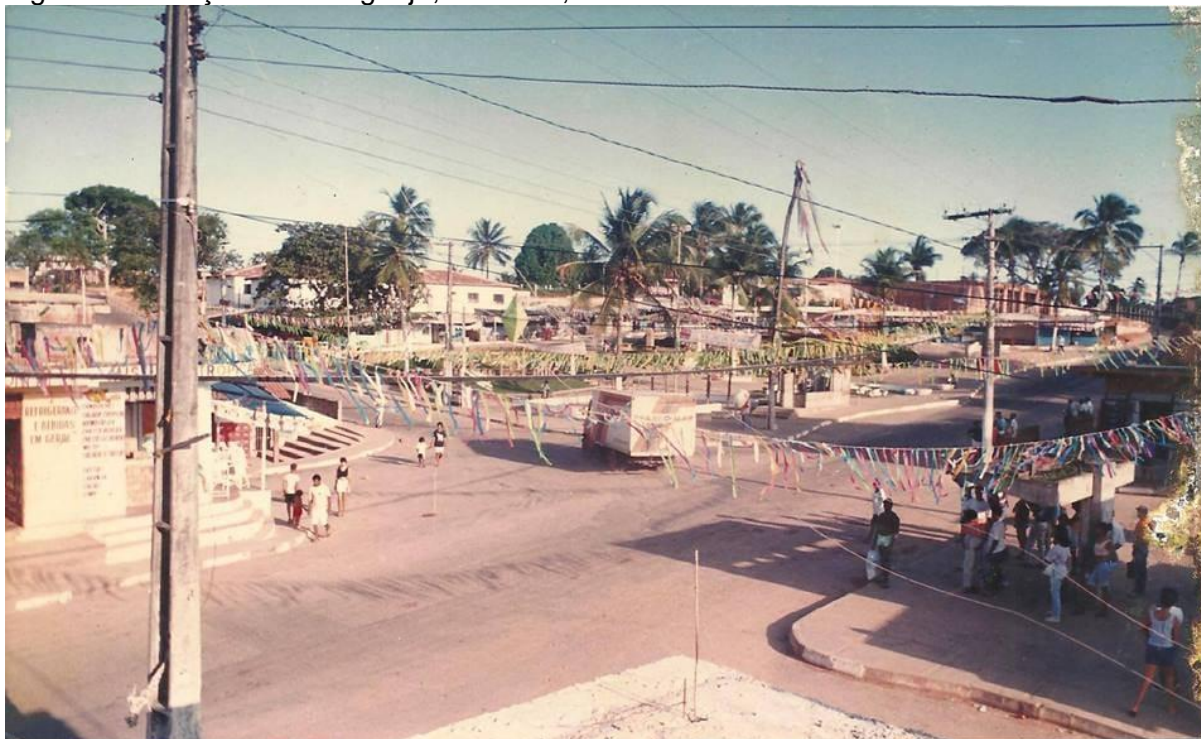
Sobre os aspectos acima, considera-se mais uma vez a influência de seu Antônio Caranguejo, ao incentivar a mudança para o bairro de muitos amigos e conhecidos do Alto da Santa Cruz, do Nordeste de Amaralina, o que contribuiu para o processo de crescimento do bairro. Outro aspecto relevante foi a construção e aquisição de imóveis que foram transformados em pontos comerciais por ele.

Na Figura 14, se constata as transformações ocorridas no espaço da praça e no seu entorno imediato. A praça passou por uma requalificação diferenciando-se da primeira versão construída, aumentando sua dimensão, com a cobertura do solo predominantemente cimentada. É possível notar coqueiros no espaço e arvoredos no entorno, dois pontos de transporte coletivo e pavimentação das ruas.

O espaço em que ficava a barraca de seu Caranguejo, na parte de trás da praça, foi ocupada por outros comércios de comidas e bebidas. Inicialmente o processo de ocupação se deu à revelia do poder público. A princípio foram alguns moradores que nos finais de semana, além da sua ocupação principal, passaram a comercializar bebidas em estruturas improvisadas, em isopores, caixas e barracas.

De acordo com o morador e comerciante João Oliveira, “a movimentação acontecia no bairro aos finais de semana, quando boa parte das pessoas que adquiriram os seus lotes, construíam suas casas em forma de mutirão”. Ainda de acordo com o morador, a área do bairro onde se constituíram os principais comércios foi o Largo do Caranguejo (INFORMAÇÃO VERBAL, 2020).

Figura 14 - Praça do Caranguejo, em 1986, entre a Avenida Fortaleza e a Rua São Cristóvão



Fonte: Acervo particular de Júlio Bispo (1986).

Um dos mais antigos comerciantes do local, Sr. S.O, relatou que esses espaços representavam um ponto de encontro entre amigos para beberem cerveja ou apreciarem um tira-gosto, enquanto na praça as crianças brincavam e as pessoas passeavam.

Segundo o comerciante, cada um construiu sua barraca ou box. Na época a prefeitura concedeu a utilização do espaço, estabelecendo o critério de sob nenhuma hipótese venderem o ponto e seguirem um padrão na construção. Em suas palavras “cada um seguia a construção da barraca vizinha, mudava uma coisa ou outra” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

O Praça do Caranguejo passou por uma reforma que a reconfigurou, no mandato do prefeito Marcelo Abreu, em 2004. Foram introduzidos novos elementos como as três escadarias que dava acesso do passeio ao espaço de convivência, bancos contíguos, paisagismo nos canteiros laterais, fonte luminosa, demarcação da área dos boxes (lanchonetes, bares e restaurantes), cujo acesso se dava pela escadaria central, colagem decorativa na fachada (elemento da praça contemporânea) e plantio de algumas árvores. A partir daquele ano, passou a integrar junto aos festejos da lavagem do Largo do Caranguejo, dos atos políticos e as apresentações culturais, a encenação Paixão de Cristo.

Figura 15 - Reconfiguração da Praça do Caranguejo, anos 2000



Fonte: Acervo particular de Júlio Bispo (2000).

Entre as décadas de 1990 e 2000, o município passou por um crescimento demográfico intenso, o que se traduziu nas mudanças nas adjacências da praça. As edificações na Figura 15, acima, dão conta de expressar a nova feição do bairro. No lado direito superior da imagem, registra-se uma grande loja de material de construção (Construmax), ao centro, a Matriz de Santa Catarina de Sena, e a esquerda, o Hospital Jorge Novis. Próximo a escadaria central, identifica-se um ponto de atividade de informalidade de rua.

Em 2005, no governo da prefeita Moema Isabel Passos Gramacho, o Largo do Caranguejo e a sua praça foram oficialmente denominados, de acordo com a Lei municipal de Nº 1.116, de 26 de agosto de 2005.

A última reforma ocorreu em 2011. O projeto da requalificação foi elaborado pelo escritório do arquiteto baiano Fernando Frank e os recursos financeiros foram garantidos pela Lei de Contrapartidas Sociais.

Figura 16 - Praça do Caranguejo após reforma, em 2011



Fonte: Acervo particular de Ricardo Vieira (2011).

Com a reforma, foram incluídos o monumento em memória de seu Caranguejo, falecido naquele ano, equipamentos de ginástica com instruções sobre os exercícios impressas nos aparelhos, parque infantil, paisagismo, bancos e acessos em granito, instalação de lixeiras e pintura texturizada. O cruzeiro, postes e iluminação foram reestruturados e a fonte recebeu novas pastilhas e luzes coloridas.

Figura 17 - Entrega da praça requalificada com os novos equipamentos, em 2011



Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Vieira (2011).

Registra-se que, atualmente, os equipamentos instalados à época da reforma, conforme Figura 17, acima, não se encontram na praça.

Em 2019, a Prefeitura de Lauro de Freitas, através da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) apresentou o projeto de requalificação da praça aos comerciantes e alguns frequentadores. O prazo anunciado na época, para conclusão da obra foi de seis meses. De acordo com o site oficial, o projeto previa a requalificação do espaço dos boxes com levantamento e substituição do telhado, aumentando o conforto dos frequentadores, a substituição do piso da praça, restauração e relocação do monumento de Antônio Caranguejo, liberando espaço no centro da praça e, um recuo do passeio da escadaria central, com vistas a melhorar fluidez do tráfego (LAURO DE FREITAS, 2019).

Entretanto, destacou-se que para empreender a requalificação, o poder público municipal deveria prover a relocação dos comerciantes informais que atuavam (e atuam) no entorno e no espaço da praça.

A ocupação dos espaços públicos do município pela atividade informal de rua, nos últimos anos, além de ser constatada com facilidade nos passeios públicos, vias, praças e pontos de transporte coletivo, foi objeto de indicação parlamentar.

Em 2018, os vereadores Coca Branco e Fausto Franco, através da Indicação de Nº 202/2018, solicitaram ao poder executivo municipal a realização de estudos para implantação de “camelódromos” com o fito de organizar o comércio informal de rua dos bairros do Centro e Itinga.

A bem da verdade, de acordo com informações disponibilizadas pela SEINFRA, o cadastramento dos trabalhadores informais que atuam no espaço da praça e no entorno, havia iniciado em 2017 e finalizado em 2020, com o objetivo de dimensionar a capacidade do espaço que os receberia.

Por isso, com o objetivo de ordenar o comércio informal do Largo do Caranguejo e dar continuidade a obra de requalificação, para relocação dos trabalhadores informais a prefeitura realizou a obra do camelódromo de Itinga.

Figura 18 - Camelódromo de Itinga, localizado na rua São Cristóvão, em frente à Praça do Caranguejo, 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

O espaço destinado aos trabalhadores informais cadastrados pelo Departamento Social da SEINFRA, conta com 25 boxes, área de convivência, ponto para carga e descarga, banheiros adaptados para pessoa com deficiência (PcD), setor administrativo, instalação independente de energia elétrica e água.

Através dos registros fotográficos realizados no local, entre novembro de 2019 e dezembro de 2020, se pode concluir que em se comparando com os períodos anteriores, a praça passou por um processo de degradação e aumento da ocupação do comércio informal, tanto no espaço, como nas adjacências, conforme Figura 19, abaixo.

Figura 19 - Visão frontal da praça, entre a Avenida fortaleza e a rua São Cristóvão



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

Entretanto, antes de enveredar para caracterização da área e do mapeamento dos pontos de comércio informal existentes no espaço, se fez necessária a análise da inserção urbana da Praça do Caranguejo no bairro de Itinga.

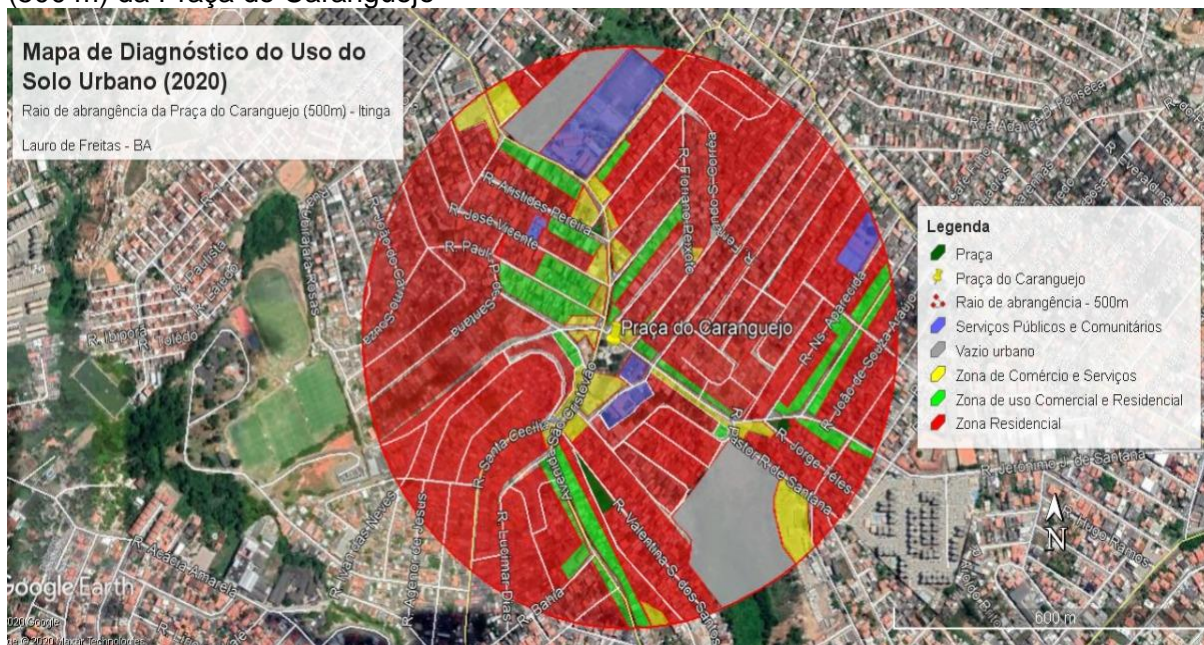
4.3.2 Análise da inserção urbana da Praça do Caranguejo

Considerando o raio de abrangência de 500m, foi realizado um levantamento *in loco* para identificar dentro deste recorte espacial, os usos predominantes do solo urbano e as principais atividades no bairro.

Convém mencionar, preliminarmente, que na área delimitada, segundo os dados censitários por setores do IBGE (2010), residiam 15.451 pessoas, sendo que do total, 8000 (51,8%) eram do sexo feminino e 7451 (48,2%), masculino. Atentando-se para população de Lauro de Freitas (163.449), se pode afirmar que no entorno da Praça do Caranguejo residiam 9,5% da população municipal. Em relação a quantidade de domicílios, foram identificados 5.415 nos setores da área analisada.

O mapa de diagnóstico do uso do solo urbano, construído em junho de 2020, permitiu identificar 45 ruas, além das vias principais já citadas. Como pode ser observado na Figura 20, abaixo, na zona vermelha, o uso residencial é predominante, representando a maior parcela da comunidade lindeira à praça.

Figura 20 - Mapa de diagnóstico do uso predominante do solo urbano, no raio de abrangência (500 m) da Praça do Caranguejo



Fonte: Google Earth (2020).

Nota: Adaptação do autor desta dissertação (2020).

Foram identificados quatro equipamentos de serviços públicos e comunitários (cor lilás): o hospital municipal Jorge Novis (Av. Fortaleza), o mais próximo à praça; a paróquia da Matriz Santa Catarina de Sena (Rua Leonice Jesus Silva), próximo ao hospital; a escola municipal Solange Coelho (rua Nossa Senhora Aparecida); o Instituto de Educação Profissionalizante Eurides Santana (rua São Cristóvão); a Creche-escola Jeová Jireh (rua José Vicente); O estádio de futebol de Itinga (rua Leonor A. Dantas).

Além da Praça do Caranguejo, a principal do bairro, foram localizadas mais três praças na área, identificadas na Figura 20, acima, na cor verde-escuro: a Praça José Ramos⁴² (na junção da rua Jorge Teles e com a Antônio Conceição); a Praça do Loteamento Santa Bárbara (rua Valentina dos Santos); e a Praça da Mulher (na junção da rua São Cristóvão com a Aristides Pereira).

Constatou-se duas áreas sem edificações (cinza). Uma área verde na rua Pastor R. de Santana, na parte inferior da imagem, no loteamento Horto Florestal. A segunda, localizada no alto da imagem na rua São Cristóvão, próximo ao Instituto

⁴² De acordo com o relato oral de alguns moradores é a segunda praça mais conhecida do bairro de Itinga. A denominação informal é atribuída ao ex-vereador e morador do local, Sr. José Ramos.

Profissionalizante Eurides Santana e ao Estádio de Itinga é uma antiga propriedade⁴³ quando a Itinga era formada por fazendas e sítios.

As zonas identificadas como predominantemente comerciais (amarelo) e de uso misto (verde) situam-se na Avenida Fortaleza e rua São Cristóvão.

Ao longo da Avenida Fortaleza, sentido Praça do Caranguejo, foram identificados imóveis que, em grande parte, utilizavam o terreno para fins comerciais. Entre as principais atividades, enumera-se: lojas de materiais de construção; mercados; padarias; pet shop; lojas de móveis e eletrodomésticos, lojas de roupas e calçados; escolas e creches privadas; clínicas odontológicas; pizzarias; bares e pequenos restaurantes; assistência técnica de eletrodomésticos e celulares.

Na rua São Cristóvão, verificou-se que o uso dos imóveis se intercalava entre residencial e comercial. Detectou-se entre os usos predominantes a utilização dos imóveis como: distribuidora de bebidas e gás de cozinha; oficina mecânica; loja de autopeças; borracharias; loja de bicicletas e templos religiosos.

O ponto de convergências das vias analisadas é justamente o Largo do Caranguejo. Nesse ponto, constatou-se o uso predominantemente comercial (bares, restaurantes, lojas de roupas e calçados, mercados, padarias, loja de eletrônicos etc.). Notou-se uma tendência de crescimento do uso comercial nas ruas secundárias e residenciais, nas imediações do Largo do Caranguejo.

A referida região, além de concentrar grande parte do comércio e dos serviços do bairro, é o principal ponto de transporte coletivo. Verificou-se que além dos transportes regulamentados pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) (ônibus), e os complementares regulamentados pela prefeitura (vans e micro-ônibus de cooperativas de transporte), há um ponto de Mototaxistas e um fluxo contínuo de “ligeirinhos”⁴⁴.

Devido a indisponibilidade de um mapa com as linhas de transporte público regulamentado que partissem da localidade, observou-se durante a pesquisa de campo e consultou-se alguns moradores, sobre os principais destinos a partir do Largo do Caranguejo.

⁴³ Sede do sítio dos irmãos Antônio Pedro, Gabino e Da Hora (FREITAS, 2019).

⁴⁴ Carros de passeio que fazem traslado clandestinamente.

Segundo relatado, o transporte público regulamentado permite acessar as principais regiões do bairro e os demais bairros do município, principalmente através das vans e micro-ônibus. Após a inauguração da estação Aeroporto do Metrô, optou-se pela utilização desse modal para destinos em Salvador. Todavia, há linhas de ônibus disponíveis para os bairros da Orla Atlântica da capital e do subúrbio ferroviário a partir da praça.

4.3.3 Mapeamento dos pontos e caracterização do comércio informal do espaço

As atividades comerciais na região do Largo do Caranguejo são intensas. Na praça, além dos bares, lanchonetes, restaurantes e barbearia que funcionam nos boxes⁴⁵ localizados na parte superior, há uma considerável participação do comércio informal na área externa e interna.

Considerou-se o como ponto de comércio informal neste trabalho as atividades que ocorrem na praça, pelo próprio trabalhador ou com ajuda de familiares/auxiliares, com estrutura fixa ou móvel (DURÃES, 2013; ITIKAWA, 2006). Foram realizadas duas visitas de campo para o mapeamento das estruturas existentes, a primeira no mês de junho e a segunda em outubro de 2020.

⁴⁵ Os boxes foram construídos individualmente por cada permissionário na década de 1980. Na reforma de 2004, tiveram suas áreas delimitadas em relação ao espaço central e de convivência da praça.

Figura 21 - Localização dos pontos de comércio informal na Praça do Caranguejo



Fonte: Google Earth (2020).

Nota: Adaptação do autor desta dissertação (2020).

As visitas de campo permitiram localizar 26 estruturas instaladas no espaço. A maior parte delas estavam distribuídas no entorno da praça, nos passeios, e nos principais acessos (escadaria central e lateral).

Convém mencionar, que não havia Lei e/ou Decreto Municipal⁴⁶ que autorizasse a utilização do solo para a atividade de comércio informal em seus diversos tipos. Excetuando-se as atividades de baianas de acarajé⁴⁷ e *food truck*⁴⁸, o que não se aplica a realidade das atividades realizadas na praça.

Em relação ao funcionamento, não há regularidade de horários. Alguns trabalhadores atuam diariamente em dois turnos, enquanto outros somente nos finais de semana, ou esporadicamente. Por isso no decorrer do levantamento, constatou-se algumas barracas vazias e outras fechadas (Figura 22). Outro fator considerado foi a diversidade dos tipos de mercadorias comercializadas.

⁴⁶ De acordo com a SEDUR, o decreto de nº2.508 de 13 de setembro de 2006 encontra-se em revisão para contemplar os diversos tipos de comércios e serviços informais no espaço público.

⁴⁷ Decreto Municipal de nº2.514 de 18 de setembro de 2006, que regulamenta a localização e funcionamento do comércio informal de baianas de acarajé.

⁴⁸ Lei municipal de nº 1.806 de 03 de setembro de 2019, regulamenta o exercício das atividades de "*food truck*", "*food bike*", "*food cart*" e "*food trailer*".

Figura 22 - Barracas instaladas no passeio lateral da praça, a partir Av. Fortaleza, 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

Figura 23 - Ocupação do passeio lateral (Av. Fortaleza) pelos trabalhadores informais, entre as escadarias lateral esquerda e a central de acesso à praça



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

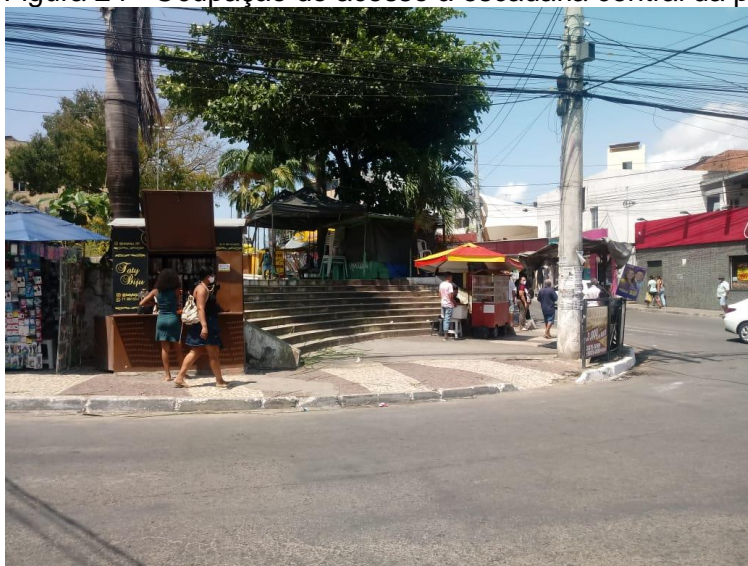
Somente no passeio lateral esquerdo (Figura 23), em direção a escadaria central, foram localizados 10 pontos de comércio informal, cujas características físicas das estruturas eram improvisadas e minimamente organizadas.

Nesse ponto foram identificadas quatro barracas sustentadas por hastes de metais e cobertura de lona, sem funcionamento, e uma barraca construída com folhas de flandres, que durante a verificação foi encontrada fechada. Em funcionamento

estavam: um ponto que comercializava água de coco em isopor e sombreiro; uma barraca de lona com produtos eletrônicos; uma barraca de ferro e lona que vendia acessórios para celular; uma barraca coberta por sombreiro de acessórios para celular e materiais eletrônicos; e uma barraca de ferro que comercializava bijuterias.

Na escadaria central de acesso à praça, constatou-se um carinho de lanches e um tabuleiro que comercializava produtos do interior, tais como: farinha; pimenta; azeite de dendê e aipim.

Figura 24 - Ocupação do acesso à escadaria central da praça



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

No passeio situado à direita da praça, a partir da rua São Cristóvão, se pôde identificar 11 pontos de atividade informal. As duas primeiras, construídas em fibra, destinavam-se à venda de bebidas. Se pode observar na Figura 25, a construção irregular de espaço ao lado da barraca “Bar dos Amigos”, entre o passeio e o banco da praça. Ao lado se vê um ponto de comercialização de autopeças, pneus e ferro-velho, em pequena barraca de ferro.

Figura 25 - Visão do lado direito da praça a partir da rua São Cristóvão, 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

Figura 26 - Visão do lado direito da praça a partir da rua São Cristóvão, 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

Na Figura 26, acima, constatou-se mais quatro atividades: um bar instalado em barraca de ferro; uma barraca confeccionada em ferro, madeira e lona, comercializando roupas; uma barraca de CD e DVD; e uma barraca na parada de ônibus, que comercializa, bebidas, cigarros, jornais e jogos.

A maior parte dos pontos de comércio informal encontravam-se no entorno da praça. Porém, registrou-se algumas barracas, no espaço central, de acordo com a Figura 27, abaixo.

Figura 27 - Barracas no espaço central da praça, 2020



Fonte: Acervo pessoal do autor desta dissertação (2020).

Das quatro estruturas, as duas últimas funcionam aos finais de semana, comercializando bebidas alcólicas, logo após a escadaria central, no espaço interno da praça, conforme foi constado em duas visitas ao local nos dias 18 e 19 de dezembro de 2020, das 19 às 20h.

Observou-se que durante a comercialização noturna de bebidas que ocorre no espaço central da praça, são colocados jogos de mesas e cadeiras plásticas entre a fonte luminosa (que se encontra entulhada) e os bancos, entre as escadarias centrais e lateral (rua São Cristóvão).

Outro aspecto relevante durante as observações em campo foi a constatação que independentemente do funcionamento do negócio, as estruturas fixas ou móveis permaneciam no espaço como forma de demarcação de local, o que foi constatado na literatura como processo de privatização do espaço público urbano (SERPA, 2007).

A julgar pelo aparato da estrutura física dos pontos, podem ser classificadas os trabalhadores que atuam no espaço como: fixos, em conformidade com a categorização proposta por Itikawa (2006). Contudo, a diferença entra a realidade investigada pela autora, em São Paulo, e a constatada na Praça do Caranguejo, se dá ao fato de que os trabalhadores da praça neste estudo não possuem autorização do poder público municipal.

Sobre a natureza das mercadorias comercializadas, se pode afirmar que guardam íntima relação com o circuito inferior da economia urbana. Sob a ótica da reutilização de bens duráveis sucateados para usos em serviços de reparos, venda de vestuário usado (bazar) e comercialização de produtos eletrônicos genéricos de fabricantes de marcas nacionais e internacionais, como um simulacro dos rebatimentos do efeito demonstração (SANTOS, 2008).

Ainda sobre a mercadoria, a comercialização de bebidas e alimentos industrializados nos pontos identificados no espaço da praça, que intui-se ser adquiridos pelos meios de distribuição: atacado ou varejo, para posterior revenda, colocam esses trabalhadores na condição de “gratuitos” para o capital, no que concerne a circulação das mercadorias produzidas e distribuídas por firmas constituídas sob lastro legal e articuladas ao sistema capitalista (DURÃES, 2006; 2013; SANTOS, 2008; TAVARES, 2002).

Com o fito de identificar quais trabalhadores informais de rua que atuavam na praça e nas adjacências deveriam ser transferidos para o camelódromo, a SEINFRA realizou um recadastramento com o objetivo de ratificar ou corrigir as informações levantadas em cadastro anterior, em 2017.

Assim ficou definido que das 20 estruturas identificadas pelo órgão, e das 26 localizadas nas visitas de campo para realização desta pesquisa, somente 15 trabalhadores informais⁴⁹ teriam o direito a um box no camelódromo, os demais receberiam bancas móveis padronizadas.

As vagas remanescentes seriam utilizadas para contemplar trabalhadores informais atuantes em outros espaços públicos do bairro de Itinga, conforme critérios que serão estabelecidos pela secretaria.

Não é objeto deste trabalho pormenorizar a natureza do trabalho realizado no espaço, nem empreender uma etnografia, o que seria interessante e inédito em estudos sobre a temática em Lauro de Freitas.

Todavia, lançou-se mão das informações disponibilizadas pela Secretaria de Serviços Públicos (SESP) (responsável pela manutenção e conservação da praça e pela administração do novo camelódromo) e da SEINFRA (responsável pela reforma

⁴⁹ Nos documentos oficiais que se teve acesso no curso da pesquisa, os trabalhadores informais de rua, são erroneamente denominados “ambulantes”.

da praça) de dados oriundos do cadastro social, o que permitiu identificar traços do perfil socioeconômico de alguns trabalhadores.

Entretanto, se faz necessário destacar que o referido cadastramento não seguiu um modelo padrão. Ou seja, houve campos não preenchidos em alguns formulários o que não permitiu a comparação dos dados.

Assim, com base na análise documental, em relação ao sexo identificou-se que haviam 8 (oito) trabalhadores informais e 7 (sete) trabalhadoras. Entre os homens, quatro eram casados, um declarou união estável e três solteiros. Em relação quantidade e filhos: dois trabalhadores não tinham; dois informaram terem dois filhos; enquanto dois informaram três filhos cada um; um trabalhador tinha quatro filhos; e um, oito filhos.

Entre as mulheres, duas se declararam casadas, três, solteiras e uma divorciada. Em relação a quantidade de filhos: três informaram ter um filho, e uma informou ter três filhos.

Em relação a renda nominal se identificou disparidades. A maior renda informada entre os trabalhadores informais foi entre as mulheres: R\$ 2.000. Bem como a menor renda: R\$300. Entre os homens, o maior rendimento foi de R\$ 1800, enquanto o menor foi R\$600. Dois trabalhadores não informaram renda e dois declararam estarem recebendo auxílio emergencial do Governo Federal, em virtude da pandemia do Novo Coronavírus.

Por meio dos dados obtidos junto aos órgãos da prefeitura, se pôde constatar a realidade dos trabalhadores que atuam na praça em conformidade com a literatura revisada nesse trabalho.

A informalidade de rua é identificada por alguns traços distintivos, tal como a precariedade da ocupação e rendimentos abaixo de categorias ocupacionais como: empregado com carteira assinada e empregador com CNPJ, ou nem garantindo o mínimo necessários à subsistência (CACCIAMALI, 2000; KREIN; PRONI, 2010).

5 ANÁLISE DOS USOS E DO ESPAÇO DA PRAÇA DO CARANGUEJO

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 8 e 18 de fevereiro de 2021 nos setores previamente selecionados, conforme Figura 28, em horários diversificados e por acessibilidades aos respondentes nas residências.

Figura 28 - Setores em que foram aplicados os questionários



Fonte: Google Earth (2020).

Nota: Adaptação do autor desta dissertação (2020).

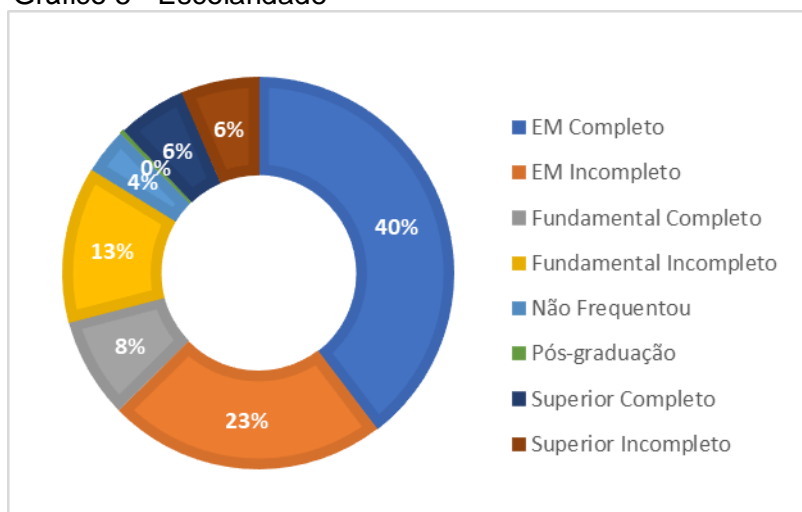
No curso da aplicação dos questionários, não houve necessidade de redistribuição entre os setores por problemas relacionados a segurança do pesquisador e da equipe de aplicadores. Assim, os dados apresentados nesse capítulo, abrangem os 15 (quinze) setores previamente selecionados e o número de respondentes (266).

5.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Foram entrevistados 266 residentes nas adjacências da Praça do Caranguejo, dos quais: 58% do sexo masculino e 42% do sexo feminino. No que tange a faixa etária, o respondente com menor idade tinha 18 (dezoito) anos, enquanto o de maior idade, 81 anos. A média de idade dos respondentes foi de 46,1 anos.

Em relação a escolaridade, constatou-se a predominância entre os respondentes que concluíram o Ensino Médio (40%), seguidos pelos que não concluíram o Ensino Médio (23%) e fundamental (13%). Em relação aos respondentes que declararam ter concluído o nível superior, somaram 6%, percentual igual aos que não concluíram o ensino superior. Acerca dos residentes que não frequentaram a escola, apenas 10 (4%) responderam.

Gráfico 5 - Escolaridade

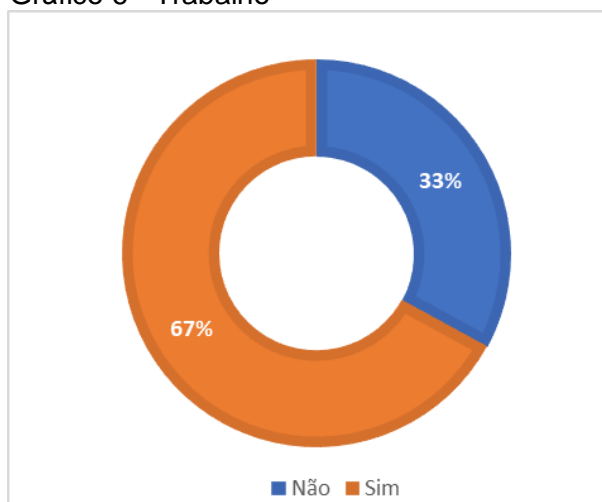


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Sobre o quesito trabalho, 67% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente, enquanto 33%, não. Este dado pode ser amparado pela heterogeneidade das respostas⁵⁰ sobre a ocupação. Na realidade dos residentes, identificou-se que a maioria dos ocupados se declararam: autônomos; ajudantes; ambulantes; motoboy; mototaxistas; cabeleireira; manicure etc. O que permite considerar que o nível de ocupação dos residentes não se traduz em emprego.

⁵⁰ De acordo com a Questão 3 – Ocupação do questionário APENDICE A. Optou-se pela resposta em campo aberto para que se identificassem os diversos tipos de ocupação dos residentes.

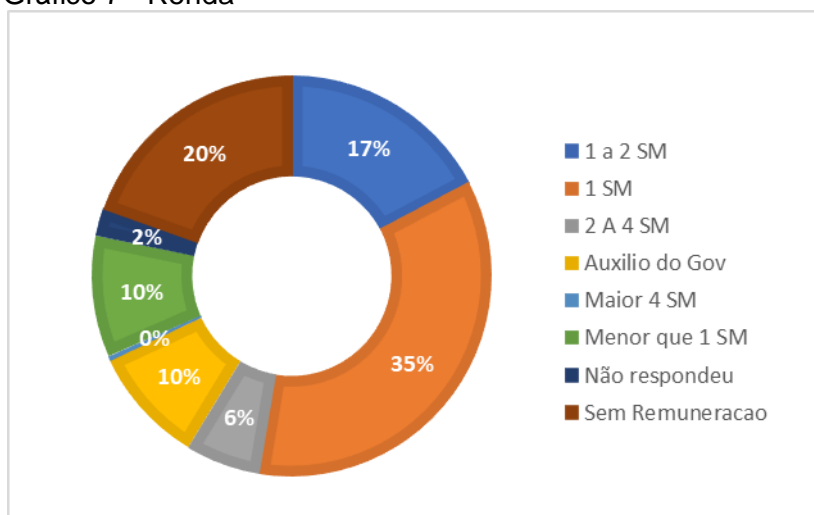
Gráfico 6 - Trabalho



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em relação a renda, os entrevistados que recebiam até 1 salário-mínimo (SM) representaram 35%, entre 1 e 2 SM, 17%, menor que 1 SM, 10%, entre 2 e 4 SM, 6%. Contudo, se pode evidenciar o número dos que não recebiam nenhum tipo de remuneração (20%) e dos que no momento da entrevista estavam recebendo auxílio do governo (10%).

Gráfico 7 - Renda

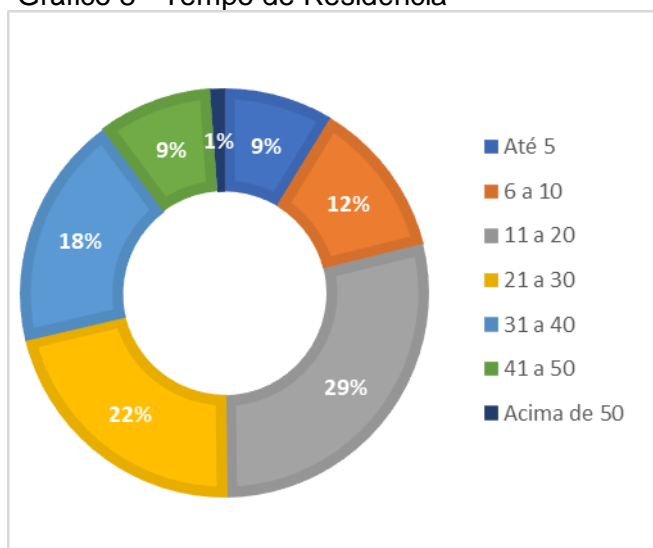


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Levou-se em consideração na identificação do perfil do respondente, o tempo de residência. Não foi estabelecido como critério de seleção o tempo de residência, dessa forma, os respondentes que informaram morar no bairro há 1 (um) ano ou mais foram incluídos.

Entre os 266 respondentes, os que residiam a menos tempo havia 1 ano que moravam no bairro, e o mais antigo morador, 58. De acordo com o Gráfico 8, se pode constatar que entre os residentes que participaram da pesquisa, os que residiam entre 11 e 20 anos representaram uma parcela significativa, 29%, em seguida, com 22%, os residentes entre 21 e 30 anos no endereço. A faixa entre 31 e 40 anos representou 18%, o que em números absolutos totalizaram 49 pessoas, em seguida registrou-se 9% entre os moradores respondentes entre 41 e 50 anos no bairro de Itinga.

Gráfico 8 - Tempo de Residência



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

No desenvolvimento da pesquisa de campo, o tempo de moradia dos entrevistados contribuiu no incremento de informações, através de relato oral, sobre curiosidades do bairro e da Praça do Caranguejo. Os moradores que chegaram no início do loteamento, no final da década de 1960, forneceram dados para além dos contidos no instrumento de coleta, instigando a ampliação da descrição do local da pesquisa.

5.2 FREQUÊNCIAS E USOS DA PRAÇA DO CARANGUEJO

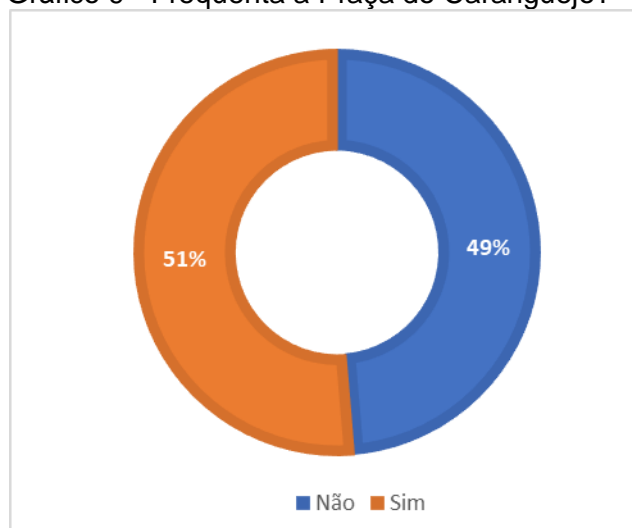
A localização da praça, conforme já foi descrito neste trabalho, permite que um elevado número de transeuntes, quer sejam moradores, visitantes e trabalhadores, ao menos de passagem, visualizem a praça.

Contudo, um dos interesses do trabalho foi desvelar a relação de usos do espaço por parte dos residentes nas adjacências. Dessa forma, o Eixo 2 da pesquisa

de campo, preliminarmente, identificou os residentes que frequentam a Praça do Caranguejo e os que não frequentam.

Os achados da pesquisa mostram que há um equilíbrio entre os residentes frequentadores e não frequentadores, de acordo com o Gráfico 9. Os respondentes que frequentam a praça representaram 51% (136), enquanto os que não frequentam, 49% (130).

Gráfico 9 - Frequenta a Praça do Caranguejo?



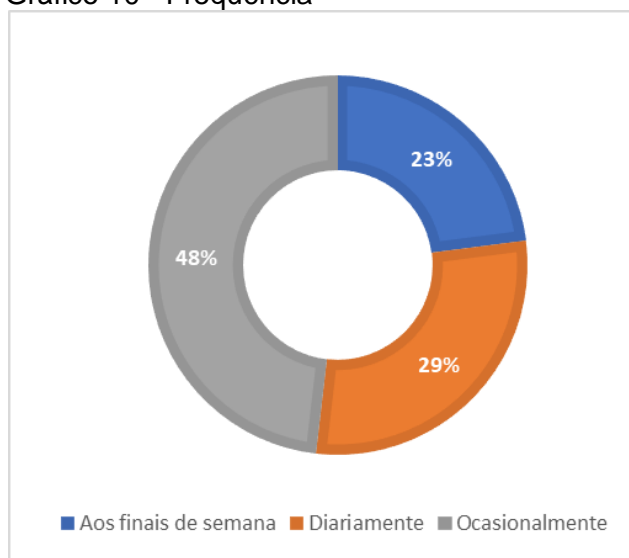
Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

5.2.1 Residentes frequentadores da praça

Entre os residentes frequentadores, 47% são do sexo feminino, e 53%, masculino. Como mostra o Gráfico 10, 48% informaram que ocasionalmente visitam a praça, enquanto 29% responderam frequentar diariamente. Entre os frequentadores que faziam uso da praça nos finais de semana, registrou-se 23%.

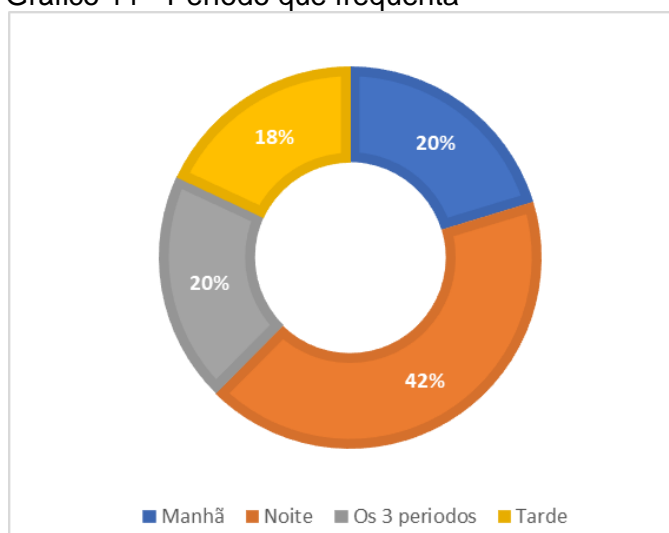
Outro quesito levantado pela pesquisa foi o período que os residentes frequentavam a praça. Segundo apresenta o Gráfico 11, o período da noite foi o escolhido por 42% dos frequentadores, enquanto para 20% dos respondentes foi turno da manhã, mesmo percentual dos que afirmaram frequentar nos três períodos.

Gráfico 10 - Frequência



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Gráfico 11 - Período que frequenta

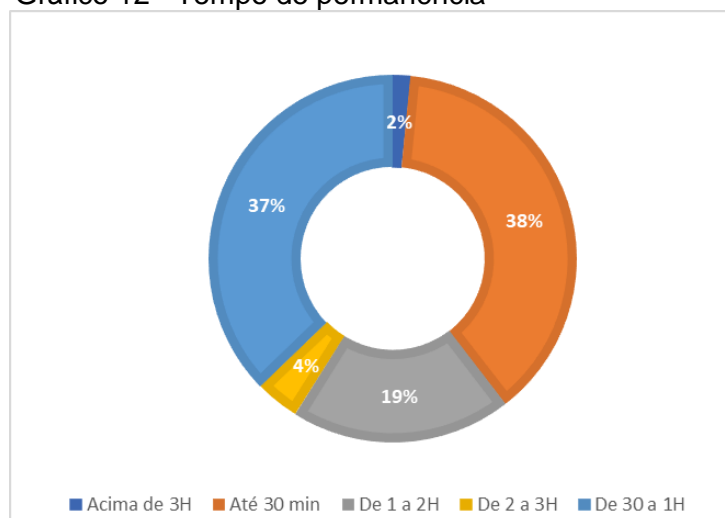


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em relação ao tempo de permanência na praça, há uma importante correlação com a finalidade de usos. Essa constatação se deu ao fato de 37% dos frequentadores ficarem um curto tempo na praça, ou seja, até 30 minutos. De semelhante modo, os que utilizam a praça com a finalidade de passagem (36%).

O Gráfico 12, demonstra outra faixa que cabe destaque: a dos que permaneciam na praça de 30 minutos a 1 hora (37%). 19% responderam ficar no máximo 2(duas) horas, 4% de 2 a 3 horas e apenas 2% acima de 3 horas.

Gráfico 12 - Tempo de permanência



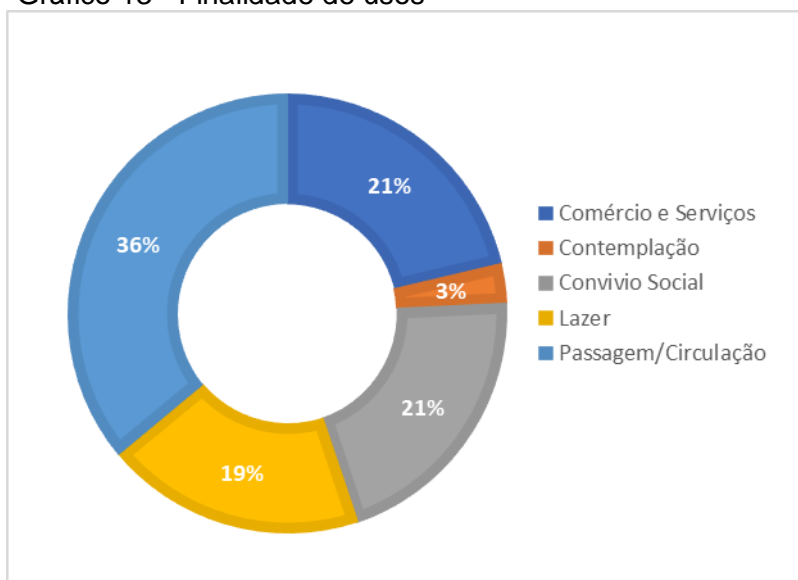
Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

A pesquisa de campo permitiu identificar os múltiplos usos da praça pelos residentes nas adjacências com base nas categorias de usos descritas por Robba e Macedo (2010).

Como já dito nessa seção, a principal finalidade de utilização da praça foi a de passagem e circulação (36%), não obstante ser esse tipo de uso predominante em cidades médias e metropolitanas. Esse dado leva a crer que pelo fato de a localização da praça estar na interseção das vias estruturantes do bairro e, por sua vez, situar os pontos de transportes coletivos, a praça torna-se um espaço de circulação para os diversos destinos, quer sejam o próprio bairro, município ou a capital.

Outra finalidade de uso da praça que correspondeu a uma significativa parcela dos respondentes foi a de comércio e serviços, com 21%. Além do comércio instalado na praça, a região do Largo do Caranguejo consiste em um sub-centro do município reunindo comércio e diversos serviços (CARIGÉ, 2007).

Gráfico 13 - Finalidade de usos



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Contudo, para 21% dos frequentadores, a principal finalidade de utilização da praça é o convívio social, em seguida aparece com 19%, o lazer, e por fim, com 3%, a finalidade de contemplação.

Os dados coletados referente aos residentes frequentadores da praça, permitem correlacionar algumas variáveis. Ao estratificar a finalidade de usos e frequência, se pode mensurar que 35% utilizavam a praça ocasionalmente como passagem e circulação e 31% para comércio e serviços. Entre os que frequentam diariamente, 61% utilizam com a finalidade de passagem e circulação. Quando se relaciona a finalidade com a frequência aos finais de semana, observou-se que 39% dos entrevistados utilizam para o lazer, mesmo percentual dos que responderam convívio social.

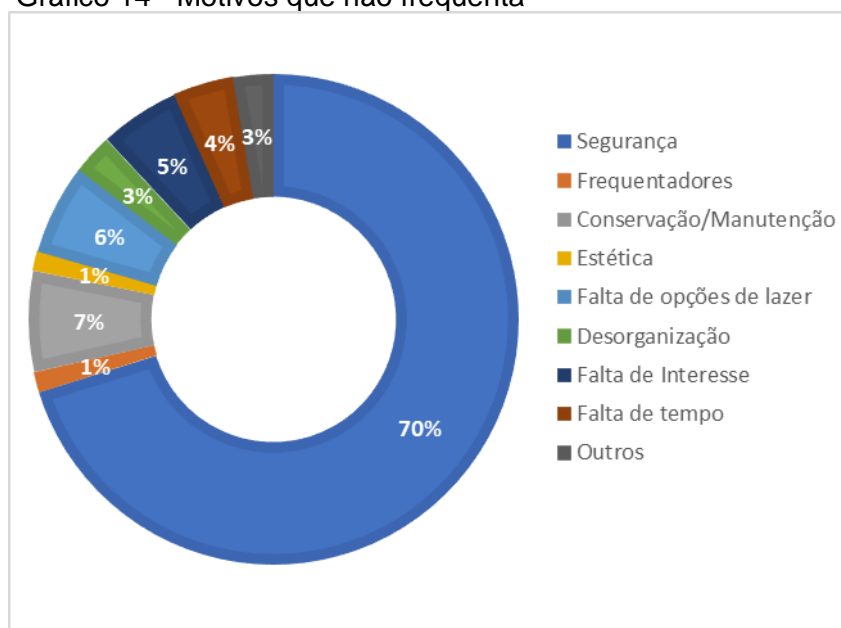
Ao comparar a finalidade de usos da praça com o tempo de permanência, constatou-se que os que permaneciam por um período prolongado eram com o objetivo de convívio social e lazer. Desta forma, têm-se que 44% dos frequentadores entre 1 e 2 horas são para convívio social, 60%, entre 2 e 3 horas, de igual modo, convívio social, e acima de 3 horas, com a finalidade de lazer. Os frequentadores cujo tempo de permanência foi reduzido, se expressa nos 84% que ficavam por até 30 minutos com a finalidade de passagem e circulação, e 44%, entre 30 minutos e 1 hora, para utilização do comércio e dos serviços na praça.

5.2.2 Residentes que não frequentam a praça

Entre os respondentes que não frequentavam a praça, buscou-se identificar os motivos que os levavam a não utilizar o espaço, assim como a opinião sobre os usos predominantes. Ainda na referida seção, os respondentes foram questionados sobre os usos que a praça deveria ter.

Assim, a questão 13 que indagou: “Por qual motivo você não frequenta a praça?”, ofereceu campo aberto para que os residentes discorressem sobre suas motivações. Através da identificação das palavras-chave, se pode estabelecer categorias e subcategorias, conforme se pode observar no Gráfico 14, abaixo.

Gráfico 14 - Motivos que não frequenta

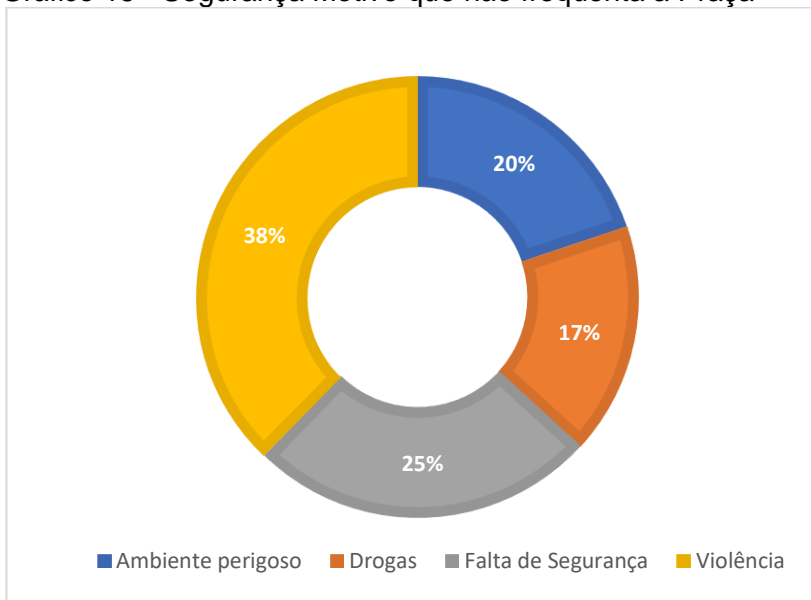


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

De acordo com os respondentes, 70% atribuíram que o principal motivo de não frequentarem a praça relacionava-se a questões concernentes a segurança. Os demais fatores como conservação e manutenção (7%), falta de opções de lazer (6%), falta de interesse (5%) e falta de tempo (4%), foram pouco representativos.

Por isso, para melhor compreender a percepção do residente não frequentador em relação a segurança da praça, optou-se em desagregar a categoria, conforme é apresentado no Gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15 - Segurança Motivo que não frequenta a Praça



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Para 38% dos respondentes, a violência foi o principal motivo. Considerou-se conforme os relatos, o emprego do termo “violência” nos casos em que as respostas indicavam: “a praça é violenta”; “só tem violência na praça”; “muita violência”; “tiroteio” ou semelhantes. Em relação aos 25% que informaram falta de segurança, levou-se em consideração as seguintes colocações: “falta segurança na praça”, “não tem guarda municipal”, “não tem policiamento”, “a praça não é segura” etc.

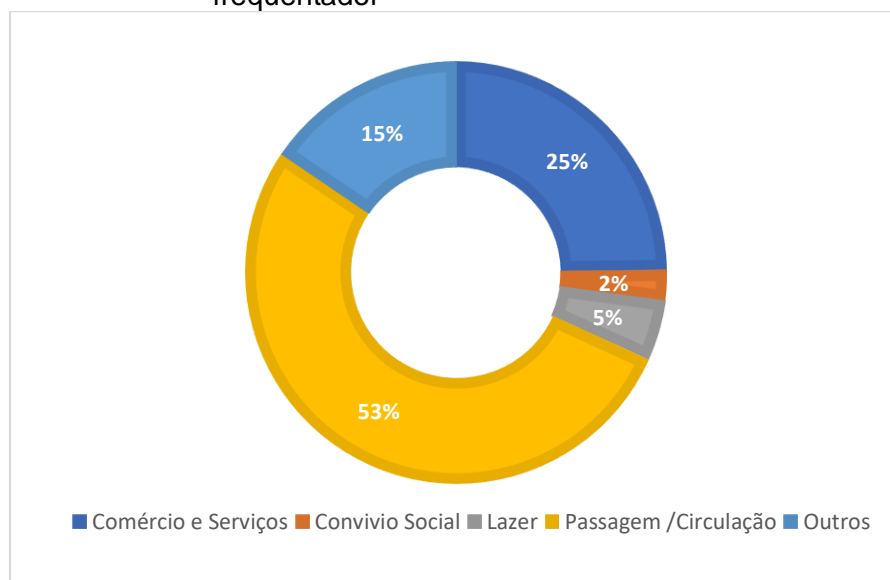
Atentando para os aspectos subjetivos e sensoriais das opiniões dos respondentes, a subcategoria, ambiente perigoso, trouxe à baila um ponto convergente entre violência e falta de segurança na praça. De acordo com os achados da pesquisa, 20% dos que não frequentavam por fatores ambientais, expuseram da seguinte maneira suas opiniões: “o ambiente de lá é mal frequentado”; “não é ambiente para família”; o ambiente não é bom para as crianças”, “não perdi nada lá, aquilo é ambiente de malandro”; ou literalmente “o ambiente é perigoso”.

Outra problemática colocada pelos respondentes foi o consumo e comercialização de drogas ilícitas no espaço da praça. Para 17%, a praça tornou-se um local de “sacizeiros” e “usuários” que não permitiam que as famílias, principalmente as crianças, utilizassem a praça. É válido destacar que entre alguns respondentes foi mencionado que o local se consolidou como “ponto de tráfico”.

Mesmo para os residentes não frequentadores, foi dirigida uma pergunta sobre a opinião do uso predominante da praça. De acordo com o Gráfico 16, a seguir, se

pôde constatar que, em semelhança as finalidades de usos apontadas pelos residentes frequentadores, a categoria passagem e circulação sobressaiu com 53%.

Gráfico 16 - Usos predominantes da praça de acordo com o residente não frequentador

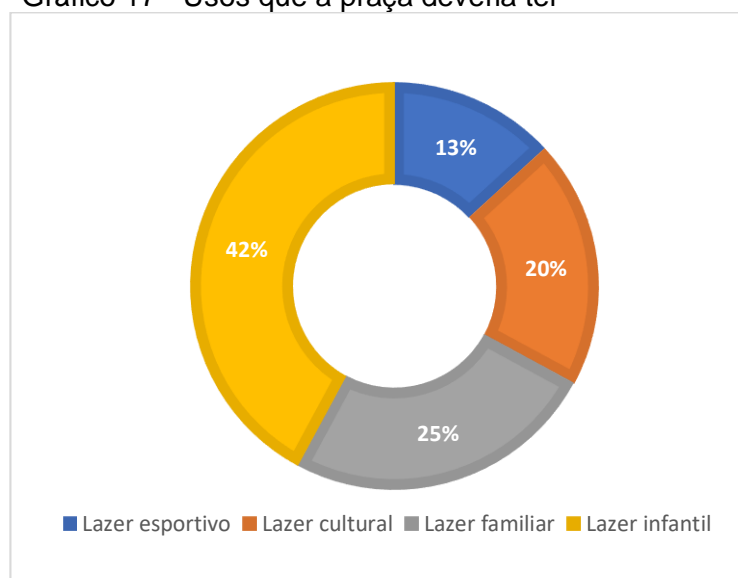


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

O uso comercial representou 25%, enquanto outros, 15%. Foi solicitado para os respondentes que optaram pela alternativa “outros” que indicassem os tipos. Dessa forma, identificou-se a vinculação do uso da praça ao consumo de drogas.

Outros dados fornecidos pela pesquisa de campo se referiram aos usos que a praça deveria ter segundo os residentes que não frequentavam. Registrou-se que apenas 1% respondeu que o uso ideal da praça seria contemplação, 3% comércio e serviços e 4%, Convívio social.

Gráfico 17 - Usos que a praça deveria ter



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

A categoria lazer representou 92%, e por se considerar a relevância nos relatos dos informantes, sob diferentes concepções de lazer, a categoria foi subdividida, conforme Gráfico 17, acima, em: lazer esportivo (13%); lazer cultural (20%); lazer familiar (25%) e lazer infantil (42%).

5.2.3 Fatores que atrapalham a utilização da Praça do Caranguejo

Cumpridas as etapas de identificação do perfil socioeconômico, usos e frequências da praça pelos residentes nas adjacências, através da pesquisa de campo, se pôde identificar os fatores que atrapalham a utilização da praça.

Ao serem perguntados se havia algo que atrapalhasse a utilização da praça, 75% responderam que sim, enquanto 25%, não. É importante destacar que a pergunta foi direcionada tanto para os residentes frequentadores como para os não frequentadores.

Teve-se que, entre os que responderam sim, para os fatores que atrapalham os usos: 39% utilizam a praça e 61%, não. Todavia, os que responderam que não havia fatores que dificultassem o uso: 89%, frequentavam a praça e 11%, não frequentavam.

Com intuito de segmentar os fatores que atrapalham a utilização da praça, na questão 16, foi permitida a inserção de mais de uma informação. Nesse sentido, em semelhança aos motivos dos residentes que não frequentavam a praça, se constatou

que a falta de segurança (23%) e as drogas (20%) configuraram entre os fatores significativos. Nessa direção, soma-se os frequentadores (12%), que de acordo aos respondentes estão diretamente relacionados ao uso de drogas, vandalismo, marginalidade e a violência (9%) propriamente dita.

Tabela 9 - Fatores que atrapalham a utilização da Praça do Caranguejo

Categoria	Entrevistados	%
Falta de Segurança	52	23
Drogas	45	20
Comércio Informal	33	15
Frequentadores	27	12
Violência	21	9
Bares	13	6
Falta de Manutenção	12	5
Poluição Sonora	5	2
Falta opções de lazer	4	2
Tráfego	4	2
Brigas	2	2
Falta de espaço	2	1
Desorganização	2	1
Total	222	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em relação ao comércio informal, 15% dos respondentes apontaram que a ocupação da atividade se constituía um empecilho no uso. Entre as respostas se identificou alguma associação do comércio informal com a comercialização de bebidas alcólicas, desorganização, fatores relacionados a violência e falta de segurança na praça.

A questão 17 do instrumento de coleta dados, apresentou três opções de respostas sobre a interferência do Comércio Informal na utilização da Praça do Caranguejo, especificamente.

Os dados permitiram identificar que, para 18% (47) dos respondentes, a atividade de comércio informal realizada no espaço da praça interferia positivamente nos usos. Todavia, os que responderam que não havia interferência, correspondeu a 38% (101), e os respondentes que apontaram que o comércio informal interferia negativamente nos usos da praça correspondeu a 44% (118).

Nesse particular, coube correlacionar com a questão 18, que buscou identificar os respondentes costumavam comprar no comércio informal instalado no espaço.

Considerando todos os respondentes, teve-se que, 49% não costumava comprar, enquanto 51%, sim.

Outro aspecto relevante foi a relação entre o costume de comprar no comércio e a opinião sobre interferência nos usos da praça. Destarte, os dados apontaram para uma significativa diferença de opiniões entre os respondentes. Entre os que costumavam comprar no comércio da praça: 70% responderam que não havia interferência nos usos; 21%, que havia interferência negativa; e 83%, que o comércio informal interferia positivamente nos usos da praça.

Em contraponto, entre os residentes que não costumavam comprar no comércio da praça: para 30% não havia interferia nos usos; para 79%, a interferência era negativa; e, apenas 17%, associaram que o comércio interferia positivamente nos usos da Praça do Caranguejo.

Os dados permitiram inferir que, em relação às atividades do comércio informal realizado na praça, houve uma percepção negativa predominante entre os residentes que não costumavam utilizar o comércio, opinião semelhante dos não frequentadores. A Tabela 10, abaixo associou a opinião sobre as interferências do comércio sobre os usos da praça entre os residentes frequentadores e não frequentadores.

Tabela 10 - Interferência do comércio informal nos usos da praça – frequentadores e não frequentadores

Em relação ao Comércio informal	Frequenta a praça (%)	Não frequenta (%)
Interfere positivamente	29	17
Interfere negativamente	36	64
Não interfere	64	36

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Entre os frequentadores, destacou-se a interferência positiva do comércio nos usos da praça (29%), assim como entre os que opinaram não haver interferência (64%). Entrementes, de acordo com os não frequentadores, a interferência negativa do comércio informal nos usos da Praça do Caranguejo representou 64%.

5.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS ASPECTOS FÍSICOS E ESPACIAIS

A pesquisa de campo, de acordo com o Eixo 3 do questionário, buscou apurar a opinião dos respondentes sobre os aspectos físicos e espaciais da praça. O modelo

em escala utilizado considerou os elementos identificados no local, no período pré-campo, ou seja, anterior a elaboração do instrumento de coleta utilizado nessa pesquisa.

Foram elencadas 12 categorias, a saber: piso; bancos; mobiliário, vegetação; paisagismo; iluminação; conservação; segurança; limpeza; área de circulação interna; área de circulação externa e acessibilidade. Os respondentes atribuíram apenas uma resposta por categoria, numa escala de: péssimo; ruim; regular; bom e ótimo.

A Tabela 11, apresenta quantitativamente a avaliação que os respondentes atribuíram por categorias. Cumpre salientar, que houve predominância entre os que responderam “regular” em relação as categorias: piso (35%); bancos (35%); mobiliário (29%); limpeza (36%); paisagismo (36%); circulação interna (35%) e externa (35%).

Tabela 11 - Avaliação dos aspectos físicos e espaciais da praça

Categoria	Ótimo	Bom	Regular			Ruim	Péssimo
			Ruim				
Péssimo							
(%)							
Piso	4	12	35	26	22		
Bancos	3	13	35	24	24		
Mobiliário	2	6	32	25	35		
Vegetação	6	18	29	22	25		
Paisagismo	5	15	36	23	21		
Iluminação	2	11	35	32	21		
Conservação	2	3	27	31	36		
Segurança	0	3	12	19	65		
Limpeza	0	17	36	26	21		
Circulação Interna	5	25	35	21	14		
Circulação Externa	5	22	35	22	16		
Acessibilidade	10	27	28	24	12		

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em relação à acessibilidade, nota-se percentuais próximos entre “regular” e “bom”. Essa avaliação poderá ter sido, de certo modo, influenciada pelas obras de requalificação dos passeios da praça, que visando atender a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que se refere a Norma Brasileira, NBR 16537: 2016, instalou piso tátil e realizou benfeitorias nas escadarias de acesso à praça.

Dentre as categorias que os respondentes avaliaram como “péssimo”, destaca-se a “segurança”. Para 65% dos respondentes, a segurança da praça encontra-se aquém das expectativas dos residentes. Essa categoria já foi discutida nesse trabalho

quando se enumerou os motivos dos residentes não frequentarem a Praça do Caranguejo.

Em direção semelhante, registrou-se 36% dos que responderam “péssimo” para a conservação e manutenção. Durante as visitas ao local da pesquisa, se pôde constatar que, de fato, a qualidade da conservação e manutenção da praça estava abaixo do esperado, como apresentado na seção 3.3. A Praça do Caranguejo. O espaço da praça encontrava-se em condições que conotava ausência de manutenção, a exemplo de: matos; piso danificado; área dos bares com cobertura danificada; fonte luminosa entulhada; parte dos passeios não revitalizados etc.

Em relação ao mobiliário⁵¹ da praça, 35% dos respondentes indicaram que a situação se encontrava em estado péssimo. Registrou-se 32% entre os que responderam que a condição do mobiliário estava em estado regular. Durante a pesquisa que fundamentou a caracterização da área do estudo, constatou-se que ao longo das transformações da praça, elementos da mobília foram retirados, a exemplo dos equipamentos de ginástica, o parque infantil, o monumento em homenagem a Antônio Caranguejo e a fonte luminosa.

A descrição da percepção dos residentes sobre a mobiliário da praça foi ampliada quando questionados, no Eixo 4 do questionário, sobre as transformações do espaço, conforme seção seguinte.

5.4 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

O Eixo 4 do questionário identificou a percepção dos residentes nas adjacências em relação ao espaço, mudanças e os fatores que modificaram a Praça do Caranguejo. Contudo, com o fito de não diminuir a espontaneidade, optou-se por aceitar as diversas respostas, utilizando campos de dados abertos.

⁵¹ Considerou-se mobiliário urbano de praça os equipamentos para uso público e coletivo.

5.4.1 O que mais gosta e menos gosta na praça

Na questão 21, levantou-se junto aos 266 entrevistados o que eles mais gostavam na praça e na questão 22, o que menos gostavam. Coube segregar as respostas em duas categorias: residentes frequentadores e não frequentadores.

Ao serem questionados sobre o que mais gostavam na praça, identificou-se 24 categorias entre as respostas dos 135 residentes frequentadores. Citando as oito principais, evidenciou-se a categoria “nada”, que figurou como a palavra que apareceu mais vezes entre os entrevistados, 28 vezes. No curso das entrevistas observou-se os comportamentos, os gestos e as fisionomia dos respondentes e, desta forma, constatou-se uma reação de negação, nos frequentadores que assim responderam sobre o espaço da praça.

Em seguida, 16 entrevistados apontaram os “bares” como o que mais gostavam na praça. A terceira categoria identificada foi a de “árvores/vegetação” (15). Sobre essa categoria é necessário resgatar o que Robba e Macêdo (2010) registraram como valores ambientais das praças. Para os autores, a arborização das praças públicas contribui para aclimação, estética e bem-estar dos usuários, o que pode ter em certa medida influenciado os respondentes que registraram a “paisagem” (11) como sendo algo que mais gostavam na praça.

O “espaço” foi citado por 10 respondentes. De acordo com os relatos, pôde-se identificar a satisfação em relação ao “espaço amplo”, a “área de lazer” e o “espaço interno” da praça. A categoria “ambiente” (8), evidenciou o que Tuan (2012) descreve como topofilia, ou seja, o elo afetivo entre o indivíduo e o lugar. Nas narrativas, o termo ambiente foi sucedido por “aconchegante” e “de relaxamento”.

As “barracas”, termo utilizado para se referir ao comércio informal, foi identificada como a preferência de 6 respondentes que frequentavam a praça e “simbologia”, por 5. Essa última, atribuía valores culturais e históricos à praça, não obstante constatou-se complementações a exemplo de: “simbologia histórica”; “símbolo cultural” ao fazerem referência a simbologia da praça.

Em relação ao que menos gostavam na Praça do Caranguejo, 32 residentes frequentadores responderam que não “havia nada”. Em relação as atividades do Comércio Informal, ocupante de parte do espaço da praça, 17 pessoas não

aprovavam, mesmo quantitativo dos residentes que não gostavam dos bares e da falta de segurança.

De acordo com 13 respondentes, o uso de drogas na praça representava o que menos gostavam. Essa categoria guarda relação direta com a dos “frequentadores” (11). Segundo 12 residentes que frequentavam a praça, a “falta de manutenção” configurava-se como elemento negativo, sendo que houve entre os respondentes os que informaram a problemática da “poluição sonora” (8).

Considerando a opinião dos 128 respondentes que não frequentavam a praça, sobre o que mais gostavam na Praça do Caranguejo, uma parcela significativa (55) informou que não havia elemento algum que pudessem destacar. Contudo, 25 respondentes afirmaram serem as “árvores” o que mais gostavam, 13 responderam a “paisagem”, e 8 a “simbologia” da praça. Pode-se destacar uma categoria, até então não identificada nas questões anteriores, a “localização” da praça. De acordo com 6 residentes não frequentadores, a localização da praça no contexto urbano do bairro é o principal aspecto positivo, mesmo número dos que sinalizaram o “espaço” da praça. Por fim, dentre as oito categorias principais de respostas, restaram os que escolheram as “barracas” (4) e a “lancheonete”⁵² (3).

Acerca do que menos gostavam na praça, 36 residentes que não faziam uso do espaço, afirmaram que o “Comércio Informal” representava o que menos gostavam, seguido pelos bares (21) e pelos frequentadores (18). Na apuração das respostas, se pôde identificar correlações entre as categorias mencionadas, a exemplo de relatos que expressaram da seguinte maneira suas negações: “as barracas que vendem bebidas, atraem maus frequentadores”; “só tem gente ruim nos bares da praça” etc. Bem como, acerca da categoria “desorganização do espaço” (9), quando os respondentes expressaram que “o comércio deixava a praça bagunçada”

É relevante destacar que para 14 respondentes, “não havia” na praça algo que não gostassem, ou que, no momento da entrevista, tiveram dificuldades em recordar. Para 10 respondentes, a “falta de manutenção” era o principal fator negativo, seguido da “falta de segurança” (9) e da “poluição sonora” (9).

⁵² Foi mencionada a tradicional lancheonete do bairro de Itinga, a Jone’s Burger.

5.4.2 O que mudaria na praça

Através da questão 23, identificou-se o que os entrevistados gostariam de mudar no espaço da Praça do Caranguejo. Todavia, a heterogeneidade das respostas ensejou a organização em quatro blocos: o que acrescentaria, o que retiraria, o que reduziria e o que organizaria no espaço.

Convém salientar, que se considerou as palavras que mais foram mencionadas, principalmente, no que se referiu ao que acrescentariam na praça. Deste modo, a Tabela 12, abaixo, relacionou os 10 elementos mais relevantes do referido bloco.

Para 112 respondentes, deveria ser acrescentado à praça parques infantis que, como já explicitado nesse trabalho, foi instalado na praça em 2011 e retirado posteriormente.

Em segunda colocação apareceu segurança, de acordo com 48 respondentes. Mais uma vez, este quesito foi lembrado pelos participantes da pesquisa, semelhantemente quando foram abordados os motivos que os residentes não frequentavam a praça e os fatores que atrapalhavam a utilização. Portanto, pode-se considerar a relação com a opinião dos 25 respondentes que sinalizaram a importância de instalação de um módulo policial, na praça. Recorda-se que, durante a pesquisa de campo, alguns respondentes acrescentaram informações sobre a segurança da praça antigamente, o que, de certo modo, foi constatado na pesquisa documental que verificou a existência de um módulo (ou posto) policial na praça, em 1986.

Tabela 12 - O que acrescentaria na praça

Ordem	Acrescentaria	Nº Entrevistados
1º	Parque Infantil	112
2º	Segurança	48
3º	Monumento	34
4º	Módulo Policial	25
5º	Fonte Luminosa	25
6º	Equip. Ginástica	20
7º	Iluminação	19
8º	Atrações culturais	10
9º	Paisagismo	7
10º	Palco	6

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Para 34 entrevistados, o “retorno” do Monumento, em homenagem ao Sr. Antônio Caranguejo, deve ser realocado no espaço. Bem como a reativação da fonte luminosa (25) e os equipamentos de ginástica (academia popular), de acordo com 20 entrevistados.

A iluminação da praça foi citada em complemento aos quesitos: segurança e fonte luminosa, deste modo, crê-se que alguns residentes associam a falta de segurança à necessidade de uma iluminação pública de qualidade.

Na caracterização dos usos da praça, neste trabalho, foi visto a importância cultural e social para o bairro de Itinga. Apresentou-se as principais atividades que desde sua construção ocorriam no espaço da praça. Nesta direção, opinaram 10 entrevistados, sobre a necessidade de “atrações culturais”, o que corrobora os 6 respondentes, que destacaram a importância de um “palco” para “apresentações culturais”, na Praça do Caranguejo.

Em relação ao que retirariam da praça, 25 entrevistados responderam “barracas”, “comércio informal” e “ambulantes. Para 7 entrevistados, os bares deveriam sair do entorno da praça e o ponto de ônibus deveria ser realocado, para deixar os passeios livres para circulação dos frequentadores.

Tabela 13 - O que retiraria da praça

Ordem	O que retiraria	Nº Entrevistados
1º	Barracas	25
2º	Bares	7
3º	Ponto de Ônibus	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

De acordo com algumas respostas, conforme as Tabelas 14 e 15, abaixo, se pôde constatar que para alguns residentes, a necessidade dava-se em torno da diminuição de determinadas atividades e a organização do espaço.

Tabela 14 - O que diminuiria na praça

Ordem	O que diminuiria	Nº Entrevistados
1º	Bares	4
2º	Comércio informal	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Tabela 15 - O que organizaria na praça

Ordem	O que organizaria	Nº Entrevistados
1º	Comércio informal	5
2º	Bares	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em que pese constituir-se um pequeno conjunto de respondentes, os blocos acima, permitiram identificar que entre os residentes houve os que opinaram pela ordenação das atividades dos bares e do comércio informal, ou sua diminuição, sem a necessidade da retirada do espaço.

5.4.3 Opinião sobre a ocupação do comércio informal

A pergunta 23 do questionário, foi fundamental para averiguar as opiniões dos moradores do entorno da praça sobre a ocupação do comércio informal e suas implicações na configuração espacial. Para tanto, seguiu-se o critério de tabulação dos dados qualitativos segmentando-os por: residentes frequentadores e não frequentadores.

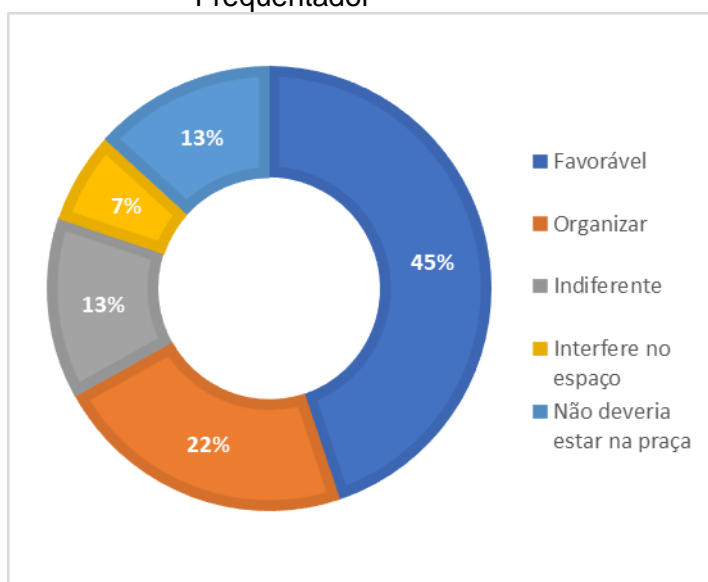
Ademais, após a análise dos dados, pôde-se identificar cinco categorias de respostas: a primeira representa os respondentes que são favoráveis à ocupação do

comércio informal na praça; a segunda categoria corresponde aos que declararam a necessidade de organização e padronização; a terceira categoria situam os respondentes indiferentes à utilização da praça pelos trabalhadores informais; a quarta, reúne os que afirmaram que o comércio informal impacta no espaço da praça e; a última categoria, corresponde aos que informaram não ser a praça o espaço adequado para a instalação da atividade informal.

De acordo com os residentes que frequentam a praça, observou-se, conforme Gráfico 18, uma parcela significativa dos que são favoráveis ao comércio informal no espaço da praça. Entre os respondentes, que somaram 45%, pode-se constatar nos relatos que “o comércio era importante para movimentar a praça”, pois “oferecia opções de compra mais barata” e “perto de casa”. Além deste tipo de opinião, seguiu-se que “era o ganha pão” de cada um dos trabalhadores” e que “não atrapalhava em nada” no espaço.

Foi muito comum nos relatos, a compreensão da conjuntura econômica e social do país, agravada com o aumento do desemprego e informalidade, como já visto nesse trabalho, e a realidade do bairro, por isso registrou-se opiniões, tais como: “o desemprego tá demais, as pessoas precisam sobreviver” e “foi o único lugar que encontraram para garantir o sustento”.

Gráfico 18 - Opinião sobre o comércio informal no espaço da praça - Frequentador



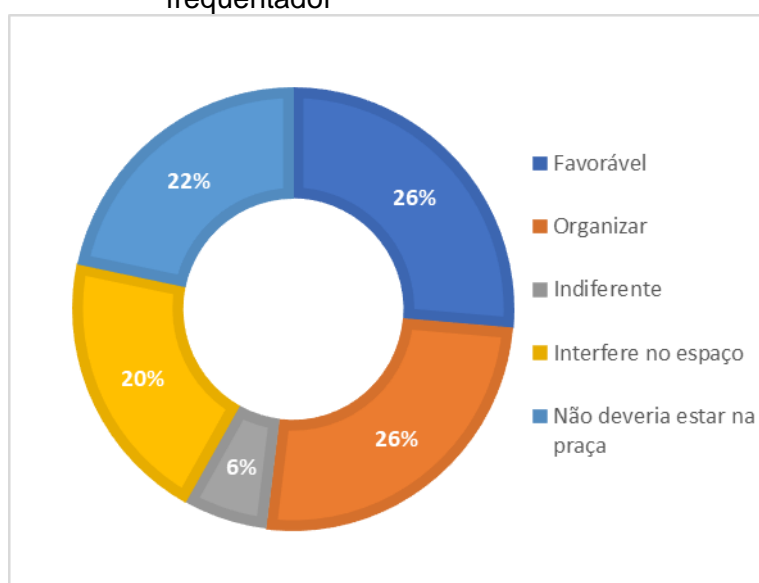
Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Foi possível identificar entre os frequentadores da praça a necessidade de organização, padronização e fiscalização. De acordo com 22% dos respondentes, o comércio deveria passar por uma padronização por parte “da prefeitura”, onde somente a comercialização de alguns itens, a exemplo de lanches, seriam admitidas. Alguns entrevistados citaram que o comércio precisa ser organizado “para não deixar a praça feia” e que deveria ter uma fiscalização para não deixar que barracas “não legalizadas” ocupassem o espaço.

A pesquisa registrou que 13% dos frequentadores eram indiferentes a ocupação do espaço pelo comércio, mesmo percentual dos que opinaram pela realocação dos trabalhadores para um “local adequado”, pois de certa forma interferia no espaço (7%) em termos de circulação.

Entre os residentes não frequentadores, constatou-se um equilíbrio nas opiniões, principalmente entre as categorias “favorável” e “organizar”, como pode ser visto no Gráfico 19. As opiniões de 26%, dos entrevistados que foram categorizados como favoráveis ao comércio na praça, foram semelhantes à dos frequentadores, em que foi problematizada à questão do desemprego, ambiente pandêmico, e subsistência. Mesma linha de opinião foi seguida por 26% que afirmaram a necessidade de organização do comércio da praça, para não “atrapalhar o funcionamento”, a visibilidade” e a “estética do lugar.

Gráfico 19 - Opinião sobre o comércio informal no espaço da praça – Não frequentador



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Em comparação aos frequentadores, a diferença dos que opinaram que a atividade de comércio informal não deveria estar na praça foi significativa. 22% dos entrevistados, afirmaram que o comércio das “barracas” ou dos “ambulantes” era “péssimo” para a praça, sobretudo na utilização dos espaços e acessos. Neste quesito constatou-se nas respostas que “a praça não era lugar de ambulante” e que “deveriam ser realocados” para que pudessem “lutar pela sobrevivência.

Outra categoria que distou quando comparada aos frequentadores, foi a opinião sobre a interferência no espaço. Para 20% dos residentes que não frequentavam a Praça do Caranguejo, o comércio interferia no espaço da praça, em termos da acessibilidade e da circulação. Teve-se entre os respondentes os que apontaram “a dificuldade em circular” pois gera um “fluxo de pessoas desnecessário na praça”.

5.4.4 Conhecimento e expectativas sobre a reforma da praça

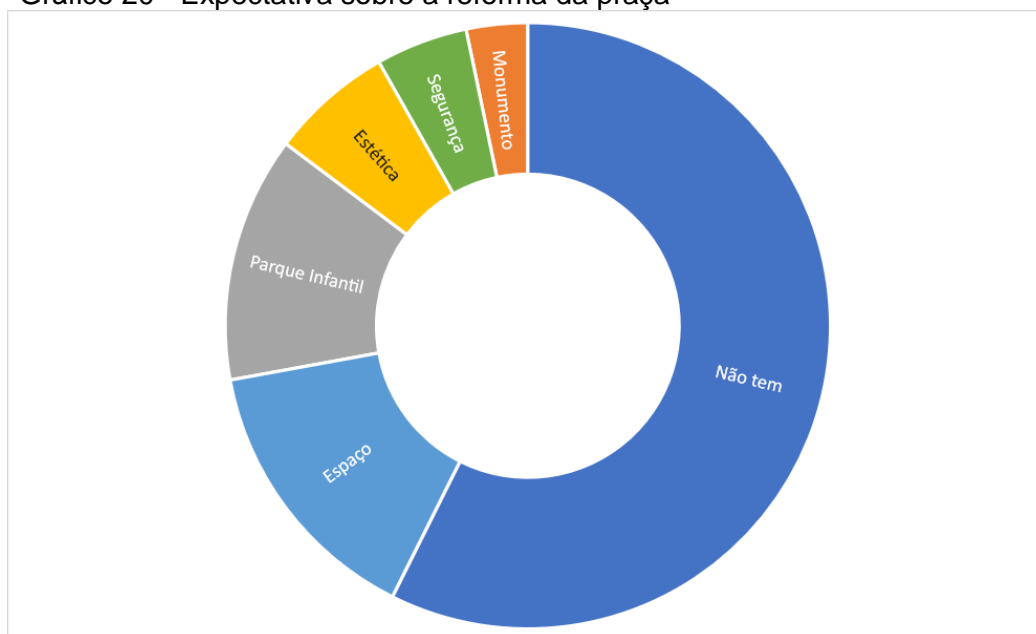
Neste trabalho foi apresentado a intenção de reforma da Praça do Caranguejo pela Prefeitura de Lauro de Freitas, que segundo foi apurado no curso da pesquisa, existia um projeto aprovado, contudo, a obra não foi iniciada, à exceção da reforma parcial dos passeios.

No tocante ao projeto de reforma, sabe-se que, de certa forma, envolve as expectativas da população adjacente, sobretudo no que se refere às mudanças estruturais e utilitarismo.

Todavia, identificou-se que 76% dos respondentes não tinham conhecimento da existência do projeto de reforma da praça. Somente 27% dos residentes entrevistados afirmaram ter conhecimento da existência do projeto e da obra.

Os que responderam positivamente sobre o conhecimento do projeto e da reforma, foi direcionada a pergunta (questão 26) sobre as expectativas. Analisando as 72 respostas (abertas), obteve-se os resultados apresentados no Gráfico 20, a seguir.

Gráfico 20 - Expectativa sobre a reforma da praça



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Prevaleceu os que responderam não ter expectativas sobre a reforma da praça (57%). Entre as principais respostas destacou-se as seguintes afirmações incrédulas sobre a conclusão da obra, tais como: “não terá dinheiro para concluir”; “não vai sair do papel”; “não vai sair tão cedo”; “não acredito que tenha a reforma” etc.

Dentre os poucos que informaram alguma expectativa, tiveram os que: acreditam na ampliação, otimização e organização do espaço da praça (15%); que será instalado parque infantil (13%), para o “lazer das crianças”; melhorará a qualidade estética da praça (7%); mais segurança no espaço (5%) e retorno do monumento (3%).

5.4.5 O Camelódromo de Itinga e as possíveis interferências no espaço da praça

O camelódromo⁵³ do bairro de Itinga, foi construído com o objetivo de organizar parte do comércio informal de rua, sobretudo, de acordo com a SEINFRA, os trabalhadores que atuam na Praça do Caranguejo. Essa medida possibilitaria o início das obras sem prejuízo aos informais.

⁵³ Ver seção 3.3.1 Da origem aos múltiplos usos, nessa dissertação. Devido a pandemia o espaço não está funcionando.

Diferentemente do projeto da praça, a construção do Camelódromo é conhecida pela maioria dos residentes entrevistados (58%). Todavia, a questão 28, permitiu levantar de acordo com os respondentes quais implicações o funcionamento do equipamento traria sobre a praça.

Para a maioria dos entrevistados, não haverá, em decorrência da abertura do camelódromo, mudanças na praça. Dentre os 153 respondentes, 52 informaram que “não vai acontecer nada” pois o “comércio vai continuar” independentemente do novo espaço.

Foi registrado entre as respostas, a descrença acerca do objetivo do espaço, quando citaram que se tratava de “obra de fachada”. Contudo, alguns respondentes que, apesar de não acreditarem em mudanças na praça, salientaram que “os ambulantes e a população não vão se adaptar” ao deslocamento da atividade de comércio informal para um local fechado, além de constatarem que o referido espaço “será insuficiente para os ambulantes”.

Houve quem apontou que a transferência para o camelódromo acarretaria efeito contrário a ordenação da praça, pois “se não tiver fiscalização” o comércio retornará, tanto pelos concessionários, como pelas “barracas” e ambulantes que serão “atraídos” pelo espaço vazio.

Gráfico 21 - Influência do Camelódromo na Praça do Caranguejo



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

De certo modo, o objetivo da construção do camelódromo ficou explícito para 29 respondentes, ao entenderem que a principal influência na praça seria a “retirada dos ambulantes”, “barracas” ou “informais. Deste modo, foi possível identificar, especificamente, conforme relatos, a existência de outras três categorias de influências na praça.

A primeira se pode considerar negativa. Para 9 entrevistados, o camelódromo vai “diminuir o fluxo de pessoas na praça”, deixando-a de certo modo, “deserta” e “vazia”.

A segunda categoria, referiu-se à organização dos trabalhadores que atuam na praça, e a organização da própria praça sem o comércio informal, de acordo com 24 entrevistados. Nessa categoria registrou-se que as mudanças seriam positivas, conforme relataram alguns residentes: “vai ajudar muito. Vai organizar o comércio que está na praça”; “Vai ser muito bom para deixar a praça organizada”.

A terceira categoria relacionou-se às mudanças no espaço. De acordo com 28 entrevistados, as influências do camelódromo sobre o espaço da praça estariam associadas a “ampliação do espaço para lazer”, a “liberação dos passeios da praça”, o que melhoraria a “circulação de pessoas”.

5.4.6 Mudanças na Praça do Caranguejo

Ao longo da sua história, a Praça do Caranguejo passou por transformações que traduziram as mudanças socioeconômicas e cultural de sua comunidade lindeira. Essa constatação é sustentada pelos autores que lastrearam teoricamente esse trabalho, no que se referiu à trajetória das praças públicas na história ocidental e brasileira (DE ANGELIS, 2005; ROBBA; MACEDO, 2010; SEGAWA, 1996).

Como foi apresentado no Capítulo 4, entre as décadas de 1990 e 2000, o bairro de Itinga passou por transformações oriundas do crescimento urbano e da mudança nos usos predominantes do solo. Nos referidos períodos houve a consolidação de empreendimentos comerciais na região denominada Largo do Caranguejo, local onde está inserida a praça.

Embora o bairro de Itinga tenha outras praças, sem dúvida a Praça do Caranguejo é a mais conhecida, pois reúne em seu entorno um sem-número de atividades comerciais, tráfego e fluxo de pessoas, dada a sua centralidade.

Antes de descrever as mudanças presenciadas pelos moradores entrevistados no espaço da praça e nas suas funcionalidades, a pesquisa dirigiu uma pergunta sobre o conhecimento da origem do nome da praça (Questão 19).

Obteve-se que, 76% dos respondentes afirmaram conhecer a origem do nome da praça, enquanto 24%, desconheciam. Ao correlacionar o conhecimento da origem do nome ao tempo de residência, confirmou-se que quanto mais tempo de residência no bairro maior probabilidade em conhecer o nome dado ao espaço.

A Tabela 16 testifica que entre os moradores com mais de 20 anos de residência no bairro, quase que a totalidade associava o nome do Sr. Antônio Santos “Caranguejo” à praça.

Tabela 16 - Tempo de residência e conhecimento da origem do nome da praça

Tempo de residência (anos)	Conhece a origem do nome?	
	Sim	Não
1 a 5	32%	68%
6 a 10	52%	48%
11 a 20	68%	32%
21 a 30	93%	7%
31 a 40	92%	8%
41 a 50	100%	...
51 a 58	100%	...

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Por meio da questão 29, que inquiriu se entrevistados haviam presenciado alguma mudança na praça e no seu entorno durante o tempo de residência no bairro, obteve-se o seguinte resultado: 78%, responderam sim; enquanto 22%, não.

Seguiu-se o critério de relacionar o tempo de residência dos moradores das adjacências da praça com as mudanças presenciadas no local. A Tabela 17, abaixo mostra que entre os residentes com até 5 anos no bairro, 70% não souberam identificar mudanças. A partir dos moradores com tempo de residência acima de 11 anos, predominaram os que responderam “sim”.

Tabela 17 - Tempo de residência e mudanças na praça

Tempo de residência (anos)	Mudanças na Praça	
	Sim	Não
1 a 5	30%	70%
6 a 10	52%	48%
11 a 20	77%	23%
21 a 30	96%	4%
31 a 40	90%	10%
41 a 50	96%	4%
51 a 58	100%	...

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

É importante frisar que o maior número de entrevistados se situara nas faixas entre 11 e 20 (29%) e 21 e 30 (22%) anos de residência, o que leva a considerar a relevância dos seus relatos.

Todavia, mesmo considerando significativo o fator tempo de residência, este não se constituiu imprescindível à análise da percepção dos moradores quanto às transformações ocorridas na área.

Deste modo, os dados da pesquisa através das respostas dos 266 entrevistados permitiram a categorização das principais mudanças ocorridas na Praça do Caranguejo, entre sua construção, no final da década de 1980, aos dias atuais.

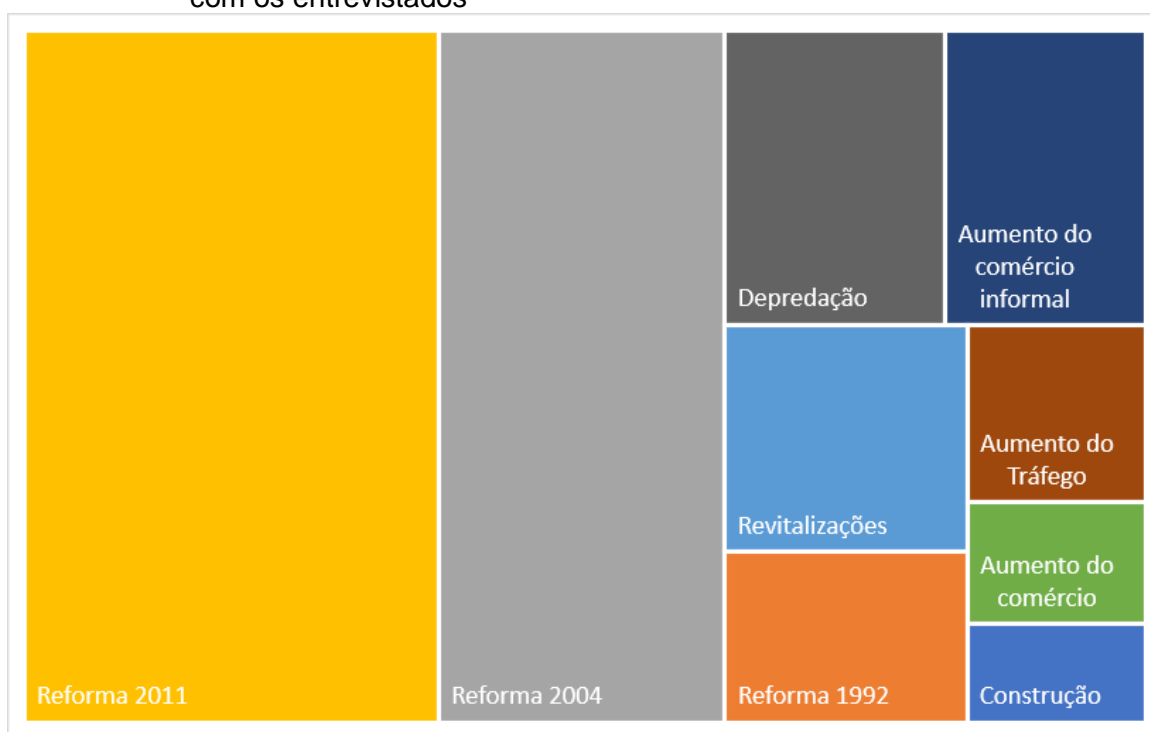
Considerando a repetição das palavras (*tags*) ou a equivalência de sentido, a análise de cada relato constituiu 9 categorias de mudanças na área da praça e do seu entorno imediato. As categorias identificadas foram: a construção da praça; a reforma de 1992; a reforma de 2004; a reforma de 2011; revitalizações pontuais; depredação; aumento das atividades comerciais; aumento do comércio informal; e aumento do tráfego.

Possibilitou-se a cada respondente indicar mais de uma informação, o que resultou em 395 entradas. Obteve-se entre as respostas a identificação de mais de uma categoria, a exemplo de: “eu me lembro de uma reforma da praça, em 2011. Depois foi abandonada, ficou tudo quebrado e ocupada por ambulantes”. Nesse relato se pôde constatar pelo menos três categorias: reforma de 2011; depredação; e aumento do comércio informal.

Assim, de acordo com o Gráfico 22, abaixo, a principal mudança ocorrida na Praça do Caranguejo identificada por 146 entrevistados foi a reforma realizada no ano de 2011. Essa obra foi citada diretamente por alguns respondentes, a exemplo de: “eu

me lembro da reforma de 2011”; ou da “reforma feita por Moema”. Ainda sobre essa reforma, viu-se que alguns moradores a recordaram indiretamente, tal como os que disseram que “colocaram a estátua de Caranguejo”, “as academias de ginástica” e a “reativação da fonte luminosa”.

Gráfico 22 - Categorização das mudanças ocorridas na Praça do Caranguejo, de acordo com os entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor desta dissertação (2021).

Após a reforma de 2011, a segunda mudança identificada foi a reforma realizada no governo do prefeito Marcelo Abreu, em 2004, lembrada por 101 respondentes. Sobre as mudanças oriundas dessa reforma, foi necessário o conhecimento dos elementos introduzidos no espaço, para que se pudesse identificá-la entre as respostas.

Os entrevistados qualificaram a transformação do local como “a reforma que modificou o formato da praça”, “instalou a fonte” e os “novos bancos”, e cimentou o espaço, pois “antes a praça era de areia”. De fato, essa reforma introduziu elementos de colagem decorativa, padronização do espaço dos bares e lanchonetes (na parte superior da praça), além de retirar os quiosques da praça antiga, deixando o espaço interno amplo para realização de shows e apresentações culturais, como a Lavagem do Caranguejo, A Paixão de Cristo, eventos paroquiais e evangélicos.

Em seguida, 33 respondentes apontaram a categoria “depredação” como a principal mudança presenciada na praça. Neste caso é válido salientar que alguns respondentes associaram a “depredação”, “abandono”, “falta de cuidado” e de “manutenção” do espaço aos intervalos das reformas ou benfeitorias. Essa constatação foi possível por causa dos que relataram que após a reforma houve “destruição por parte da população” e do “vandalismo”, ou que imputaram a deterioração ao “abandono das autoridades” atribuindo a responsabilidade a prefeitura.

Ademais, não foram irrelevantes os 28 entrevistados que responderam recordar de algumas “revitalizações” ou “pequenas manutenções” que, segundo alguns, “pioraram a praça” ao promoverem a retirada dos “brinquedos”, referindo-se ao parque infantil e os “equipamentos de ginástica”.

Entre os que citaram as reformas de 2004 e 2011, encontram-se os respondentes que indicaram o crescimento do “comércio” na região em que se situa a praça (11 entrevistados) e, principalmente, o aumento do comércio informal no entorno da praça, de acordo com 30 entrevistados. Foi identificado nos relatos expressões como: “lembro da última reforma e do aumento das barracas na praça”; “reformas, melhorias e aumento de ambulantes”; e “mudanças no desenho da praça e aumento do comércio informal”.

Através da comparação das imagens da praça, do ano de 2004, e de 2011, valida-se o que os respondentes afirmaram sobre o crescimento do comércio no espaço. Notou-se que, já em 2011, havia um número razoável de trabalhadores informais de rua atuando no local.

Entrementes, nessa pesquisa foram apresentados dados com base na PNADC para a RMS, entre 2012 e 2019, indicando o aumento do desemprego e da informalidade (conta própria), o que permite conjecturar que o cenário de desarticulação econômica e do mercado de trabalho, permitiu o crescimento do número de trabalhadores informais de rua.

Durante as observações realizadas em campo, com o desígnio de aproximar-se do objeto de estudo, o comportamento do comércio informal na região da praça tendeu a um considerável aumento, mesmo se tratando de um ano pandêmico.

A reforma de 1992, foi lembrada por 21 residentes, como a obra que “mudou o desenho da praça” e consolidou os bares na parte superior, ou a “reforma dos tempos de Leão” referindo-se ao período entre 1989 e 1992, em que João Felipe de Souza Leão foi prefeito do município.

Por fim, 16 entrevistados relacionaram o aumento do tráfego às mudanças ocorridas na praça, que além de localizar-se na interseção das vias estruturantes do bairro, voltou a ser local de parada de transporte coletivo regulamento e completar. A julgar pelo número de entrevistados residentes há mais 40 anos no bairro, uma pequena parcela (9) recordou o período de desbravamento do loteamento recém-aberto e da “construção da primeira praça por Dr. Gerino”, visto que “antes era um charco, depois construíram a primeira praça. Ao longo do tempo foi mudando até ficar assim”.

A Praça do Caranguejo, independentemente dos usos, finalidades e mudanças projetuais, encontra-se na memória coletiva dos moradores de Itinga. De certo modo o elo afetivo com o lugar é característico entre os moradores mais antigos, o que foi percebido nas expressões dos respondentes ao recordarem experiências vivenciados no local.

A questão 31, última do roteiro de entrevista, foi importante para descrever a representatividade da praça para os residentes que participaram da pesquisa. Para tanto, foram analisados os proferimentos individuais sobre a pergunta: o que representa a praça do caranguejo para você?

Após a organização, codificação e categorização, buscou-se correlacionar os núcleos de sentido das respostas, a fim de se obter o mais fidedignamente possível a percepção dos moradores sobre a representatividade da Praça do Caranguejo.

De acordo com a nuvem de palavras⁵⁴, na Figura 29, se pode identificar entre as principais categorias, que a praça representava um espaço, área ou local de lazer para o bairro de Itinga. A percepção dos residentes que atribuíram ao espaço tal finalidade, guarda íntima relação com as funções e usos das praças modernas e contemporâneas, estabelecidas por Robba e Macedo (2010).

⁵⁴ Criada através do site: <https://www.wordclouds.com>.

Figura 29 - Nuvem de palavras sobre representatividade da praça para os entrevistados



Fonte: Elaboração Própria do autor desta dissertação (2021).

O conjunto de relatos categorizados como “história”, associaram a praça com o início e as transformações do bairro. Nessa categoria, teve-se entre as principais respostas que “a praça é o monumento histórico da Itinga”, ou simplesmente “a história do bairro”, ou ainda “um lugar histórico de Lauro de Freitas”. Pois, como já apresentado nesse trabalho, o processo de intensificação da abertura de loteamentos no bairro, confundiu-se com a chegada de Sr. Antônio Caranguejo e da construção da praça.

A consolidação da praça a constituiu no “principal ponto de referência” do bairro”, conforme categoria “referência”, o que de certo modo associa-se a categoria “centro”, pois corrobora os relatos dos que afirmaram que a praça representava “o lugar central da Itinga” ou “o centro do bairro”. De Angelis (2005) salienta que as praças desde a antiguidade exercem a função de ponto de confluência dos cidadãos, para as mais variadas atividades. Todavia, não se pode desconsiderar que, essa

centralidade corrobora para o crescimento das atividades de comércio informal de rua (ITIKAWA, 2006; PAMPLONA, 2004; ROBBA; MACEDO, 2010).

Não obstante, a categoria “memória” relaciona-se a “história”, contudo, guardando-se suas diferenças conceituais e de sentido. Foi atribuído à praça a memória do bairro, por ser o local onde “quase tudo aconteceu”, quer sejam coisas boas ou desagradáveis, nesse último caso, a respeito da violência.

As manifestações culturais locais ocorrem na praça, desde 1983, quando a Associação Cultural Recreativa e Beneficente de Itinga e Adjacências (ACREBIA), realizou a primeira lavagem do Largo do Caranguejo e, a partir de então, diversas apresentações artísticas e culturais utilizam o espaço. Por isso, quando perguntados sobre o que representava a praça, alguns respondentes sinalizaram a sobre a “importância cultural”, o simbolismo da “cultura e da diversidade” local, ou simplesmente, “ponto cultural do bairro”.

No tocante às lembranças, os residentes recordaram momentos da infância, a exemplo do entrevistado que relatou ter “vivido intensamente a praça”, ou do que informou “ter brincado muito quando criança”. Esse tipo de opinião intercalou-se aos que de forma breve responderam “lembranças”.

Todavia, em que pesem as percepções positivas ora apresentadas, viu-se no contexto desse trabalho reações negativas dos residentes entrevistados sobre vários aspectos da praça, o que pôde ser constatado também sobre a representatividade da praça.

Não se pôde desprezar a opinião dos respondentes que ensejou na categoria “nada”. A repetição do termo esteve diretamente relacionada a expressões, tais como: “hoje em dia a praça não representa nada”; “para mim, nada”; “já foi bom, hoje nada”.

Em suma, a percepção dos residentes sobre a praça pouco mudou entre os residentes frequentadores e não frequentadores, assim uma divisão entre esses grupos mostrou-se irrelevante na construção da nuvem de palavras e na sua análise posterior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação, produto de um questionamento local sobre a ocupação do comércio informal em uma das principais praças de Lauro de Freitas, a Praça do Caranguejo, possibilitou o aprofundamento no estudo sobre os diferentes usos, finalidades, funções e apropriações dos espaços públicos sob os olhares da comunidade lindeira em contexto das mudanças que passam municípios vizinhos a capitais, em termos de crescimento demográfico e mudanças socioeconômicas.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa, que não reivindica nessas considerações finais o exaurimento da temática, o embasamento teórico, de certo modo extenso, foi fundamental para a compreensão do fenômeno investigado, sob a perspectiva de autores de diferentes matizes.

Para tal empreendimento, as leituras realizadas pautaram-se na multidisciplinariedade. Deste modo as praças não foram compreendidas somente em seus aspectos projetuais, mas em sua relevância histórica, cultural, econômica e social e a Informalidade foi abordada sob a ótica temporal e conjuntural na realidade brasileira, baiana e da RMS.

As praças como espaço síntese das sociabilidades nas cidades ocidentais, traduziram desde seu nascedouro, na antiguidade greco-romana, as transformações ocorridas na sociedade através da ressignificação dos seus usos, funções e arquiteturas.

Em solo brasileiro as praças não surgiram a partir da iniciativa de um planejador, mas da espontaneidade dos encontros e das atividades comerciais que aconteciam nos adros das igrejas, ainda no período colonial. Mais tarde e sob influência dos acontecimentos ocorridos na Europa, e do advento do republicanismo, as praças brasileiras receberam elementos de ajardinamento, exprimindo o que se denominou linha eclética, inserindo não somente os seus elementos paisagísticos, mas o uso contemplativo e de passeio. Somente a partir da segunda metade do século XX, as praças no Brasil propiciaram os usos de lazer ativo, cultural e esportivo. Com o rápido crescimento notadamente das grandes cidades e das circunvizinhas, as praças funcionaram como espaços de integração, sobretudo com os sistemas viários urbanos e como áreas de circulação.

O final do século XX e o início do XXI, registraram os impactos do crescimento urbano desordenado e, por seu turno, o aumento do desemprego e do trabalho precário ampliados pelas sucessivas crises econômicas. Esses fatores reverberaram nos espaços públicos através da informalidade de rua, realidade constatada na RMS em períodos recentes, através dos indicadores da PNADC, e no município de Lauro de Freitas e no bairro de Itinga, pela constatação empírica.

O entendimento das mudanças ocorridas na Praça do Caranguejo ao longo do tempo só foi possível por meio do resgate histórico da formação do bairro de Itinga por moradores migrantes de Salvador e do interior do Estado da Bahia, que em busca de moradia própria a preços populares e a esperança de conseguirem emprego nos complexos industriais da RMS, iniciaram a ocupação do que se tornou o bairro mais populoso e popular de Lauro de Freitas.

O Largo do Caranguejo formado pelas vias estruturantes do bairro, desde a época da abertura dos primeiros loteamentos já apresentava elementos de centralidade. Foi justamente na localidade que as primeiras atividades comerciais iniciaram, pela facilidade de acesso e por estar nas proximidades do aeroporto, que à época era o único ponto de transporte coletivo. Pode-se afirmar que a consolidação da localidade como a principal referência do bairro, foi o motivador da construção da praça, na década de 1980.

O crescimento acelerado do município, foi sensivelmente sentido no bairro de Itinga, que entre os anos 2000 e 2010 já apresentava feições completamente diferentes, sobretudo nas adjacências da praça com o aumento do tráfego e de empreendimentos comerciais, além da existência de 5.415 domicílios, em 2010. O estudo apontou que a área mais adensada do município no raio de abrangência de um espaço público é justamente na localização da Praça do Caranguejo, correspondendo à 9,5% da população de Lauro de Freitas, o que deve ser considerado pelo poder público na realização dos planos de intervenções de melhoria urbanísticas.

A região consolidada pela intensa atividade comercial, de tráfego, e elevada densidade demográfica, permitiu que a praça fosse paulatinamente ocupada pelas atividades de comércio informal existentes ao longo das vias do bairro, e à revelia da autorização do poder público.

Este movimento foi observado no levantamento dos usos predominantes do solo urbano no entorno da praça, com o fito de entender a sua inserção no bairro. Tal iniciativa, necessária para esta pesquisa, e inédita em comparação aos levantamentos disponíveis realizados pela prefeitura, permitiu assegurar que a área se encontra em processo de crescimento do uso comercial em detrimento do residencial, principalmente nas ruas secundárias às vias estruturantes: Av. Fortaleza e Rua São Cristóvão.

Nesse turno, cauciona-se que a vocação comercial na região do bairro que se encontra a praça, deu a ambiência necessária à realização das atividades do circuito inferior da Economia Urbana, ou seja, aquelas que não objetivam à acumulação de capital e sim à subsistência, voltadas a um público consumidor de baixo poder aquisitivo e posicionadas em áreas de elevada concentração urbana.

Para que exista um circuito inferior com a oferta de bens e serviços de baixa qualidade, não intensivos em capitais ou de reaproveitamento, característicos do comércio informal de rua, é necessário que haja uma Interseccionalidade com o comércio formal. É a máxima de que a existência do setor informal se dá nos espaços econômicos intersticiais do setor formal.

A ocupação da praça pelo comércio informal, de certo modo suscitou controvérsias sobre a necessidade de remanejamento para um espaço adequado, ensejando na questão norteadora sobre quais seriam os impactos da atividade do comércio informal de rua sobre a configuração espacial e de usos da Praça do Caranguejo.

Para dar conta de tão subjetiva resposta, os achados dessa pesquisa permitiram construir o perfil de usos da praça e como esta é percebida pelos moradores do seu entorno, além de indicar ações para o resgate da praça como símbolo cultural, histórico e de convívio social do bairro de Itinga.

Vale destacar que acerca dos usos da praça existem fatores exógenos ao espaço que dificultam a utilização ou tornaram a praça menos convidativa para os moradores. Isso se dá ao fato de um pouco mais da metade dos entrevistados (51%) afirmarem utilizar a praça, sendo que a frequência predominante foi a de uso ocasional, no período da noite ou nos três turnos.

Outrossim, entre os entrevistados frequentadores constatou-se um tempo limitado de permanência na praça, entre 30 minutos e 1 hora. Tal limitação justificase pelas principais finalidades de usos da praça: comércio e serviços; e passagem e circulação que, como já foi reiterado ao longo do trabalho, caracteriza a localidade pelos aspectos de centralidade.

Os usos de passagem e circulação, sobretudo nos bairros populosos, a exemplo da Itinga, se dão em virtude da integração: espaço; fluxo de pessoas e transporte público, o que por sua vez torna-se um elemento de consolidação do comércio de rua.

Por tudo isso, entre os múltiplos usos da praça justificase a predominância das finalidades apontadas, em detrimento do lazer, convívio social, contemplação e outras não especificadas nas categorias analisadas.

Ademais, impõe-se a ponderação de que em decorrência das restrições estabelecidas pelos órgãos sanitários para a contenção da proliferação do novo Coronavírus, a frequência de usos da praça pode ter sido, de certa forma, impactada.

Não se pôde renunciar a importância das opiniões dos residentes não frequentadores, pois somente a partir destas se identificou o principal fator exógeno que impede a utilização da praça: a falta segurança.

Destarte, a falta de segurança em espaços públicos em concomitância aos baixos investimentos em manutenções, tornam os espaços abertos vulneráveis a utilização por parte da criminalidade. Neste particular, conclui-se que a utilização da praça por usuários e vendedores de entorpecentes representam o principal motivo do distanciamento de significativa parcela dos moradores que não frequentam a Praça do Caranguejo.

Essa conclusão se amparou em outro dado: a opinião sobre os fatores que impedem a utilização da praça. Em que pese diferenças nos proferimentos dos grupos pesquisados (frequentadores e não frequentadores) constituiu-se ponto comum a falta de segurança como o principal limitador da utilização da praça para os usos de lazer.

Foi interessante constatar que nas proximidades da Praça do Caranguejo há presença da segurança pública. A Base Comunitária de Segurança (BCS) da Polícia Militar situa-se a 900m da praça, e a 27ª Delegacia de Polícia Civil a 1Km. Além da presença das forças de segurança pública do Estado, o município dispõe de efetivo

da Guarda Civil Municipal, que dentre as suas atribuições estão o patrulhamento e vigilância dos equipamentos públicos. Contudo, de nada tem adiantado a proximidade dos agentes de segurança com a praça sem a realização de ações efetivas, principalmente nos finais de semana e no período da noite, quando a praça recebe mais pessoas.

Sobre a ocupação do comércio informal considerou-se que há de fato interferência nos usos e no espaço, sobretudo na acessibilidade, por causa da ocupação dos passeios, e do espaço interno, por causa das estruturas das barracas e mercadorias.

Todavia, ao contrário do que se poderia supor, as diferentes opiniões apontaram para continuidade de algumas atividades na praça em contraponto aos que advogaram a completa retirada dos trabalhadores, conquanto a prefeitura estabelecesse critérios como horários de funcionamento, tipo de mercadoria e autorização para o funcionamento.

Essa opinativa merece atenção, pois, se por um lado é patente a falta de fiscalização e de fomento à atividade, também não houve até o presente tempo por parte do município, a iniciativa da elaboração de lei específica para o ordenamento e concessão de uso dos espaços públicos para os trabalhadores informais, não dando-os direito sequer da possibilidade de legalização. E sim, a tentativa de os remanejarem para um limitado espaço que não atenderá a todos.

O camelódromo de Itinga foi uma iniciativa louvável da prefeitura, no que diz respeito a tentativa de organização de parte dos trabalhadores informais que atuam na praça. Contudo, não se pode ser indiferente a uma constatação óbvia, além do limitado espaço, existem trabalhadores e/ou atividades que dependem da praça “para serem vistos” e com isso poderão retornar ao espaço da praça.

Ainda sobre o comércio informal na praça, entende-se que há uma espécie de solidariedade comunitária por parte dos moradores ao salientarem que por conta do agravamento da situação econômica do país, o aumento do desemprego e da informalidade, os trabalhadores foram remetidos à luta diária pela sobrevivência no espaço da praça.

A Praça do Caranguejo surgiu e transformou-se conjuntamente às lutas cotidianas de uma comunidade periférica, sendo o epicentro das mais variadas formas

de expressão das relações sociais, desde o lazer cultural (a tradicional lavagem do caranguejo) ao labor (ocupação pelos informais desde à época de Seu Caranguejo).

Seu aspecto físico mudou com o passar dos anos, elementos foram inseridos em seu mobiliário tornando-a atrativa e símbolo de orgulho para os moradores do bairro, especialmente os mais antigos que associam a história local aos acontecimentos vivenciados na praça

Todavia, o estado de conservação atual, a falta de organização do espaço e a escalada da violência em seus termos, remeteu a Praça do Caranguejo ao abandono. Por esse motivo, muitos moradores nas adjacências não percebem a praça como lugar de encontro, lazer e entretenimento, atribuindo somente a função de ponto de referência.

Por isso cabe um questionamento crítico acerca da situação encontrada: como um símbolo histórico, cultural, que ao longo dos anos foi o *lócus* do lazer e do fazer comunitário do principal bairro do município de Lauro de Freitas chegou a um estado de completo abandono?

Evidentemente houve tentativas em diferentes governos, sobretudo nos anos de 2004 e 2011, em devolver a praça o seu protagonismo. Porém, a marcha dos acontecimentos até a presente data, mostraram tentativas discretas ou ineficientes no proceder de algum tipo de melhoria.

Os esforços envidados no decorrer dessa pesquisa permitem apontar caminhos e possibilidades para resgate da praça através da ressignificação dos seus usos e finalidades.

A ambiência para tal pretensão estabelece-se sobre a intenção da prefeitura em realizar a reforma da Praça do Caranguejo que, diga-se de passagem, encontra-se no campo das expectativas. Além disso, o conhecimento do projeto de reforma, permite afirmar que as reivindicações dos moradores não foram contempladas, pelo simples motivo: eles não foram consultados.

Preliminarmente é importante frisar que os elementos existentes, estimados pelos residentes frequentadores e não frequentadores, devem permanecer, a exemplo da característica paisagística e do formato agradável da praça. Sobre a vegetação, deve-se manter as árvores que trazem conforto térmico a e a sensação de bem-estar aos usuários do espaço, acrescentando outras vegetações arbustivas.

Na contramão do que foi proposto no projeto de reforma, que não previu a inserção de equipamentos que proporcionem a recreação infantil, lazer esportivo e contemplativo. Os achados dessa pesquisa recomendam que sejam inseridos parques infantis, a reativação da fonte luminosa, além do previsto retorno do monumento em homenagem ao morador pioneiro: Seu Caranguejo.

O quesito mais citado no curso da pesquisa: a falta de segurança e seus desdobramentos nos usos da praça, apontam para necessidade de rondas policiais e permanência Guarda Civil Municipal nos horários de maior concentração de frequentadores.

O uso comercial da praça não pode ser descartado, pois entremeia-se a história da própria praça. Nesse turno, acerca do comércio informal, constatou-se que este não se constituiu no principal impedimento para os usos da praça ou elemento dificultador no espaço. Entretanto, a necessidade de padronização e ordenamento é indispensável para que algumas atividades continuem no espaço sem conflito com os frequentadores, a exemplo da comercialização de lanches.

Em relação aos bares existentes desde a década de 1980, sugere-se a implementação de normas de funcionamento, contemplando o controle de ruídos advindos dos equipamentos de som e o estabelecimento de horário de funcionamento até às 22h, levando em consideração as implicações negativas junto aos moradores do entorno.

Sobre o resgate da praça como espaço de lazer, entretenimento e cultura, após a retomada das atividades presenciais, é premente que o poder público assumo o seu papel, não só em relação a um cronograma de manutenção e conservação, que constitui sua obrigação, mas que articule junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) e o Conselho Municipal de Cultura a criação de calendário de atividades e apresentações locais como elemento integrador espaço-comunidade.

A localização estratégica da praça, o contingente em seu entorno e sua relevância histórica, cultural e comercial, não permitem a inação por parte das autoridades e da comunidade. Deste modo, essa pesquisa não finda com essas recomendações. O conhecimento com base na percepção dos moradores nas adjacências dos espaços públicos de uso comunitário deverá contemplar outros para além da Praça do Caranguejo.

Os desafios para tal empreitada já podem ser mensurados pelas dificuldades vivenciadas no curso dessa pesquisa, dentre as quais, pode-se citar: a indisponibilidade de informações locais; o cenário pandêmico que dificultou a observação das relações sociais na própria praça; e, a descrença de significativa parcela da população em responder a pesquisas dessa natureza, por acreditarem tratar de objetivo político e eleitoreiro.

A partir de tal conhecimento o poder público terá possibilidade de promover com uma menor margem de equívoco as implementações necessárias, tanto sob o aspecto físico, como do uso social das praças e parques públicos, o que justifica a continuidade deste e a realização de novos estudos sobre praças públicas em seus diferentes contextos urbanos. É importante considerar a utilização de ferramentas colaborativas para a construção de planos de intervenção considerando os olhares dos diferentes agentes, quer sejam da comunidade lindeira ou planejadores urbanos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ALBORNOZ, S. **O que é o trabalho**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2011.
- ALVES, M. A. **Setor informal ou trabalho informal?** 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2001.
- ALMEIDA, P. H. de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. *In*: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). **Como anda Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 11-53.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2007.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1987.
- BANDEIRA, J.; LAGO, P. C. do. **Debret e o Brasil**. Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.
- BENEVOLO, L. **História da idade**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- BOUÇAS, L. O trabalho na rua: uma relação entre espaço público, planejamento e direito à cidade. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 12, p. 49-73, dez. 2017.
- BRAGA, T S. **Estrutura e dinâmica da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador**: uma análise dos anos 90. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2003.
- BUENO, S. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2016.
- CACCIAMALI, M. C. **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. *In*: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, p.53-174, jun. 2000.

CACCIAMALI, M. C. **A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza.** São Paulo: Fipe, 2002.

CALDEIRA, J. M. **Praça:** território de sociabilidade. Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 1998.

CALDEIRA, J. M. **A praça Brasileira:** trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2007.

CARIGÉ, Anderson Andrade. **Cidades metropolitanas:** a cidade de Lauro de Freitas na RMS/BA. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2007.

CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. *In:* CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). **Como anda Salvador.** Salvador: EDUFBA, 2008. p. 81-107.

CASTELLO, I. R. **Equipamentos urbanos, grupos hierárquicos, parâmetros de localização e características gerais.** [S. l.: s. n.], 2013.

CORADINI, L. **Praça XV:** espaço e sociabilidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

COSTA, M. da S. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH,** Salvador, v.23, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

DE ANGELIS, B. L. D et al. **Praças:** história, usos e funções. Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção Fundamentum, 15).

DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Brazil. J. Polit. Econ.,** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 113-130, mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572005000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2020.

DEDECCA, C. S; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Est. Econ.,** São Paulo, v. 27, p. 65-84, 1997.

DERENJI, J. Indígena. *In:* MONTEZUMA, R. (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

DE SOTO, H. **Economia Subterrânea:** uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

DIAS, P. C. **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA):** estudo das características e implicações do processo. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2006.

DIZERÓ, J. D. **Praça do interior paulista:** estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) -Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC. Campinas, 2006.

DURÃES, B. J. R. **Trabalhadores de rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006.

DURÃES, B. J. R. **Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: Edufba, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro:Ed. Nova Fronteira, 1986.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.17, 2004.

FILGUEIRAS, V. A. N. *In*: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. N. (org.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

FORTUNA, C. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico1. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, 1 out. 2002. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1272>.

FREITAS, G. A Itinga celebra o orgulho de ser de Lauro de Freitas. *In*: FREITAS, G.; CARDOSO, T. S. (org.). **De Ipitanga a Lauro de Freitas: narrativas históricas do povo ipitanguense**. Lauro de Freitas: Libre, 2019. cap. 9. p. 55-57.

FREITAS, G.; CARDOSO, T. S. (org.). **De Ipitanga a Lauro de Freitas: narrativas históricas do povo ipitanguense**. Lauro de Freitas: Libre, 2019.

FREITAS, G.; PARANHOS, E. **Livro da história de Lauro de Freitas: antiga freguesia de santo amaro do Ipitanga**. 3. ed. Lauro de Freitas: Jsp, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GANTOIS, C. H. J. **Lauro de Freitas: a política fiscal como fator de crescimento econômico (1990/2000)**. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2002.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004.

GOETTEMS, R. F.; BUENO, A. P. Mapeamento e análise dos espaços de praça da cidade de Joinville-SC. **Arq.Urb**, n. 22, p. 93-109, 2018.

GORENDER, J. O escravismo colonial. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978. (Col. Ensaios, n. 29).

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, p. 61-89, mar. 1973.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUGON, P. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, p. 32-63, 1997.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>

Acesso em: 23 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-po>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Lauro de Freitas**: panorama. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lauro-de-freitas/panorama>. Acesso em: 24 out. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro: 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNADC - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ITIKAWA, L. F. **Trabalho informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo**: pensando parâmetros para políticas públicas. 2006. 520 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2006.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT: Escritório da OIT no Brasil, 2010.

KOHLSDORF, M. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. UNB, 1979.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.

LAURO DE FREITAS. **Perfil do Município**. 2015. Disponível em: <https://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/perfil-do-municipio/120> Acesso em: 12 out. 2019.

LAURO DE FREITAS. **36º Lavagem do Caranguejo agita o bairro da Itinga neste final de semana**. 2019. Disponível em: <https://www.laurodefreitas.ba.gov.br/2019/noticia/36-lavagem-do-caranguejo-agita-o-bairro-da-itinga-neste-final-de-semana/1516>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LAURO DE FREITAS. **Prefeitura apresenta aos comerciantes projeto de requalificação do Largo do Caranguejo**. Disponível em: <https://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/prefeitura-apresenta-aos-comerciantes-projeto-de-requalificacao-do-largo-do-caranguejo/874>. Acesso em: 12 out. 2019.

LERNER, J. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

LIMA, J. F. S. de. **Praças caicoenses: territorialidades, sociabilidades e identidades**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Natal, 2013.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. São Paulo: Boitempo, 2011.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATTO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MARX, K. **Manuscritos Econômico - Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

MEDEIROS JUNIOR, H. de. Política econômica e evolução desigual da desocupação no território metropolitano fluminense. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL-ANPUR*, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FAU-USP, 2017.

MEDEIROS JUNIOR, H. de. Crise econômica recente e a subutilização do trabalho nos mercados de trabalho carioca e metropolitano fluminense. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 21., 2018, Poços de Caldas/MG. **Anais [...]**. Poços de Caldas/MG: Hotel Monreale, 2018.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, p. 621-626, 2012.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. 2. ed. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003.

OIT. **O trabalho digno e a economia informal**. Geneva: ILO, 2002.

PAMPLONA, J. **A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo**. São Paulo. Empresa Municipal de Urbanização – EMURB; PMSP/EMURB/CEBRAP, 2004.

PAMPLONA, J. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 226-249, 2013.

PERES, T. B. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da Abet**, v. 14, n. 2, p. 270-289, 2015.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: contexto, 1999.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2008.

QUEIROZ, F. A. de. **A dinâmica do trabalho numa metrópole regional nordestina: uma análise da natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana - BA**. 2019. 217 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2019.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jun. 2007.

RIGOTTI, G. **Urbanística - la tecnica**. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2010. (Coleção Quapá).

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil socioeconômico do Município de Lauro de Freitas**. 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2919207_NOTA.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, L. A. M. da. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. *In*: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R.G. P. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140-178.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, L. M. L. C. de. **A dimensão social do desenvolvimento sob a ótica do trabalho no Brasil do século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado) – UNIFACS. Salvador, 2018.

SITTE, C. **A construção de cidades segundo princípios artísticos**. Tradução: Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

SOUSA, L. A. Largo do Caranguejo: entre memórias, fatos e história das transgressões de um "caranguejo". *In*: FREITAS, G.; CARDOSO, T. S. (org.). **De Ipitanga a Lauro de Freitas: narrativas históricas do povo ipitanguense**. Lauro de Freitas: Libre, 2019. cap. 14. p. 79-85.

SOUZA, A. P. de. **Análise de qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da Praça Dois de Julho – Campo Grande Salvador Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador 2009.

SPINOLA, N. D. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. Tradução Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: EDUSP, 1995.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios invisíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7. Maceió, 2002.

THEODORO, M. L. **O Estado e os diferentes: enfoques sobre o Informal**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 919).

THEODORO, M. L. As Características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil. *In*: BRASIL. IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, 2005. cap. 3. p. 91-126.

TUAN, Y.F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 2012.

VASCONCELOS, P. de. A pobreza urbana e a formação de bairros populares em salvador na longa duração. **Geousp - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 20, p. 19-30, 2006.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2016.

WEBB, M. **The city square**. London: Thames and Hudson, 1990.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

ZUCKER, P. **Town and square: from the agora to the village green**. New York: Columbia Press, 1959.

APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO

ENTREVISTA – RESIDENTES		
SETOR: _____	DATA: ____/____/____	HORÁRIO: _____
ENTREVISTADOR: _____		

EIXO 1 – PERFIL DO RESIDENTE

Q1 – GÊNERO

A) MASCULINO	
B) FEMININO	

Q2 – IDADE:

--

Q3 – PROFISSÃO:

--

Q4 – ESTÁ TRABALHANDO ATUALMENTE?

A) SIM	
B) NÃO	

Q5 – RENDA (INDIVIDUAL)

A) SEM REMUNERAÇÃO	
B) AUXÍLIO DO GOVERNO	
C) MENOR QUE 1 SM	
D) 1 SM	
E) 1 A 2	
F) 2 A 4	
G) MAIOR QUE 4 SM	
H) NÃO RESPONDEU	

Q6 – ESCOLARIDADE

A) NÃO FREQUENTOU	
B) FUNDAMENTAL INCOMPLETO	
C) FUNDAMENTAL COMPLETO	
D) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	
E) ENSINO MÉDIO COMPLETO	
F) SUPERIOR INCOMPLETO	
G) SUPERIOR COMPLETO	
H) PÓS-GRADUAÇÃO	

Q7 – TEMPO DE RESIDÊNCIA:

--

EIXO 2 – FREQUÊNCIA E USOS

Q8 – VOCÊ COSTUMA FREQUENTAR A PRAÇA DO CARANGUEJO?

A) SIM	
B) NÃO	

RESIDENTES QUE FREQUENTAM A P.C

Q9 – COM QUE FREQUÊNCIA

A) DIARIAMENTE	
B) AOS FINAIS DE SEMANA	
C) OCASIONALMENTE	
D) OUTROS:	

Q10 – EM QUAL PERÍODO?

A) MANHÃ	
B) TARDE	
C) NOITE	
D) OS 3 PERÍODOS	

Q11 – VOCÊ COSTUMA PASSAR QUANTO TEMPO NA PRAÇA?

A) ATÉ 30 MIN	
B) DE 30 MIN A 1H	
C) DE 1 A 2H	
D) DE 2 A 3H	
E) ACIMA DE 3H	

Q12 – QUAL A PRINCIPAL FINALIDADE VOCÊ UTILIZA A PRAÇA?

A) CONVÍVIO SOCIAL (encontrar amigos)	
B) LAZER	
C) CONTEMPLAÇÃO (observar o ambiente)	
D) COMÉRCIO E SERVIÇOS	
E) PASSAGEM/CIRCULAÇÃO	
F) OUTROS	

RESIDENTES QUE NÃO FREQUENTAM A P.C

Q13 – POR QUAL MOTIVO VOCÊ NÃO FREQUENTA A PRAÇA?

--

Q14 – EM SUA OPINIÃO, QUAL É O USO PREDOMINANTE DA PRAÇA ATUALMENTE?

A) CONVÍVIO SOCIAL (encontrar amigos)	
B) LAZER	
C) CONTEMPLAÇÃO (observar o ambiente)	
D) COMÉRCIO E SERVIÇOS	
E) PASSAGEM/CIRCULAÇÃO	
F) OUTROS	

Q15 – QUAIS USOS ESSA PRAÇA DEVERIA TER?

--

PERGUNTAS EM COMUM PARA OS RESIDENTES

Q16 – EM SUA OPINIÃO EXISTE ALGO QUE ATRAPALHE A UTILIZAÇÃO DA PRAÇA, ATUALMENTE?

A) SIM	
O QUÊ?	
B) NÃO	

Q17 - EM RELAÇÃO AS ATIVIDADES DE COMÉRCIO INFORMAL NA PRAÇA:

A) INTERFEREM POSITIVAMENTE NOS USOS DA PRAÇA	
B) INTERFEREM NEGATIVAMENTE	
C) NÃO INTERFEREM NOS USOS	

Q18 - VOCÊ CONSTUMA COMPRAR NO COMÉRCIO INSTALADO NA PRAÇA?

A) SIM	
B) NÃO	

Q19 - VOCÊ CONHECE A ORIGEM DO NOME DA PRAÇA?

A) SIM	
B) NÃO	

EIXO 3 - LEVANTAMENTO QUALITATIVO DOS ASPECTOS FÍSICOS E ESPACIAIS DA PRAÇA

Q20 - ASPECTOS FÍSICOS E ESPACIAS DA PRAÇA

ITENS	O	B	R	R	P
PISO					
BANCOS					
MOBILIÁRIO (equipamentos)					
VEGETAÇÃO					
PAISAGISMO (desenho da praça)					
ILUMINAÇÃO					
CONSERV/MANUTEN					
SEGURANÇA					
LIMPEZA					
ÁREAS DE CIRCUL (INTERNA)					
ÁREAS DE CIRCUL (EXTERNA)					
ACESSIBILIDADE					

O - ótimo, B - Bom, R - Razoável, R - Ruim, P- péssimo

EIXO - 4 - PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

Q21 - O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NA PRAÇA?

Q22 - O QUE VOCÊ MENOS GOSTA NA PRAÇA?

Q23 - O QUE VOCÊ MUDARIA/ACRESCENTARIA NA PRAÇA?

Q24 - QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE O COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA DA PRAÇA ATUALMENTE?

Q25 - VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO PROJETO DE REFORMA DA PRAÇA DO CARANGUEJO?

A) SIM	
B) NÃO	

Q26 - (SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM) QUAIS SÃO SUAS EXPECTATIVAS SOBRE A REFORMA?

Q27 - VOCÊ TEM CONHECIMENTO DA CONSTRUÇÃO DO CAMELÓDRAMO DO BAIRRO DE ITINGA?

A) SIM	
B) NÃO	

Q28 - (SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM) O QUE ISSO INFLUENCIARÁ NA PRAÇA?

Q29 - DURANTE O TEMPO EM QUE RESIDE NO BAIRRO VOCÊ PRESENCIOU MUDANÇAS NA PRAÇA?

A) SIM	
B) NÃO	

Q30 - (SE A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM) QUAIS?

Q31 - O QUE REPRESENTA A PRAÇA DO CARANGUEJO PARA VOCÊ?

Agradecimento pela participação na pesquisa.